

01-0340/1998



Câmara Municipal de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI 01 - 0340 / 1998 DE 1998

MATÉRIA LEGISLATIVA: PL 01 - 0340 / 1998 DE 20/05/1998

PROMOVENTE: VEREADOR CARLOS NEDER

EMENTA: Institui o Programa Meu Primeiro Emprego, no Município de São Paulo, e da outras providências.

OBSERVAÇÕES: CAPA RECONSTITUÍDA EM 05/01/2005

ARQUIVADO EM 20/01/2005


CHEFE DE SEÇÃO
FABIO VITOR DO NASCIMENTO
Agente de Apoio Legislativo
R.F. 11.090

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
4/1/2011 14:26:36

00000055688-20





Câmara Municipal de São Paulo

PROJETO DE LEI

01 - PL
01-0340/1998

LIDO HOJE
AS COMISSÕES DE:
20 MAI 1998
COMISSÃO DE FISCALIAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ENCAIXA, CULCADA E ELEIÇÕES
FISCALIAÇÃO E OUTRAS
PRESIDENTE

Institui o Programa “Meu Primeiro Emprego”, no município de São Paulo e dá outras providências

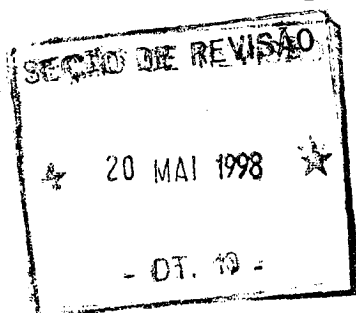
A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:

Art. 1º- Fica instituído o Programa “Meu Primeiro Emprego”, no âmbito das Administrações Regionais do Município.

Art. 2º- Os objetivos do Programa são :

- I - gerar emprego e renda nos bairros;
- II- propiciar qualificação profissional para jovens, com renda familiar inferior a dez salários mínimos;
- III - propiciar qualificação profissional para mulheres que buscam seu primeiro emprego;
- IV - propiciar requalificação profissional para jovens, com renda familiar inferior a dez salários mínimos, e para mulheres que buscam seu primeiro emprego;
- V - propiciar programas de suplência para pessoas que não concluíram o ensino fundamental;

Art.3º- Para implementar o Programa instituído por esta lei, o Poder Executivo constituirá o Colegiado Regional de Desenvolvimento, em cada Administração Regional, com a participação das diversas secretarias ou órgãos afetos ao programa, de representantes da sociedade civil, do empresariado, de micro





Câmara Municipal de São Paulo

e pequenos empreendedores, de universidades, de escolas técnicas e de representações locais do SEBRAE-SP.

Art. 4º- Fica autorizado o aporte de recursos de Instituições Públicas ou Privadas interessadas em financiar o referido Programa.

Art. 5º- As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º- Esta lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 7º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º- Revogam-se as disposições em contrário.

20
Sala das Sessões, em 19 de maio de 1998


CARLOS NEDER
Vereador - PT



Câmara Municipal de São Paulo

JUSTIFICATIVA

A falta de empregos é um dos principais problemas da atualidade. A taxa média de desemprego medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no país subiu para 8,18 % da população economicamente ativa (PEA), em março de 1998, constituindo-se na segunda maior da série histórica do instituto, só sendo superada pela marca de maio de 1984.

Em São Paulo, a taxa foi de 8,97%, sendo recorde no levantamento do IBGE. Os dados de desemprego da Fundação SEADE/ DIEESE são mais altos, em razão da diferença na abrangência geográfica e de metodologia. Por este levantamento, estima-se que haja mais de 1,5 milhão de desempregados na Grande São Paulo.

A dificuldade de acesso ao emprego se agrava para as pessoas que nunca tiveram alguma colocação e estão em busca de seu primeiro emprego. Segundo o professor Márcio Pochmann, diretor-executivo do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da UNICAMP, apenas 67% dos trabalhadores que entram no mercado de trabalho conseguem ocupação. O professor tem afirmado em diversos artigos que ao mesmo tempo em que aumentam as demissões, estão se esgotando as estratégias de sobrevivência estabelecidas, através das ocupações sem remuneração ou por conta própria.

De um total de 110 mil alunos que freqüentaram os cursos de requalificação profissional promovidos pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, 19 % eram jovens que ainda não haviam ingressado no mercado de trabalho.

Em recente artigo publicado na imprensa, os pesquisadores do BNDES Fábio Giambiagi e Carla Reis afirmaram que o desemprego tem aumentado mais entre as próprias mulheres que procuram emprego. Em 1997, de cada 1.000 homens da população economicamente ativa, 53 estavam desempregados; já entre 1.000 mulheres da população economicamente ativa, 63 estavam desempregadas.

O presente projeto de lei objetiva enfrentar este problema, ao propor o estabelecimento de políticas de qualificação e requalificação profissional e de suplência, dirigidas a jovens, com renda familiar inferior a dez salários mínimos e a mulheres que buscam seu primeiro emprego.

O programa será desenvolvido em todas as Administrações Regionais do município, através do Colegiado Regional de Desenvolvimento. Este colegiado será composto por representantes da sociedade civil, do empresariado, dos micro e pequenos empreendedores, das universidades e escolas técnicas e das representações locais do SEBRAE-SP.



Câmara Municipal de São Paulo

A partir de um diagnóstico da região, será identificada a natureza dos negócios já existentes ou a serem criados. Desta forma, a qualificação e a requalificação profissional será dirigida preferencialmente a atividades econômicas que possam ser exercidas na própria região em que o jovem ou a mulher more. Assim, evitam-se os constantes deslocamentos destas pessoas pela cidade, o que contribui para uma vida mais saudável.

O Programa “Meu Primeiro Emprego” complementa as iniciativas parlamentares que instituem o “Crédito Popular Solidário” e o Programa “Bairros que Empregam”, visando a geração de emprego e renda no Município de São Paulo.

Com a aprovação do projeto “Meu primeiro emprego”, a Câmara Municipal estará contribuindo para transformar São Paulo em uma cidade saudável e solidária.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

fls. 5

05

Papel para informação, rubricado como folha nº

do processo nº 340 de 19 98 25 05 98 (a) Isabel

Ao Senhor Assessor Chefe:

Sobre o assunto, nada consta.

Em 25/05/98

Isabel
 ISABEL CANTALHA
 C. Leg. Indiv.

A Com. de Const. e Justiça

27 / 5 / 98

Breno Gandelman
 BRENO GANDELMAN
 Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.
 A. T. M.

Recebido na Comissão de
 Constituição e Justiça
 Em 28/5/98 às 12:00hs

Ao Nobre Vereador
 para relatar.

Bruno Fodden, D160
 Sala da Comissão de Constituição e Justiça
 2 de 25 05 98 TATTO
Presidente

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

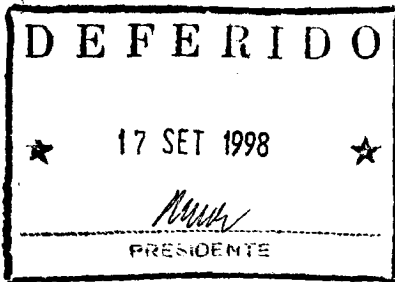
sob folha nº 06 a 15

Em 24.09.98

(a) M



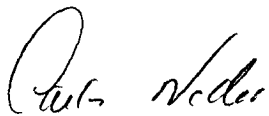
Câmara Municipal de São Paulo



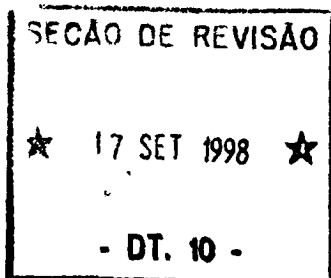
13 - RDS
REQUERIMENTO 13-2077/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 340/98*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT



A Com. de Const. e Justiça

18 / 9 / 98

Breno Gandelman

BRENO GANDELMAN

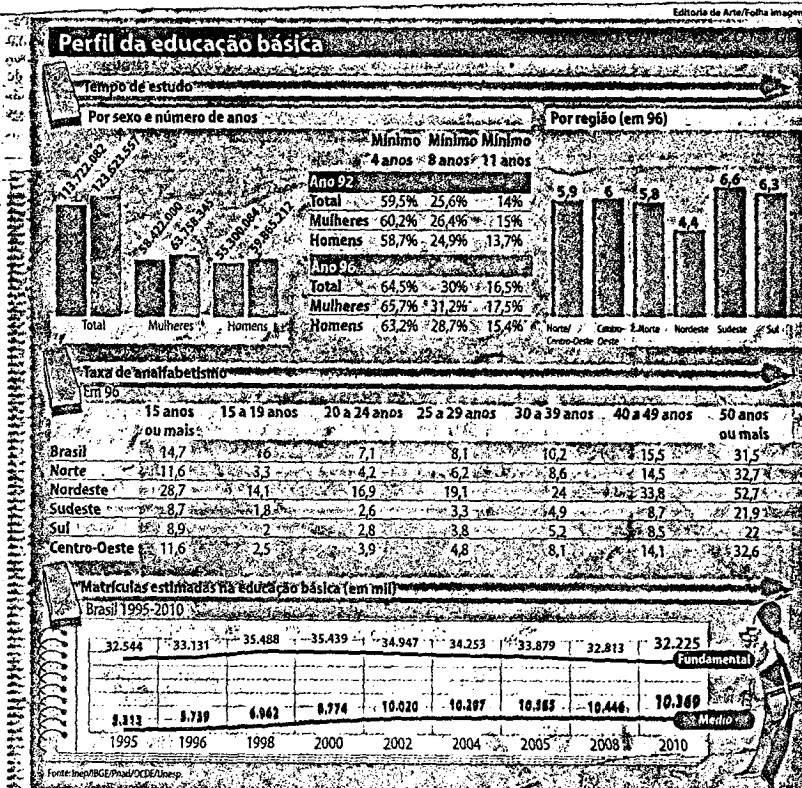
Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.

A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 18/9/98 às 18:00 hs.

EDUCAÇÃO Parcela da população brasileira que trabalha e tem o antigo 2º grau completo é menos da metade da OCDE

De cada 6 trabalhadores, 1 fez curso médio



Matrículas tendem a cair no 1º grau em 99

da Reportagem Local

O número de alunos no ensino fundamental tende a cair a partir do próximo ano, de acordo com o estudo do Inep. O instituto trabalha com uma estimativa, para 98, de 35,488 milhões de matrículas, contra 35,439 milhões em 99.

A tendência de queda, de acordo com a projeção do Inep, tende a se acentuar a partir de 2000 (veja quadro nesta página). Ela deverá se confirmar se outras duas tendências se mantiverem.

Uma é a redução da população de 7 a 14 anos, consequência da diminuição do ritmo de crescimento populacional.

Outra é a melhora do desempenho dos alunos que cursam o ensino fundamental: a taxa de repetência está em baixa e a de promoção está em alta.

Se, em 1990, 34% dos alunos do primeiro grau repetiam de ano, em 98 a taxa deve cair para 29%.

No mesmo período, a taxa de promoção (aprovação) subiu sete pontos percentuais —passou de 60% para 67%.

A melhora tem reflexos sobre outra taxa, a de analfabetismo. Desde o início da década de 90, ela vem caindo 1,08% ao ano.

“É necessário observar que tem havido redução das taxas de analfabetismo em todos os grupos de idade, muito embora sua intensidade diminua conforme aumentam as faixas etárias da população”, diz Maria Helena, do Inep.

Na faixa etária de 15 a 19 anos, o analfabetismo caiu de 16,5% (em 80) para 6% (em 96). Na população com mais de 50 anos, os anal-

fabetos eram 31,5%, em 96, comparando com a população total da faixa etária.

“O país só conseguirá erradicar o analfabetismo nos próximos dez anos com políticas focalizadas, pois trata-se de um contingente populacional muito difícil de ser atingido, dadas as suas características socioeconômicas”, diz a presidente do Inep.

Assim, os esforços devem se concentrar sobre os grupos mais jovens, priorizando a faixa etária de 15 a 29 anos. A estimativa do MEC é que a erradicação do analfabetismo nesse grupo ocorra ao final da próxima década.

As diferenças regionais são outro desafio a ser superado. Elas aparecem tanto na infra-estrutura das escolas quanto no desempenho dos alunos. (MAV)

Publicação: FSP
Data: 17/09/98
Pág.: 3-8

Folha No 02 do processo
No 340 do 1998
O funcionário M

De cada 6 trabalhadores brasileiros, 1 conseguiu concluir o curso médio. Estudo feito pelo Inep, órgão responsável por pesquisas ligado ao Ministério da Educação, mostra que tem esse nível de instrução 17% da população economicamente ativa.

É menos da metade do índice dos países da OCDE. Nesse grupo, 42% da população economicamente ativa completa a escolaridade média — o antigo 2º grau.

A OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos) reúne os 29 países em princípio mais industrializados. Mas no grupo estão países com condições econômicas e sociais bem diferentes — por exemplo, EUA e Suíça, de um lado, e Turquia e México, de outro.

“O número brasileiro é baixíssimo, levando em conta que só 25% da população em idade de cursar o

ensino médio está na escola”, diz Guiomar Namo de Mello, do Conselho Nacional de Educação.

No estudo, entraram dados de 96 do Brasil e de 95 da OCDE. Há dois anos, a população brasileira economicamente ativa, com 10 anos ou mais, era de aproximadamente 73 milhões de pessoas, segundo o IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Entre os países analisados, o desempenho brasileiro é comparável ao da Espanha, onde 15% da população ativa de 25 a 64 anos concluiu o grau médio. Mas, quando se compara o desempenho no ensino superior, o país europeu está melhor: 21% têm terceiro grau na Espanha e 11% no Brasil.

Para Francisco Aparecido Cordão, os dados revelam o principal desafio a ser superado pelo país nos próximos anos: expandir e melhorar o ensino médio.

“O Brasil precisa aprender a trabalhar com a clientela popular — a população que está entrando na

escola e, ao mesmo tempo, sendo expulsa dela porque os professores não sabem lidar com ela”, diz Cordão, que é vice-presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Influência do mercado

O MEC já elegeu o ensino médio como prioridade para os próximos anos, considerando que a matrícula nesse nível quase dobrou desde 90 — de 3,5 milhões para 6,9 milhões em 98, segundo preliminar do Censo Educacional.

“Pode-se afirmar com segurança que a prioridade atribuída ao ensino fundamental nos últimos anos tem sido a principal alavanca para a expansão da matrícula no ensino médio. Porém, vale acrescentar que esse fenômeno reflete, sobretudo, as novas necessidades do mercado de trabalho”, analisa Maria Helena Guimarães de Castro, presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

13 11 0 2 do proc
No 340 do 1998
O funcionário M

A educação brasileira e os países da OCDE*

Formação da população

País	População total de 24 a 64 anos			População economicamente ativa de 25 a 64 anos		
	Têm ensino fundamental (%)	Têm ensino médio (%)	Têm ensino superior (%)	Têm ensino fundamental (%)	Têm ensino médio (%)	Têm ensino superior (%)
Brasil	75	16	9	72	17	11
Canadá	25	28	47	19	29	52
Estados Unidos	14	53	33	11	52	37
França	32	50	18	25	54	21
Alemanha	16	61	23	12	62	26
Itália	65	27	8	56	33	11
Portugal	80	9	11	76	10	14
Espanha	72	12	16	64	15	21
Suíça	18	61	21	15	61	24
Turquia	77	15	8	76	15	9
Média OCDE*	40	40	20	35	42	23

Número de horas efetivas de ensino por ano



Horas de ensino

Brasil	667
Áustria	709
Bélgica	832
França	923
Grécia	696
Irlanda	915
Itália	748
Holanda	1.000
Noruega	686
Portugal	828
Espanha	900

Taxa de graduação no ensino médio**

País	Total	Homens	Mulheres
Brasil	32	20	46
Canadá	72	68	75
México	26	-	-
França	87	86	89
Grécia	80	75	84
Itália	67	64	70
Espanha	73	69	81
Suécia	64	60	68
Suíça	79	84	75
Turquia	37	43	31
Média OCDE*	80	80	85

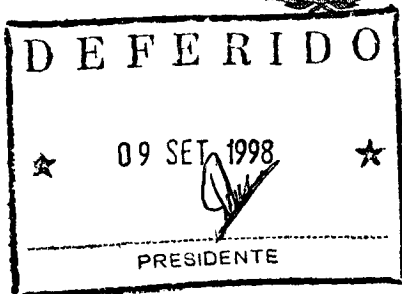
* OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos)
Fonte: Inep/IBGE/Pnad/OCDE/Unesp

** Em relação à população de 17 anos (idade teórica de graduação)

Folha No 09 do proc. 11
No 340 de 1998
O funcionário



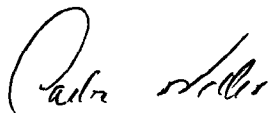
Câmara Municipal de São Paulo



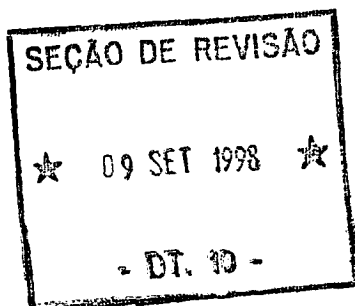
13 - RDS
REQUERIMENTO 13-2032/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 340/98*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT



A Com. de Const. e Justiça

10 / 9 / 98



BRENO GANDELMAN

Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.

A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça.
Em 10/9/98 às 16:00 hs.

Indústria investe em qualificação profissional

Publicado em 30/03/2015 00:00:00.

Em seminário internacional, o Senai expôs seu planejamento estratégico

GABRIELA ATHIAS

As empresas dos países desenvolvidos destinam para treinamento e qualificação dos seus funcionários o tempo equivalente a 5% do total de horas trabalhadas por eles, em um ano. No Brasil, esse percentual ainda é de cerca de 1,5%. "Algumas empresas já estão caminhando para 2,5%", diz Alexandre Rodrigues, diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Com o objetivo de suprir essa carência, o Senai elaborou novos projetos, desde a formação de uma "infovia" (satélite próprio para reduzir o tempo da difusão das informações entre todas as unidades do Senai no País) até programas de certificação de competências.

A exposição sobre o planejamento estratégico do Senai foi feita on-

tem durante o Congresso Internacional Educação e Trabalho, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo. Os especialistas do Senai elaboraram uma espécie de equação constituída por competências (CP, que já são de domínio dos trabalhadores) e por competências requeridas (CR, que são as necessárias). "Ninguém sabe ao certo quais são as possuídas", diz Rodrigues. "Só conhecemos as requeridas, por isso nosso desafio é unir esses extremos no menor tempo possível", explica.

Entre os novos projetos está o programa de certificação de competências, orçado em R\$ 1,5 milhão, já em fase de teste. As certificações serão uma espécie de diplomação concedida pelo Senai a profissionais da área de eletroeletrônica em todo o País, de acordo com

os conhecimentos dos candidatos. Não é necessário ter feito curso no Senai para prestar o exame. "O objetivo é facilitar a entrada e a permanência no mercado de trabalho", diz, ao explicar que os autodidatas ou egressos de outras escolas também poderão ser certificados. Na primeira etapa, serão oferecidas

cerca de cem certificações diferentes na área de eletrônica. A idéia é estender esse programa a outras áreas do conhecimento. Já a infovia é um projeto de R\$ 56 milhões que interligará os Senais do País, via satélite,

servindo principalmente para teleconferências e programas de educação a distância.

O presidente da International Vocational Training Organization (IVTO), Cees Beuk, da Suíça, reforçou a necessidade de treinar os trabalhadores. "Economias competitivas precisam de popula-

ções educadas", disse no discurso de abertura. A fórmula consagrada pela IVTO é a combinação de educação e trabalho.

"Estamos avançando nesse sentido", diz Raul do Valle, diretor-executivo do Programa de Expansão da Educação Profissional do Ministério da Educação (MEC), ao falar sobre os resultados do projeto que visa à ampliação da rede de escolas profissionalizantes no País.

Financiado com US\$ 250 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e contrapartida de igual valor do governo brasileiro, o programa é executado em três esferas: escolas técnicas federais, redes estaduais e organizações não-governamentais (ONGs).

"Cada vez mais escolas estão procurando o MEC para desenvolver programas", diz Cláudio Moura Castro, consultor em educação do BID. O MEC já aprovou 27 projetos com os Estados, somando R\$ 27 milhões, analisa outros 30 propostos por escolas da rede pública e cinco apresentados por ONGs.

Desemprego juvenil é tema de estudo

Dados contidos no estudo *Estratégias Alternativas de Educação para Grupos Desfavorecidos*, elaborado pela Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (Unesco), mostram que a taxa de desemprego juvenil na América Latina é três vezes maior do que a registrada entre os adultos.

No Brasil, enquanto 7,2% dos adultos estão desempregados, 13,9% dos adolescentes, entre 15 e 24 anos, não têm trabalho. Na Argentina, 13% dos adultos estão fora do mercado de trabalho, mas os adolescentes chegam a 22,8%. A maior taxa de desemprego juvenil é registrada no Panamá: 30,4% ante 16% entre adultos.

A especialista em mercado de trabalho, Cláudia Jacinto,

diz que os países da América Latina precisam criar políticas públicas para reduzir as taxas de desemprego juvenil.

Para ela, somente a criação de grandes programas governamentais de produção de renda e de oportunidades pode inserir os jovens no setor produtivo.

Essas políticas devem ser elaboradas pelos governos em três etapas: formação, orientação vocacional e intermediação com o mercado de trabalho. "Muitas vezes, os jovens de classe média conseguem emprego por meio de relações pessoais que os adolescentes das classes menos favorecidas não possuem", explica ela. "Essa função de apresentar os jovens às empresas pode e deve ser feita pelo Estado", sugere Cláudia. (G.A.)

**CERTIFICAÇÃO
DE
COMPETÊNCIAS
ESTÁ EM TESTE**

Publicação: 02/05/98
Data: 04/10/98
Pág.: 18

Folha N.º 10 do proc.
N.º 3410 de 1997
O funcionário M

Faltam vagas para capacitação profissional

Andréa Háfez
de São Paulo

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) oferece, por ano, mais de 2 milhões de vagas em seus cursos. Mas não é suficiente. Em alguns casos, a procura chega a ser seis vezes maior do que o número de vagas oferecidas. Número facilmente explicável: as empresas estão, mais que nunca, em busca da mão-de-obra qualificada.

O Ministério do Trabalho prevê, para o próximo ano, a formação de 3 milhões de pessoas com verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). De acordo com o secretário Nacional de Formação e Desenvolvimento Profissional do ministério, Nassim Mehedff, os valores repassados para as secretarias estaduais de emprego destinados aos progra-

mas de formação profissional terão um aumento de 90% em relação às verbas deste ano. "Serão repassados R\$ 650 milhões em 1999, enquanto este ano foram R\$ 320 milhões".

Acima da importância das cifras, Mehedff destaca a maior participação das empresas na formulação dos cursos elaborados com essas verbas. "Hoje, a escolha dos cursos que serão formulados tem a participação do governo, empregados e empresas", afirma. Com isso, segundo ele, o curso torna-se mais próximo do que o mercado pede.

Essa também é a preocupação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). "Não bastam investimentos em treinamento, é preciso resultados", diz Cláudio de Moura Castro, economista do banco. Para ele, ainda há um descompasso.

No Brasil, o BID financia o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep). São US\$ 500 milhões, repassados para o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) em março. Segundo Raul do Valle, que representou o ministro da Educação ontem no "Congresso Internacional de Educação e Trabalho", evento organizado pelo Senai e pelo International Vocational Training Organisation, o governo federal está trabalhando em parceria com os estados. "Já estão orçados R\$ 27 milhões para os estados."

Além dos governos estaduais e municipais, os valores do programa serão utilizados também em parcerias com ONGs, de acordo com Valle. "Nossa maior preocupação é au-

mentar a empregabilidade, e, para isso, é necessário a participação de toda a sociedade", diz. O MEC está realizando pesquisas nas empresas, nos locais onde as verbas serão aplicadas, para detectar as demandas. A participação das empresas na formação de mão-de-obra mais qualificada também está sendo direcionada. "Com novas tecnologias e a reestruturação, a capacitação de mão-de-obra tem de ser constante", afirma o diretor geral de Recursos Humanos da Siemens, Carlos Damberg. A empresa investe aproximadamente 1,5% de seu faturamento anual em programas para qualificação e requalificação. "Em média, nossos funcionários têm 40 horas por ano de treinamento".

Publicação: GAZETA MERCANTIL
Data: 07/10/1998
Pág.: 17

Folha N.º 3410 do processo N.º 3410-98
O funcionário

JUST AT. 1



Câmara Municipal de São Paulo

Folha No	12	do pros.	15
No	340	de	19 98
O funcionário	M		

D E F E R I D O	
★	18 AGO 1998 ★
 P. D. N. T. E	

REQUERIMENTO "D"

13 - RDS
13-1769/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 340/98*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1998

CARLOS NEDER

Vereador - PT

SEÇÃO DE REVISÃO	
★	18 AGO 1998 ★
- DT 10 -	

A Com. de Const. e Justiça

19 / 8 / 98

Breno Gandelman

BRENO GANDELMAN

Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.

A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
em 20/8/98 às 12:00 hs

Propostas de FHC

	Capacitação Solidária	Pra Hoje (Oficina do Jovem Empreendedor)	Escola Viva	Universidade Solidária Verde
Público alvo	Jovens de ambos os sexos de 14 a 21 anos que estejam ou não frequentando a escola formal e que vivem em situação de pobreza na periferia das grandes cidades	Jovens de ambos os sexos de qualquer escolaridade que queiram abrir um pequeno negócio, mas não têm renda nem conhecimentos necessários	Jovens que estejam cursando o ensino médio	Jovens que vivem no campo (sobretudo em assentamentos)
Custo mensal por aluno	R\$ 250 por mês	Indefinido	Indefinido	Indefinido
Quem treina	ONGs, associações, sindicatos, fundações, universidades e empresas de pequeno porte	Sine (Sistema Nacional de Emprego) e universidades (empresas-júnior de administração e contabilidade)	ONGs e professores das escolas técnicas e de 2º grau	Universidades e escolas agropecuárias
Quem financia	Doações de empresas, instituições públicas e privadas e agências internacionais	Programa usaria linhas de financiamento já existentes do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e do BNDES	Governo federal (MEC)	Governo federal (MEC)
Duração	6 meses (6 horas diárias)	De 6 meses a 1 ano	Ilimitada	2 meses
Como são os cursos	Na primeira parte, alunos aprendem habilidades mínimas requeridas para o exercício de qualquer profissão (leitura, cálculo). Na segunda etapa, aprendem as habilidades necessárias ao exercício da capacitação escolhida e fazem estágio	Parceria entre o Sine e universidades para ajudar adolescentes que querem se tornar microempresários. Os universitários ajudam a escrever o projeto para obter a linha de crédito e dão assessoria técnica durante os 6 primeiros meses de implantação da microempresa	Alunos das escolas técnicas e do 2º grau formam dentro das escolas pequenas empresas para realizar serviços para a comunidade (tradução, digitação, animação de festas). Funcionaria nos mesmos moldes das empresas-júnior das universidades	Jovens que vivem na zona rural passam três meses em universidades ou escolas agropecuárias localizadas em centros urbanos, onde entram em contato com novas tecnologias agrícolas e com o mundo urbano
Valor da bolsa (mensal)	Ajuda mensal de R\$ 50	Empréstimo para abertura do pequeno negócio	Alunos cobram o que quiserem pelo serviço que prestarem	Não definido

Propostas de Lula

	Geração Brasil (PT)	Serviço Civil Solidário	Primeiro Emprego (PT)	Programa de Apoio ao Jovem Trabalhador Rural
Público alvo	Jovens de ambos os sexos, de 17 a 21 anos, que estejam desempregados e que não tenham finalizado o 1º ou o 2º grau	Jovens de ambos os sexos, entre 17 e 21 anos, que estejam desempregados e que não vão prestar serviço militar	Adolescentes a partir de 14 anos que estejam sem emprego e que não tenham experiência profissional	Jovens que vivem no campo
Custo mensal por aluno	R\$ 200 por mês	R\$ 200 por mês	R\$ 200 por mês	Indefinido
Quem treina	Entidades civis e ONGs que oferecem educação profissional	Governos estaduais e municipais, ONGs e associações	Micro e pequenas empresas, ONGs e sindicatos	Não existe treinamento
Quem financia	Governo federal	Governo federal	Governo federal (por 6 meses) e ONGs, micro e pequenas empresas (por 18 meses)	Governo federal (Ministério Extraordinário da Reforma Agrária)
Duração	11 meses (4 horas diárias na primeira fase e 8 horas diárias na segunda)	6 meses (com possibilidade de renovação)	2 anos	Indefinido
Como são os cursos	Nos primeiros dois meses, aprendem português e matemática básicos (objetivo é nivelar o conhecimento). Na segunda fase, o aluno retorna à escola (supletivo) e passa a receber no curso o treinamento específico para a profissão que escolheu	Jovens que não concluíram o 1º grau: pela manhã cursam supletivo e à tarde fazem trabalhos comunitários em ONGs e associações. Os jovens que já tiverem concluído o 2º grau recebem treinamento profissional e realizam atividades de apoio a políticas sociais	Jovens trabalharão em pequenas empresas ou ONGs com salário pago pelo governo nos 6 primeiros meses, período em que também devem receber treinamento profissional. Após esse período, as empresas assumem o compromisso de continuar mantendo a vaga (inclusive pagando salários)	Oferece aos jovens agricultores a oportunidade de exercer outras atividades além da agricultura, concedendo crédito popular para que jovens organizem cooperativas ou associações para desenvolver atividades relacionadas à agricultura (comercialização, consultoria técnica)
Valor da bolsa (mensal)	Ajuda mensal de R\$ 60 e vale-transporte	Ajuda mensal de R\$ 65 e vale-transporte	Ajuda de R\$ 65 e vale-transporte	Indefinido

Folha No 13 do proc.
No 340 do 1998
O funcionário

Data: 16.08.98
Pág: 1-12

Folha No 18 do proc
No 340 do 1998
O funcionário MM

FSP-
Data: 16.08.98
Pág: 1.12

DF cria Serviço Civil Voluntário

da Sucursal de Brasília e do DF.
Depois de ter repetido uma vez a 1ª série, duas vezes a 4ª e também a 5ª, a brasileira Magali Maia, 18, abandonou os estudos no fim do ano passado decidida a arranjar emprego para ajudar a mãe e os dois irmãos no sustento da casa.
Tentou ser balconista de loteria, secretária e auxiliar de escritório. Quando já pensava em buscar ocupações menos atraentes como servente ou faxineira, Magali soube que a Secretaria de Trabalho do Distrito Federal estava recrutando adolescentes na faixa dos 18 anos para o Serviço Civil Voluntário.
O Serviço Civil, que dura 9 meses e paga bolsa de R\$ 60 e vale-transporte, é um dos programas que Lula pretende expandir para todo o país caso seja eleito.

"Achei que não seria selecionada", diz Magali, que fazia parte do grupo-alvo do programa: adolescentes pobres, desempregados, com baixa escolaridade e sem treinamento profissional.
Em maio, Magali se juntou a outros 1.484 adolescentes como ela e, durante dois meses, teve aulas diárias de português e matemática.
Hoje, está na segunda etapa do programa — que inclui aulas de informática, prestação de serviços comunitários e curso profissionalizante oferecido pelo Senai.
"Resolvi fazer o curso de ajudante de creche, porque sempre gostei de crianças. Quando acabar, além de procurar emprego, vou me matricular em algum supletivo, porque quero arranjar um emprego decente e só com a 6ª série não dá", diz. (DF)



Magali Maia (frente, à dir.), que participou do Serviço Civil Voluntário

Oficina ensina a fazer perucas

free-lance para a Folha

Danuzza Ferreira, 14, mora no morro do Cantagalo (zona sul do Rio) e está na 5ª série do 1º grau da Escola Municipal Marília de Dirceu. Sonha em ser advogada ou secretária quando crescer, mas por enquanto só pensa em perucas.
Danuzza e seus amigos Bruno Matias, 15, Raphaela Cabral, 15, e Priscila Barbosa, 15, são alguns dos bolsistas que recebem R\$ 50 mensais do Comunidade Solidária para participarem da oficina de confecção de perucas promovida pela ONG Planeta Golfinhos da Guanabara, em Ipanema.
Eles frequentam diariamente as aulas do projeto Arte-Cabeça em Perucas, um dos 170 apoiados em 98 pelo Comunidade Solidária.
Há três anos a ONG seleciona

crianças e jovens de 6 a 21 anos que morem em áreas de risco para participar de oficinas artísticas como teatro, dança e tapeçaria.
A oficina de perucas é a única financiada pelo Comunidade Solidária e acontece de julho a dezembro, período em que chega a verba — que neste ano é de R\$ 44 mil por projeto — para bolsas, merenda, recursos humanos e materiais.
Segundo o professor de português Sergio Murilo, 47, vice-diretor e fundador da ONG, os cursos são dirigidos para a realização do desfile da escola de samba mirim Golfinhos da Guanabara.
Danuzza Ferreira já desfila na escola de samba mirim há três anos. "Minha vida mudou depois que fui selecionada. Antes eu não tinha nada para fazer à tarde", conta. (JUDITH MORAES)

Folha No 18
O 340
O funcionário

EFHC e Lula propõem treinar adolescente

Candidatos querem preparar os jovens para o setor de serviços, mas as ONGs os treinam para a indústria

Há ainda duas outras contradições comuns aos dois programas. Embora destaquem a necessidade de incluir também os jovens que vivem no campo, os candidatos ignoram que 71,2% das ONGs têm atuação exclusivamente urbana.

Falta avaliação
Outro problema é que ainda não há comprovação da eficácia das propostas de cada candidato. Tanto o Capacitação Solidária (de FHC) quanto o Serviço Civil Voluntário (do PT) já estão sendo testados em projetos-pilotos, mas ainda não foram avaliados. O Capacitação existe desde 1996 e já treinou 21 mil adolescentes carentes em seis capitais. Já o Serviço Civil Voluntário começou a funcionar neste ano no Distrito Federal e está treinando 1.485 jovens entre e 17 e 20 anos de baixa renda que não concluíram o 1º grau. Embora os coordenadores de ambos os programas apresentem dados que indicam que as experiências estão dando certo, não foi feita pesquisa que comprove que os adolescentes conseguem empregos após o treinamento.

Eficiência de ONGs é baixa

Das 1.076 entidades que desenvolvem programas de educação profissional de adolescentes no Brasil, estima-se que apenas 20% ou 30% tenham foco de mercado. Ou seja, pelo menos dois terços delas treinam os adolescentes, mas não conseguem inseri-los no mercado de trabalho. A projeção foi feita pelos organizadores do Cadastro das Iniciativas Não-Formais de Educação Profissional de Adolescentes, primeira tentativa de mapear o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas ONGs no Brasil. Em 96, essas entidades ofereceram 5.018 cursos profissionalizantes para 228,6 mil jovens — pouco mais de 10% do total de 2 milhões de adolescentes entre 14 e 21 anos que não concluíram os estudos. Do total de cursos oferecidos, 41,4% preparavam os jovens para ocupações no setor industrial, 22,3%, para atividades de artesanato e 21,2%, para serviços administrativos em geral. Mas a maioria dos empregos disponíveis hoje está no setor de serviços. Um dos dados que mais surpreendeu os organizadores do cadastro foi o número de cursos de datilografia (o terceiro mais comum, com 7,5% das matrículas), habilidade de pouca utilidade hoje. Para Rebecca Raposo, gerente de projetos da fundação Vitae (uma das organizadoras do cadastro), a qualidade técnica das entidades que fazem capacitação profissional de jovens é muito heterogênea, o que pode colocar em risco as propostas de Lula e FHC de repassar para as ONGs a tarefa de treinar os jovens de baixa renda. (DF)

***DANIELA FALCÃO**
O da Sucursal de Brasília
“As ideias dos dois principais candidatos à Presidência da República para combater o desemprego entre a população de 14 a 24 anos — a mais afetada pela crise — têm uma incoerência grave, que coloca em risco o sucesso das propostas. Tanto o programa de Fernando Henrique Cardoso quanto o de Luiz Inácio Lula da Silva afirmam que, diante da escassez de vagas no setor industrial, a solução para acabar com o desemprego jovem é preparar o adolescente para ser dono de seu próprio negócio ou treiná-lo para atuar em serviços. Ao mesmo tempo, os dois programas também delegam às ONGs (organizações não-governamentais) a tarefa de treinar os jovens que não concluíram os estudos e, por isso, têm mais dificuldades em arranjar emprego. O problema é que 41,4% das ONGs treinam os jovens para ocupações na indústria, e 22,3% delas, para o artesanato. Ou seja, elas estão preparando os adolescentes para exercer funções para as quais

2 milhões são desqualificados

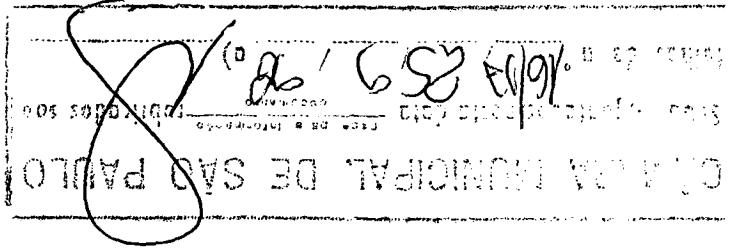
da Sucursal de Brasília
“O candidato que vencer as eleições presidenciais este ano terá ainda de enfrentar uma missão quase impossível: pôr fim à crise do emprego jovem. Para isso, terá de educar e treinar os 2 milhões de adolescentes entre 14 e 21 anos que não conseguem trabalhar hoje porque não completaram o 1º grau nem passaram por qualquer tipo de capacitação. A missão é quase impossível por dois motivos. Primeiro, porque os adolescentes são o grupo mais atingido pelo aumento do desemprego. Em maio passado, na Grande São Paulo, a taxa de desemprego para a faixa de 15 a 17 anos era de 50% — contra 10,4% para pessoas com mais de 40 anos. Segundo, porque o Brasil está passando por uma mudança em seu perfil demográfico, deixando de ser um país de crianças para virar um país de jovens e adultos. Isso significa que, até o ano 2005, o país terá 1,5 milhão de adolescentes a mais a cada ano, uma verdadeira onda jovem, que exercerá ainda mais pressão sobre o já saturado mercado de trabalho. Para gerar as vagas necessárias para absorver esses jovens, o PIB (Produto Interno Bruto) do país teria de crescer 6% a cada ano, segundo especialistas. Mas, segundo cálculos do próprio governo, a taxa para 1998 deverá ser de 1,9%. Os adolescentes sem 1º grau completo e que vivem nos grandes centros urbanos são os que mais sofrem, pois ocupações que não exigiam treinamento nem escolaridade completa passaram a ser disputadas por adultos com maior qualificação. (DF)

não há oferta de vagas. Apenas 21,2% das ONGs preparam o jovem para atuar na área de serviços, como recomendam ambos os candidatos. O perfil das ONGs voltadas à capacitação profissional de jovens foi feito por um conjunto de fundações, pelo Unicef e pelo Ministério do Trabalho. Microempreendedorismo Os jovens entre 14 e 24 anos foram os principais prejudicados com o crescimento do desemprego no Brasil na última década. Dos 2,1 milhões de empregos formais que o país perdeu entre 90

país até 2000 para aumentar sua capacidade produtiva, 10 milhões novos empregos. E, em pouco, por isso é preciso achar outros caminhos para empregar o jovem”, afirma Eduardo Sertori, um dos responsáveis pela elaboração do programa de governo de FHC. Outra alternativa é incentivar a construção civil, e resultado da direção na oferta de postos de trabalho no mercado formal. “Mesmo quando há investimentos em massa no setor industrial, o retorno em vagas criadas é mínimo. Uma montadora de carros que invista US\$ 20 bilhões no

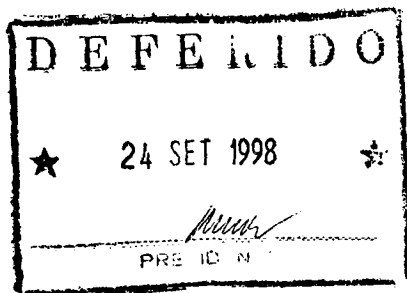
Jorge Mattoso, coordenador do programa de emprego do PT, afirma que o governo Lula é que o governo pague o salário do adolescente empregado em programas financiados por ONGs durante seis meses, desde que a entidade assumo o compromisso de treinar o adolescente e manter seu emprego por mais 18 meses. Já o programa de FHC vai oferecer assistência técnica e financiamento aos jovens que queiram montar seu próprio negócio, além de criar um curso de nível médio nas áreas em que ele poderá ser administrador do terceiro setor.

F 23: 16.08.98
1.12





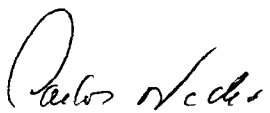
Câmara Municipal de São Paulo



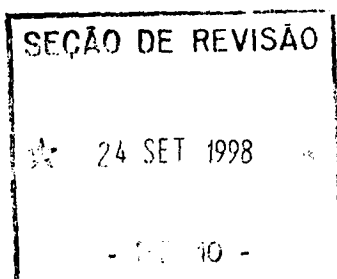
13 - RDS
REQUERIMENTO 13-2176/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 340/98*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT



A Com. de Const. e Justiça

25/09/98

Breno
BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chef. Subst.
A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 25/9/98 às 18:00 hs.

IT
24 / 09 / 98
9-A Eltonina

Jornal da Manhã Quinta-feira, 24 de setembro de 1998

DIA-A-DIA

TRABALHO: leitura rápida

FAT espera treinar 17 mi em quatro anos

O Programa Nacional de Qualificação Profissional (Planfor) treinará, nos próximos quatro anos, 17 milhões de pessoas. As prioridades de atendimento do Planfor, aprovadas ontem pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), presidido por Flávio Obino, da Confederação Nacional dos Comerciantes (CNC), são as pessoas desocupadas, que estejam recebendo o seguro-desemprego ou candidatando-se ao primeiro emprego. Receberão tratamento especial os trabalhadores que podem perder o emprego por inovação tecnológica do setor. Os projetos a serem priorizados deverão, necessariamente, estar incluídos em área de pobreza. O direcionamento deve ser no sentido de elevar o nível de escolaridade dos trabalhadores, beneficiando as mulheres, os jovens entre 14 e 24 anos e os chefes de família, além de promover a intermediação de mão-de-obra. Segundo o conselho, 64% da População Economicamente Ativa (PEA), que é composta por 72 milhões de pessoas, não completou o 1º grau. Boa parte dos trabalhadores não tem como custear sua qualificação profissional. O Codefat ratificou a proposta orçamentária para 1999, em R\$ 8,6 bilhões. Foi aprovada a liberação de R\$ 130 milhões para a Caixa Econômica Federal aplicar no Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Urbano) e R\$ 120 milhões para o Banco do Nordeste.



Obino: Codefat definiu ontem prioridades para o próximo ano

Dida Sampaio/AE

26/11/98
M

S. E. G. U. E. F. L. O. 18 a 80



Câmara Municipal de São Paulo

16 - PAR
16-1593/1998

PARECER Nº /98 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 340/98.

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Nobre Vereador Carlos Neder, que visa instituir o programa "Meu Primeiro Emprego" no Município de São Paulo, propondo o estabelecimento de políticas de qualificação e requalificação profissional e de suplência, dirigida a jovens, com renda familiar inferior a dez salários mínimos e a mulheres que buscam seu primeiro emprego.

Em vista das proporções gravíssimas que o problema do desemprego atingiu no Município de São Paulo, com tendências de aprofundamento nos próximos meses, torna-se fundamental para o Poder Público Municipal apoiar programas que promovam a qualificação e requalificação de jovens e mulheres que buscam seu primeiro emprego.

17 - RELCOM
17-0754/1998



Câmara Municipal de São Paulo

Folha No	19	do proc	26
No	340	de 19	98
O funcionário	m		

O programa "Meu Primeiro Emprego" insere-se, desta forma, dentro da competência do Poder Legislativo, disposta no art. 13, I, da Lei Orgânica Municipal, de legislar sobre assuntos de interesse local.

Da mesma forma, a criação do Colegiado Regional de Desenvolvimento, com a participação das diversas secretarias afetas ao programa, previsto no art. 3º do presente Projeto de Lei, também encontra-se contemplada pela competência do Poder Legislativo de criar, estruturar e atribuir funções às Secretarias e aos órgãos da Administração Pública, estabelecida pelo art. 13, XVI, da Lei Orgânica Municipal, não interferindo, todavia, na organização administrativa da Prefeitura.

Por outro lado, o presente Projeto de Lei não esbarra na delimitação da competência privativa do Prefeito, estabelecida pelo art. 69, XVI da Lei Orgânica, uma vez que não dispõe a presente iniciativa legislativa de criação ou alteração das Secretarias Municipais, mas apenas lhes atribui funções, o que é permitido pelo seu art. 13, XVI, conforme acima já exposto.

Folha No	20	do pros.	27
No	340	do 19	98
O funcionário	M		



Câmara Municipal de São Paulo

Desta forma, por estar amplamente amparado pela legislação municipal, não encontra o presente Projeto de Lei qualquer óbice de ordem jurídica.

Somos, portanto,

Pela Legalidade.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 03/11/98

*Luiz Antonio
de Faria*

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Publicada no DIÁRIO OFICIAL
de 06/11/98
página 48 coluna 2a
Conferido: *m*

A Douta Comissão de
Administração Pública
Em 06/11/98

m
Marlene S. de Oliveira
Secretaria

Recebido na Comissão de
Administração Pública
Em 05/11/98 às 15:00 h,

P
VERA NICE R. VIBEIRO
SECRETARIA

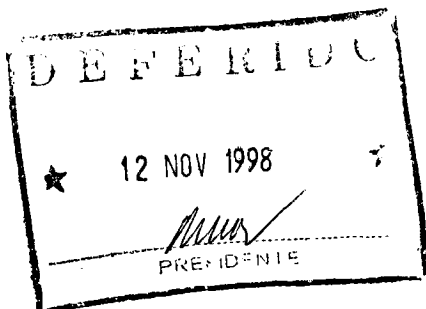
Ao nobre Vereador *Jorge Taba*
para relatar Regimentalmente até 11/11/98
a Sala da Comissão de Administração Pública
10/11/98
[Assinatura]
Presidente

AMARA MUNDIM - IL. SÃO PAULO
Assinados nesta data: *[Assinatura]*
Assinados sob: *[Assinatura]*
Assinados em: 19/12/98



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 21 do proc.
N.º 340 de 1998
O Funcionário



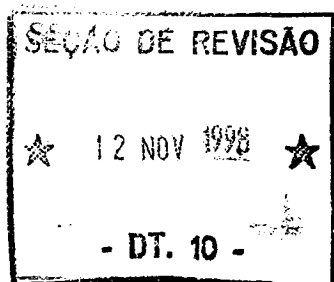
13 - RDS
REQUERIMENTO "D" 13-2659/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 340/98*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1998

Carlos Neder
CARLOS NEDER

Vereador - PT



Ao DT.7

Senhora Diretora:

Para encaminhamento à Comissão
de Administração Pública.

13.11.98


BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.,
A. T. M.

À Comissão de Administração Pública - Senhora Secretária,

- - Em atendimento à cota supra.

16.11.98


LEILA XAVIER MACHADO
Diretor Técnico de Depto.-DT. 7

Data: 09 11 1998

Pág: A 9

Folha n.º	22	do proc.
N.º	340	de 19
O funcionário	10	

Curitiba cria emprego para atacar dengue

Elvira Fantin
de Curitiba

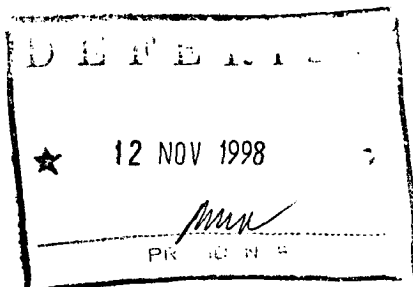
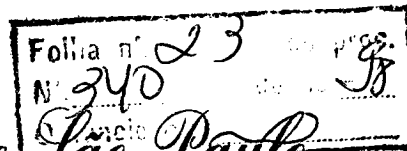
Associar o combate à dengue à geração de emprego foi o caminho adotado pela prefeitura de Curitiba para potencializar as ações de saúde no município. Com a presença do ministro da Saúde, José Serra, o prefeito Cássio Taniguchi lançou na última sexta-feira o programa Primeiro Emprego. Através do programa, a prefeitura contratou e já treinou 604 jovens com idade entre 18 e 20 anos e nível de escolaridade de, no mínimo, o primeiro grau completo.

Eles terão a missão de visitar 437.278 domicílios urbanos como agentes de saúde. Além do combate ao mosquito da dengue, transmissor da dengue, os jovens também foram treinados para identificar e combater vetores de outras doenças e promover educação ambiental.

Os jovens que atuarão no programa terão carteira assinada e receberão salário de R\$ 202,00 para uma jornada diária de seis horas. Eles já foram recrutados e treinados para orientar a população sobre a eliminação de vetores, o tratamento adequado dos detritos — coleta, separação e destinação final do lixo orgânico e reciclável — e outras ações na área de saúde e meio ambiente.



Câmara Municipal de São Paulo



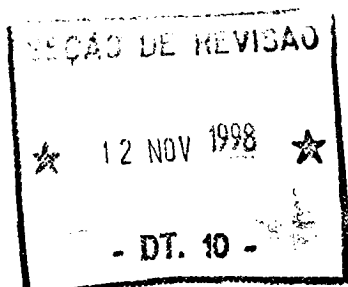
REQUERIMENTO "D" 13 - RDS
13-2660/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 340/98**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1998

Carlos Neder
CARLOS NEDER

Vereador - PT

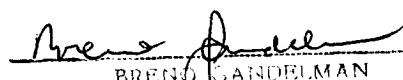


Ao DT.7

Senhora Diretora:

Para encaminhamento à Comissão
de Administração Pública.

13.11.98


BRENO CANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe Subst
Dep. T. Ed.

À Comissão de Administração Pública - Senhora Secretária,

Em atendimento à cota supra.

16.11.98


LERA XAVIER MACHADO
Diretor Técnico do Dept.º DT. 7

Mulheres sofrem mais na busca de emprego



ZYLBERSTAJN: sociedade machista ainda discrimina a mulher no trabalho

Dona de casa e mãe, a mulher, que hoje representa 50,5% da força de trabalho, tem menos tempo para se dedicar à profissão e ainda é discriminada em algumas funções

so era impossível. O que sei fazer é vender e aprendi com a prática."

Pela avaliação do especialista em trabalho Hélio Zylberstajn, dois conceitos justificam a retração acentuada de mercado para as mulheres. Primeiro, o que ele classifica como menor comprometimento com a profissão. "A mulher é forçada a se comprometer menos com a função, já que atua também como dona de casa e mãe, ao mesmo tempo. O empresário sabe que, em geral, a disponibilidade feminina é menor do que a do homem."

Machismo

O segundo item, segundo Zylberstajn, se refere ao "comportamento machista da sociedade", que ainda discrimina as mulheres em algumas funções. A estudante Aparecida Bastos, que há três meses tenta uma recolocação, concorda. "Sempre quis trabalhar com engenharia ou produção de máquinas pesadas, mas nestes mercados só homem tem vez."

Para o professor da Unicamp Márcio Pochmann, é preciso alertar, no entanto, que a retração da economia tem resultado em alta de desemprego para ambos os sexos. "O que acontece no atual momento é que a mulher busca mais o emprego, até mesmo para recuperar a renda perdida com a demissão do marido ou de outros membros da família", completa Hélio Zylberstajn.

Marta Barbosa



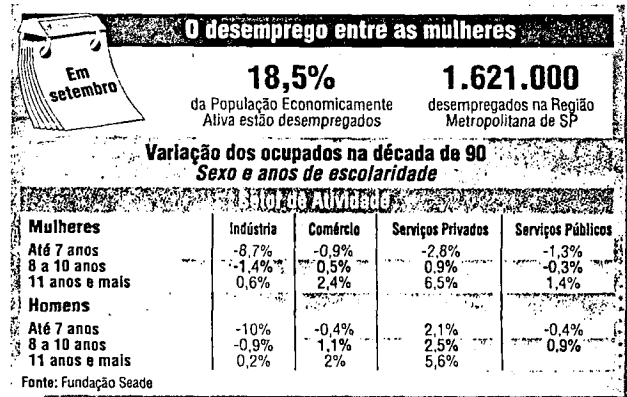
“A mulher está pronta para enfrentar o trabalho, seja ele qual for. Não concordo que produzimos menos do que os homens. É tudo preconceito e desculpa que os empresários usam para não nos empregar”

Suzy Martins dos Anjos, 35 anos



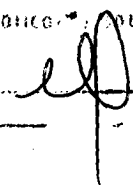
“Trabalhei durante dez anos como secretária no interior e agora venho tentar uma vaga em São Paulo. Sempre ganhei menos do que os homens com função semelhante à minha, mas acho que isso é normal”

Sílvia Helena Nascimento, 30 anos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

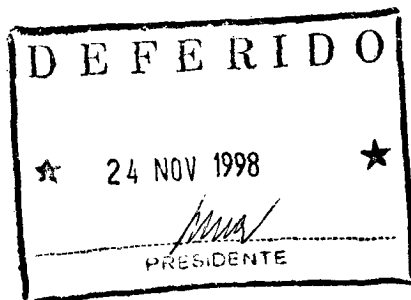
SIGU-V. JUSTUSAS neste ato para de informação documental tecnicamente assessorado

telhos de 25.26 11/98 a) 



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	25	do total	
n.º	340	de 19	98



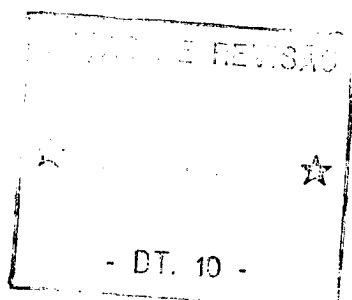
REQUERIMENTO 13 - RDS
13-2774/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 340/98**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1998

Carlos Neder
CARLOS NEDER
Vereador - PT

Para Maria Luiza



Ao DT.7

Senhora Diretora:

Para encaminhamento à Comissão de
Administração Pública.

25.11.98


BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.
A. T. M.

À Com. Adm. Pública,

Em atendimento ao despacho supra.

26.11.98


LEILA XAVIER MACHADO
Diretor Técnico do Depto. DT. 7

Recebido na Comissão da
Administração Pública
Em 26.11.98 às 12.00 h.


VERA NÍCE R. RIBEIRO
SECRETÁRIA

21 11 98
JT
7A

Secretaria diploma alunos de reciclagem

A Secretaria Estadual de Relações do Trabalho e Emprego, entrega hoje os diplomas para 191 trabalhadores que participaram do Programa de Auto-Emprego (PAE) em Osasco. Os alunos fizeram cursos de corte e costura, elétrica, culinária, silk-screen e cabeleireiro e também receberam instruções de como montar o próprio negócio.

Por causa dos cursos, seis empresas foram abertas pelos trabalhadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUIM, juntados nesta data, rubricados sob

folhas de nº 27/28 03/12/98 01)

FERNANDO JOSÉ ALEONSO ARUTA
Secretário



16 - PAR
16-1834/1998

Câmara Municipal de São Paulo

FERNANDO JOSÉ ALFONSO ARDIA
Secretário

atualizado em 30/09/2015 00:00:00.	
Folha n.º 27	do proc.
N.º 340	de 1998
O funcionário	

Is. 40

DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI 340/98

De autoria do nobre Vereador Carlos Neder, o projeto de lei 340/98 visa instituir o Programa "Meu Primeiro Emprego", no âmbito das Administrações Regionais do Município.

São objetivos do mencionado Programa:

- I - gerar emprego e renda nos bairros;
- II - propiciar qualificação profissional para jovens com renda familiar inferior a dez salários mínimos;
- III - propiciar qualificação profissional para mulheres que buscam seu primeiro emprego;
- IV - propiciar requalificação profissional para jovens com renda familiar inferior a dez salários mínimos e para mulheres que buscam seu primeiro emprego;
- V - propiciar programas de suplência para pessoas que não concluíram o ensino fundamental.

Dispõe, outrossim, que para implementar este Programa o Poder Executivo constituirá o Colegiado Regional de Desenvolvimento, em cada Administração Regional, com a participação das diversas secretarias ou órgãos afetos ao programa, de representantes da sociedade civil, do empresariado, de micro e pequenos empreendedores, de universidades, de escolas técnicas e de representações locais do SEBRAE-SP.

Por fim, a medida em exame autoriza o aporte de recursos de Instituições Públicas ou Privadas interessadas em financiar o referido Programa.

Em justificativa à propositura, o I. Autor alega que a falta de empregos é um dos principais problemas da atualidade. Em São Paulo, a taxa de desemprego subiu para 8,97%, segundo dados do IBGE referentes a março/98. Já os dados de desemprego da Fundação SEADE/DIEESE são mais altos, apurando-se mais de um milhão e meio de desempregados na Grande São Paulo.

Não é só. Argumenta ainda o Autor que a dificuldade de acesso ao emprego se agrava para as pessoas que nunca tiveram alguma colocação e estão em busca de seu primeiro emprego. Estudos realizados por pesquisadores do BNDES apontam para um maior desemprego entre as mulheres.



Câmara Municipal de São Paulo

Secretário

Por tais fatos, o projeto de lei objetiva enfrentar este grave problema, propondo o estabelecimento de políticas de qualificação e requalificação profissional e de suplência, dirigidas a jovens e a mulheres que buscam seu primeiro emprego, na forma ora proposta.

De fato, a par de todo o exposto, entendemos que a matéria está revestida de elevados propósitos meritórios não havendo óbices para o seu normal prosseguimento.

Favorável, desta forma, é o nosso parecer.

Sala da Comissão de Administração Pública, 01/12/98

Presidente

Relator

[Signature]
[Signature]
[Signature]

[Signature] Henrique

17 - RELCOM
17-4070/1998

Publicado no DIÁRIO OFICIAL
de 03 / 12 / 98
páginas 87/88 coluna 3 (87)
Conferido: 1 (88)

A Douta Comissão de
Educação, Cultura e Esportes

Em, 03 / 12 / 98

FERNANDO JOSÉ ALFONSO ARUTA
Secretário

Recebido na Comissão de

Educ. Cult. e Esportes

Em 2/12/98 as 12:00 h.

Marcos Antonio Silva
Secretário
Reg. 10833

AO NOBRE VEREADOR
PARA RELATAR.

SALA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
ESPORTES.

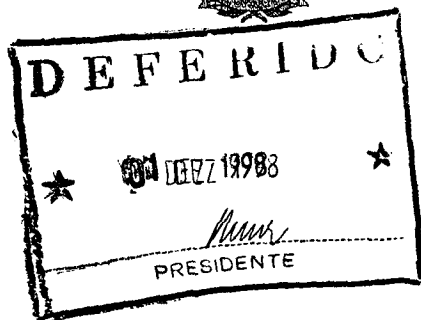
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Processo nº 2927 11 / 12 / 98
folhas de 01

Folha n.º 25 do proc. N.º 360 de 1998
O funcionário



Câmara Municipal de São Paulo



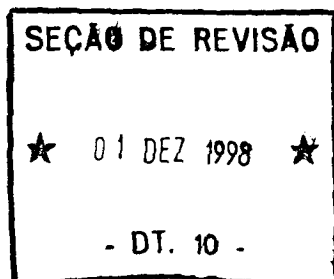
REQUERIMENTO 13 - RDS
13-2838/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 340/98*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1998

Carlos Neder
CARLOS NEDER

Vereador - PT

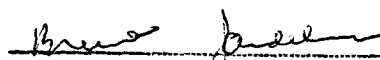


Ao DT.7

Senhora Diretora:

Para encaminhamento à Comissão de
Administração Pública.

02.12.98


BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.
A. T. M.

À Comissão de Administração Pública.

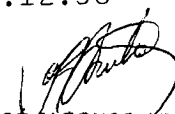
02.12.98


FERNANDO JOSÉ DE FÁTIMA
Diretor Técnico de Apoio Cl. 7

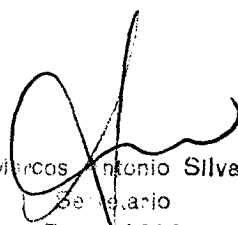
À Comissão de Educação, Cultura
e Esportes,

Para juntada ao processo.

03.12.98


FERNANDO JOSÉ ALFONSO ARUTA
Secretário

Recebido na Comissão de
Educ. Cult. e Esportes
Em 11/12/98 as 14h.


Marcos Antonio Silva
Secretário
Reg. 10833

Mulher gera um terço da renda na Capital

SANDRA MOTTA

A mudança no perfil das famílias na Grande São Paulo, aliada à crise econômica e aumento do desemprego entre os chefes de família, está levando cada vez mais mulheres ao mercado de trabalho e ampliando sua participação na geração de renda. Segundo dados do Dieese/Fundação Seade, mesmo ganhando em média 30% menos que os homens, elas já são 42% da população ocupada e respondem por quase um terço do total da renda gerada na região metropolitana, ou 32,7% — uma fatia 20% maior que a registrada 10 anos atrás.

A analista do Seade, Sandra Brandão, explica que esse crescimento é expressivo e não se deve apenas à mudança de perfil dos núcleos familiares, nos quais a figura da mulher chefe (sozinha ou com filhos) saiu de 17% da População em Idade Ativa em 89 para 21,1% este ano — um crescimento de 24%. “Também está aumentando bastante o peso do trabalho feminino no rendimento das famí-

lias tradicionais, compostas pelo casal e os filhos”, ressalta.

“Esse lado tem aspectos negativos pois, em muitos casos, a entrada da mulher no mercado acontece para cobrir o desemprego ou queda de rendimento do parceiro”, analisa a técnica do Seade. Ela lembra que, enquanto o desemprego entre os chefes de família saltou de 3,6% para 11,2% entre 89 e 98, nas famílias tradicionais (lideradas por casais) a renda gerada pelas mulheres também cresceu, de uma fatia de 22,1% para 26,3% do total de rendimentos — incluindo desde salários e ganhos no mercado formal ou informal até pensões, aposentadorias ou mesmo seguro-desemprego.

Para Sandra Brandão, o peso da mulher no rendimento e portanto nas decisões sobre o orçamento das famílias só não é ainda maior por conta dos salários mais baixos. Ela explica que, mesmo com o avanço feminino em termos de

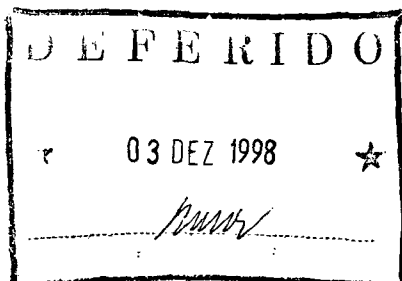
ocupação, educação e formação profissional, a média da remuneração das ocupadas em 97 ainda ficava em R\$ 3,78/hora, 27% menor que a dos homens, os quais recebiam em média R\$ 5,16 por hora trabalhada.

Por conta desses fatores, diz a técnica, a participação crescente da mulher na geração da renda não é 100% positiva. Em muitos casos, ela ainda reflete a opção das empresas por mão-de-obra mais barata. “Também é provável que esse avanço delas nos anos 90 seja, em boa medida, reflexo das carências econômicas e da própria fragmentação das famílias. Nesse cenário, o rendimento feminino acaba salvando ou complementando o orçamento da casa, mas não significa melhora no padrão de vida”, conclui.



Câmara Municipal de São Paulo

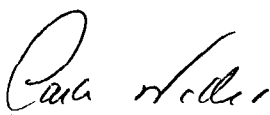
autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha n.º 31
N.º 340 de 15 de 46
O funcionário



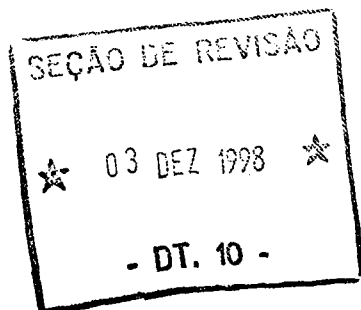
REQUERIMENTO 13 - RDS
13-2954/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 340/98**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT

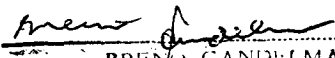


Ao DT.7

Senhora Diretora:

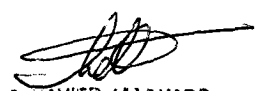
Para encaminhamento à Comissão de
Educação, Cultura e Esportes.

07.12.98

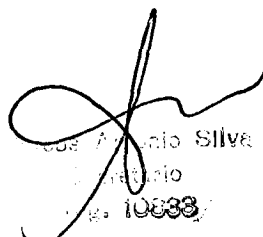

BRENO GANDELMAN
Assessor, Tec. Leg. Chefe Subst.
A. T. M.

À Comissão de Educação, Cultura e Esportes,
Em atendimento ao despacho supra.

07/12/98


LEILA XAVIER MACHADO
Diretor Técnico do Dept.o-DT. 7

Recebido na Comissão de
Educação, Cultura e Esportes
Em 11/12/98 às _____ h.


José Antonio Silva
Secretário
Reg. 10838

OES FSA
02-12-98
A 12

Folha no.	32	de pág.	
Nº	340	de 19	FR
O funç. em			

Participação de jovens no mercado de trabalho diminui na Grande São Paulo

LEONARDO TREVISAN

A participação dos jovens no mercado de trabalho da Grande São Paulo caiu, nos últimos dez anos, de 29% para 24%. O tipo de emprego também mudou: as reestruturações praticadas pelas empresas nesse período acabaram deixando para os jovens entre 15 e 24 anos os serviços "mais precários". Essas foram as conclusões da pesquisa 20 anos no ano 2000 – Estudos Demográficos sobre a Juventude Paulista, publicada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

O levantamento da Seade demonstrou que a taxa de ocupação dos adolescentes entre 15 e 17 anos caiu de 50,4% para 32,2% entre 1986 e 1996. Entre os jovens de 18 a 24 anos, a taxa de ocupação caiu de 71,5% para 62,7% nesse mesmo período. Ou seja: mais de dois terços dos adolescentes e quase 40% dos jovens até 24 anos estão sem ocupação na Grande São Paulo. As tabelas do estudo da Seade mostram que as moças perderam menos trabalho que os rapazes.

Esses dados preocupam os pesquisadores da Seade, porque São

Paulo está em plena "onda jovem" – o momento em que essa faixa etária tem a maior proporção na estrutura demográfica em toda nossa história.

Empregos precários – A qualidade dos empregos piorou com a queda da participação da indústria na criação de postos de trabalho para jovens. Em 1996, 67% dos jovens empregados trabalhavam na área de serviços e comércio.

O restante está ocupado, mas não necessariamente em um emprego da área industrial. A rotatividade nesses empregos é muito alta: 47% dos jovens ocupados estavam no máximo há seis meses no mesmo emprego.

O declínio dos contratos formais foi muito grande: em 1986, 72% dos jovens ocupados tinham carteira assinada; dez anos depois, apenas 57%. Pesquisadores da Seade concluem que as chances de inserção dos jovens no mercado de trabalho tendem a reduzir-se.

Para entender melhor a precarização do trabalho dos jovens, a fundação publicou um estudo do Núcleo de Estudos sobre Relações de Raça, Gênero e Idade da Pontifi-

cia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que traça um perfil das meninas que distribuem folhetos pelas ruas da Grande São Paulo. A distribuição de folheto é o típico emprego "de caráter eventual" de jovens, 96,3% deles do sexo feminino, sendo 60,7% na faixa entre 14 e 17 anos e 19,3% entre 18 e 22 anos.

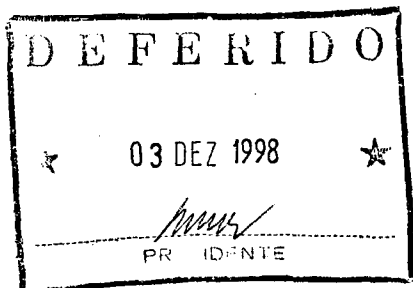
A pesquisa mostrou que essas jovens fazem parte de famílias dos "setores populares integrados", prestadores de serviço em sua maioria. A escola é frequentada por 73,8% delas, que têm escolaridade média de quatro anos – dois anos a mais que a média da escolaridade dos pais. A maior parte dessas moças vive com os pais – 79,2% – e 31,5% dessas famílias são chefiadas por mulheres. A maioria (80,7%) declarou ser católica. Um total de 94,6% das jovens reclamou do assédio sexual que sofre no trabalho.

Para a pesquisadora da Seade Felícia Madeira, essa precarização do trabalho jovem, como a distribuição de folhetos, "decorre da soma de interesses coincidentes que envolvem a família, o jovem e o empregador brasileiro".



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 32 autuada em 30/09/2015 00:00:00.
No 340 do proc. 49
O funcionário

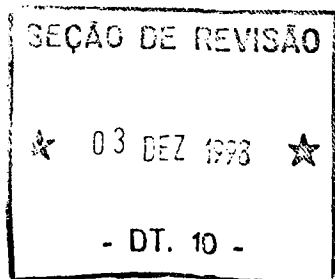


REQUERIMENTO 13 - RDS
13-2955/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 340/98*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1998


CARLOS NEDER
Vereador - PT

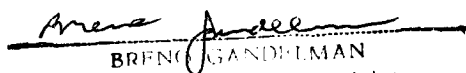


Ao DT.7

Senhora Diretora:

Para encaminhamento à Comissão de
Educação, Cultura e Esportes.

07.12.98

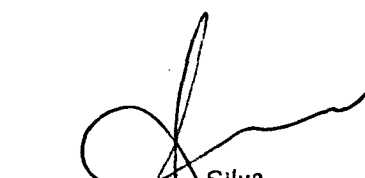

BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.
A. T. M.

À Comissão de Educação, Cultura e Esportes,
Em atendimento ao despacho supra.

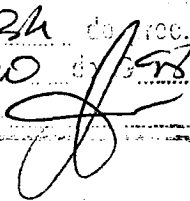
07/12/98


LEILA XAVIER MACHADO
Diretor Técnico de Depto.-GT. 7

Recebido na Comissão de
Educação, Cultura e Esportes
Em 11/12/98 as 12:02 h.


Marcos Antonio Silva
Secretário
Reg. 10838

Publicação: SP-
 Data: 03/12/98
 Pág.: 07

34 do rec. fls. 51
 340 de 53


Contratação de * jovens permitirá reduzir encargos

BRASÍLIA — A comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto que permite a redução de encargos sociais das empresas que contratarem jovens entre 18 e 25 anos para o primeiro emprego registrado na Carteira de Trabalho. De autoria do deputado Domingos Leonelli (PSB-BA), o projeto reduz em 50% as contribuições sociais destinadas aos órgãos do chamado "sistema S" (Sesi, Senai, Sesc, Senac e Senat, além do Incra, Sebrae, e Salário-Educação).

As reduções são transitórias e com duração de apenas um ano. Após o fim do prazo, o contrato continua em vigor, mas sem os descontos. "Poderão ser criados cerca de 10 milhões de empregos", anunciou, otimista, Leonelli. Segundo ele, os jovens são os que mais sofrem com a falta de emprego — correspondem a 33% dos desempregados do País.

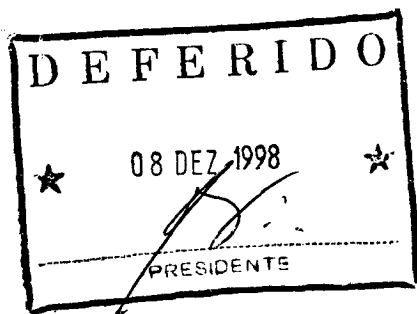
A negociação só foi possível depois que o ministro do Trabalho, Edward Amadeo, retirou seu veto ao projeto, em troca da redução de 90% para 50% da parcela de desconto sobre as contribuições. O relator do substitutivo, deputado Paulo Rocha (PT-PA), aceitou o novo percentual para permitir a aprovação da proposta.

O líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP) informou que vai pedir ao presidente Fernando Henrique que inclua o projeto na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional em janeiro.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 25 do processo 152
 N.º 410
 O funcionário



REQUERIMENTO "D"

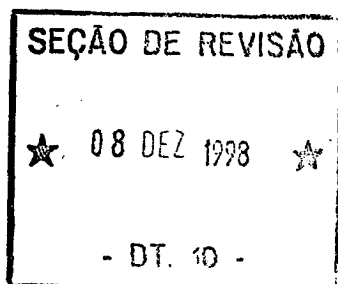
13 - RDS
 13-2992/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 340/98*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 08 de dezembro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT

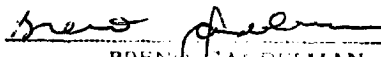


Ao DT.7

Senhora Diretora:

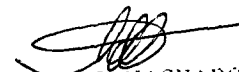
Para encaminhamento à Comissão de
Educação, Cultura e Esportes.

09.12.98

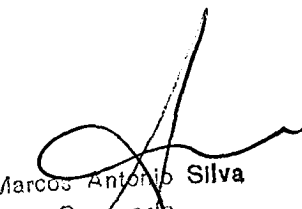

BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.
A. T. M.

À Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

10.12.98


LEILA XAVIER MACHADO
Diretor Téc. de Departamento

Recebido na Comissão de
Educação, Cultura e Esportes
Em 11/12/98 às 12:00 h.


Marcos Antonio Silva
Secretário
Reg. 10343

Folha n.º 36 de 123
N.º 340
O funcionário

Mulher adia aposentadoria e volta ao mercado de trabalho

Segundo a Seade, o número de mulheres com mais de 45 que voltam a procurar uma ocupação tem crescido nos últimos anos. O preconceito, no entanto, faz com que a informalidade seja uma das poucas opções de trabalho

Com a mesma idade em que muitas mulheres pensam ou até já vivenciam a aposentadoria, Carmem Furgeri percorreu o caminho inverso, tendo de recomeçar profissionalmente aos 46 anos. Durante 17 anos ela trabalhou como secretária até que, no primeiro ano do Plano Collor, ficou desempregada. "Vi que seria difícil uma recolocação na mesma função que eu exercia por causa da idade. Como não podia parar de trabalhar, entendi que a solução era partir para outra atividade, mesmo que informal." Carmem usou parte do dinheiro que recebeu de indenização para investir na carreira de doceira. Fez cursos de produção de doces e salgadinhos e se especializou na preparação de chocolates. Hoje, com 55 anos, ela consegue um salário mensal entre R\$ 2,5 mil a R\$ 3 mil com a vantagem de poder definir o próprio horário. "Quando estou muito cansada, não aceito encomendas." Assim, ela, o número de mulheres que recomeçam profissionalmente depois dos 45 anos tem crescido nos últimos tempos. Na avaliação de especialistas, uma tendência que é resultado da neces-

sidade de complementação da renda familiar e da própria mudança do comportamento feminino. "A crise financeira pode até incentivar a entrada da mulher com mais idade no mercado, mas o emprego hoje representa um crescimento pessoal em qualquer idade e isso é o que mantém essa mulher na disputa por um espaço", avalia a diretora de Análises Sócio-econômicas da Fundação Seade, Felícia Madeira. A socióloga do Dieese Solange Sanches reforça: "Cada vez é menor o número de mulheres que planejam ser donas-de-casa. É claro que não haveria tanta mobilização feminina se não fosse a crise financeira." Uma pesquisa da Seade indica, no entanto, que a inserção no mercado de trabalho formal se torna mais difícil para as mulheres na proporção que aumenta a idade. Pelos dados do estudo, enquanto 11,5% das mulheres com mais de 60 anos estavam empregadas na Grande São Paulo em 96, o percentual de homens era equivalente a 36%.

Experiência

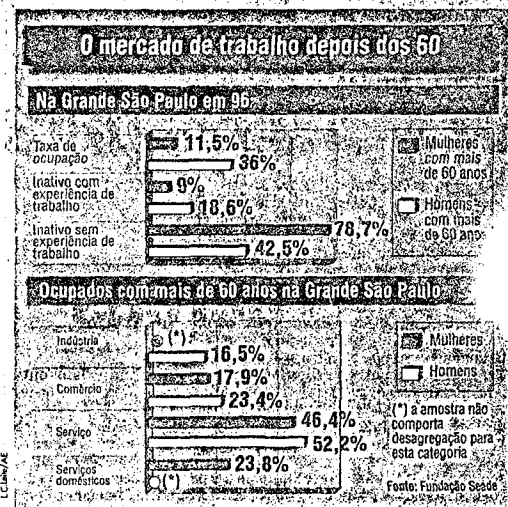
O mesmo estudo mostra que a parcela feminina com faixa etária superior a 60 anos que, apesar de ter experiência anterior de trabalho, estava na inatividade equivalia a praticamente metade da registrada entre os homens. "A idade avançada representa empecilho na contratação para todos os sexos. Para as mulheres, a situação é mais difícil porque a possibilidade de que as que procuram emprego depois dos 40 tenham uma experiência profissional anterior é muito pequena, além do baixo nível de



MERCADO INFORMAL: Josefa comanda rede de vendedoras de cosméticos

escolaridade", explica Felícia Madeira. Em 96, segundo dados da Seade, 78,7% das mulheres na inatividade não tinham experiência de trabalho nos anos 90. A saída para essa parcela da população desempregada está, na maioria das vezes, no mercado informal. Josefa Marcelino do Nascimento, de 56 anos, é um exemplo. Depois de 18 anos trabalhando com costureira para lojas de confecção, Josefa do Nascimento perdeu as perspectivas na profissão. "O volume de trabalho caiu e eu não tinha como pagar as contas no fim do mês." A solução foi recomeçar em outra atividade, dessa vez não regulamentada. Josefa do Nascimento se inscreveu como revendedora da linha de cosméticos Nemawashi e hoje já exerce a função de distribuidora de produtos, comandando uma equipe de mais de 30 revendedoras porta a porta. "Ninguém contrata uma mulher com mais de 50 anos, acham que a gente vai ter problema de saúde e não vai render o suficiente. A prova de que isso não é verdade é que hoje eu tenho mais na informalidade do que quando era costureira."

Marta Barbosa



SECRETÁRIA DOCEIRA: mudança foi alternativa encontrada por Carmem para se manter no mercado

Publicação: JT
Data: 06/12/98
Pag: 9A
Materia: P-346-1998: DANIEL MARTINS GODOY

SEGURIDADE

Seminário em SP analisa formação profissional

Casos bem-sucedidos em empresas e cooperativas mostram o caminho da qualificação

Cerca de 20 experiências bem-sucedidas de formação profissional feitas em parceria entre o Ministério do Trabalho e empresas ou cooperativas de todo o País estão sendo analisadas no 1º Seminário Nacional Sefor/Uniemp, que começou ontem e encerra-se hoje, em São Paulo.

Entre essas experiências estão a qualificação de pessoal para o pólo petroquímico do Rio Grande do Sul e de costureiras da Cooperativa de Tijucar, de Santa Catarina, além de projetos de tecnologias alternativas, como o Poemar, do Pará, que ensina a processar fibras de coco, usadas pela Mercedes-Benz nos estofamentos. "Mão-de-obra abundante e barata deixou de ser vantagem comparativa. Qualificar é hoje a única forma competir", diz Ozires Silva, diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que sediou o evento, promovido pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (Sefor), do Ministério do Trabalho (MTb), e pelo Fórum Permanente das Relações Universidade-Empresa (Uniemp).

"O Plano Nacional de Formação (Planfor) não é um novo projeto de qualificação em massa, mas uma política de educação descentralizada, da qual participam universidades, sindicatos, governo e empresas", diz Nassim Mehedff, secretário de Formação e Desenvolvimento Profissional do MTb. Ele criticou as políticas de formação profissional adotadas no País, "historicamente atreladas ao modelo de desenvolvimento excludente, que permitiu que o Brasil multiplicasse seu PIB por 15, em 50 anos, mantendo a escolaridade média em apenas 3,8 anos".

Segundo Mehedff, graças ao Planfor, hoje 25 mil pessoas discutem uma política educacional integrada com políticas públicas de criação de emprego, nas comissões estaduais e municipais de emprego do País. "As vezes formamos gente que não encontra trabalho imediatamente. O essencial é que investimos na elevação da massa crítica, formando gente capaz de inventar seu emprego ou se organizar para defender seus interesses".

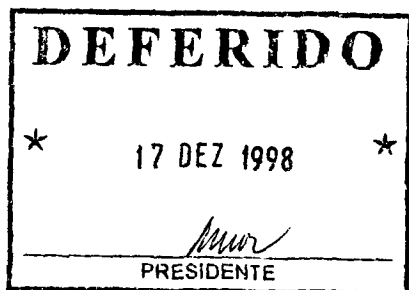
Publicação: 08/05/98
Data: 27/11/98
Página: 114

CÂMERA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SALA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, REVENHOS E TRIBUTAÇÃO
Sessão n. 383/ 23/12 1998 a)



Câmara Municipal de São Paulo

Folha Nº 38 # do proc
 Nº 340 # de 1998
 O funcionário

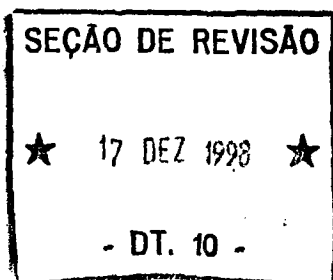


REQUERIMENTO "D" 13 - RDS
 13-3152/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 340/98*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1998


CARLOS NEDER
 Vereador - PT

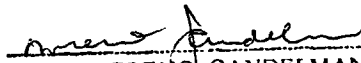


Ao DT.7

Senhora Diretora:

Para encaminhamento à Comissão de
Educação, Cultura e Esportes.

18.12.98


BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.
A. T. M.

À Comissão de Educação, Cultura e Esportes,
Em atendimento ao despacho supra.

22.12.98


LEILA XAVIER MACHADO
Diretor Técnico de Dept.o-DI. 7

O ESTADO DE S. PAULO

GERAL

EDUCAÇÃO

Qualificação é problema na indústria paulista

Pesquisa do Senai revela que 37% das empresas em São Paulo não têm nenhum programa

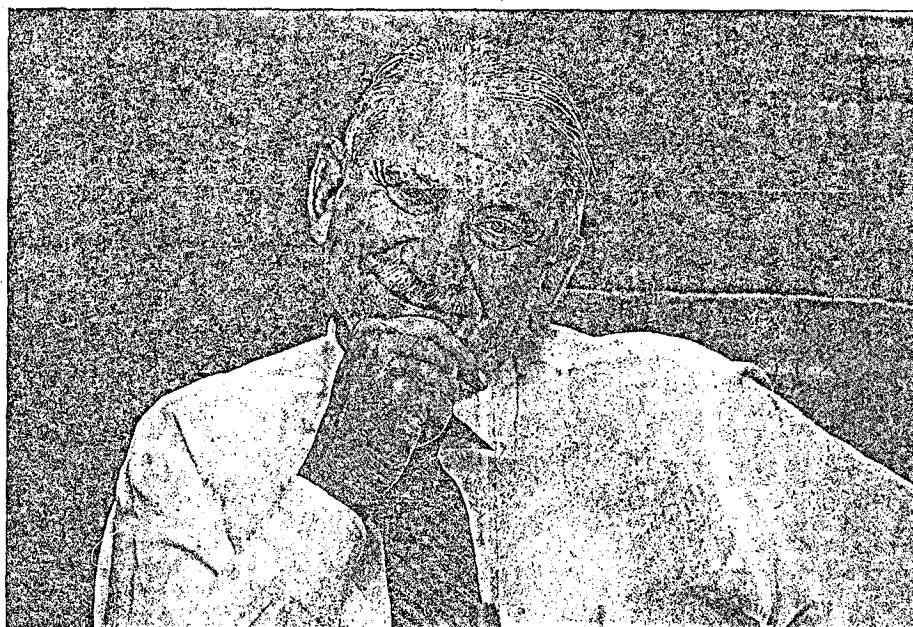
LEONARDO TREVISAN

A modernização da indústria paulista ainda não chegou aos trabalhadores — a qualificação da mão-de-obra continua precária e é dificultada pelo avanço da terceirização nas empresas.

Dados de uma pesquisa cedida ao Estado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) mostram que 81% da mão-de-obra contratada como semi-qualificada tem carência profissional. No caso da mão-de-obra qualificada, o reconhecimento das carências de formação atinge 69% do universo pesquisado.

"Fala-se mais em modernização do que se pratica", avalia Milton Gava, diretor de Educação do Senai de São Paulo. Os próprios empresários fazem pouco para reverter esse quadro: 37% das companhias não possuem nenhum programa de formação dos funcionários.

Rumos — O estudo Referenciais do Mercado de Trabalho, iniciado pelo Senai em 1996 e concluído em setembro, pesquisou 1.083 empresas, com 414 mil empregados em 129 municípios paulistas. O objetivo era "identificar como é para onde" caminha a indústria e, a partir desses novos rumos, promover a reformulação dos cursos de formação profissional do Senai. A pesquisa identificou uma "modernização moderada" no parque industrial paulista, tanto na organização do trabalho quanto na introdução de novas tecnologias.



Aidar: meta do governo de capacitar 20% da força de trabalho, ou 15 milhões de pessoas, é difícil

Nas empresas, a terceirização já atingiu 76% da área de manutenção, 61% da área de escritórios, e 60% na área de informática. Contratar serviços de terceiros para a fabricação de algum produto específico já chegou a 39% das empresas. A terceirização "dificulta o processo de qualificação da mão-de-obra", disse Gava.

A organização do trabalho identificada pela pesquisa mostrou que a indústria ainda não convive com as técnicas mais modernas de produção, que incluem o trabalhador de "múltiplas funções". Segundo a pesquisa, apenas 7% das empresas têm empregados nesse esquema.

A produção em "células" ou por

"famílias de produto", é encontrada em apenas 28% das empresas.

Esse grau moderado de modernização coincide com o tipo de equipamento tecnológico que as empresas utilizam. Conforme a pesquisa do Senai, 76% das empresas ainda utilizam "máquinas convencionais", embora 46% delas tenham declarado possuir algum tipo de máquina automatizada na produção. Os 82% que responderam ter produção automatizada, informaram que o con-

trole dessas máquinas é feito por equipamento mecânico.

O diretor regional do Senai, Fábio Aidar, afirmou que a pesquisa "indicou caminhos". A premissa de "alinhamento automático" com o mercado indicava, segundo ele, que a pressão para o Senai capacitar trabalhadores em "alta tecnologia, não poderia ser exclusiva". Isso porque as "empresas convencionais" ainda ocupam "um bom espaço" no parque industrial paulista.

**MAIS DE MIL
COMPANHIAS
FORAM
AVALIADAS**

O QUE AS EMPRESAS ESPERAM DO SENAI

Treinamentos nas próprias empresas	60,5
Cursos na escola para adultos	56,9
Cursos na escola para menores	42,5
Palestras e outros eventos da escola	20,8
Cursos até 2.º grau a distância*	15,8
Treinamentos em unidade móvel	15,1
Cursos para adultos em parceria	6,8
Cursos profissionalizantes a distância*	6,1
Cursos para menores em parceria	5,1
Assessoria técnica/tecnológica	25,8
Laboratórios para ensaios e testes	14,2
Serviços industriais (1)	12,0
Divulgação de informações tecnológicas	8,6
Nenhum	2,1

*Telecurso 2000

Fonte: Senai-SP/DOP/DPIA/DE/DPC/UFPs - 1996

(1) Usinagem, montagem de peças, etc.

A pesquisa mostrou que as empresas ainda preferem formar, primeiro, o trabalhador "operacional", depois, a categoria de supervisão e, por último, a dos gerentes.

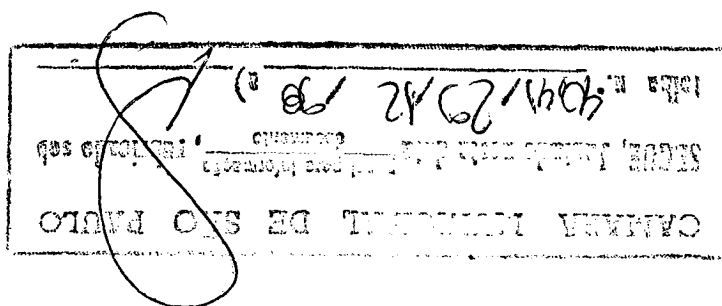
Em uma lista de ocupações oferecidas pelo Senai, mais de 63% dos empresários apontaram o electricista de manutenção, como a habilidade mais importante. Em seguida veio o mecânico-geral com 55% das escolhas, torneiro mecânico com 39% e ajustador com 34%.

Na avaliação do Senai, essas indicações demonstram a baixa porcentagem de empresas com controle de máquinas automatizadas ou computadorizadas. A pesquisa encontrou uma séria incoerência:

64% das empresas possuem projetos para desenvolver novos produtos e 79% delas sabem que isso implicará requalificação de pessoal. Porém, 53% delas não possuem no momento nenhum empregado fazendo qualquer tipo de curso de qualificação no Senai.

Gava explicou a incoerência afirmando que cada setor de produção está em uma fase de adaptação às novas técnicas de produção.

Aidar acha difícil o governo cumprir a meta de capacitar 20% da força de trabalho (cerca de 15 milhões de pessoas) porque, segundo ele, contando todos os cursos de curta duração "estamos falando de apenas 500 mil vagas".

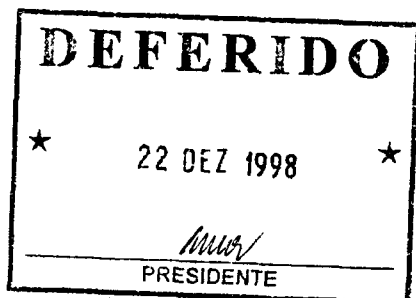




Câmara Municipal de São Paulo

Autado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha No 40 de 40
No 3407 de 1998
O funcionário

fls. 61

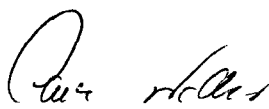


REQUERIMENTO

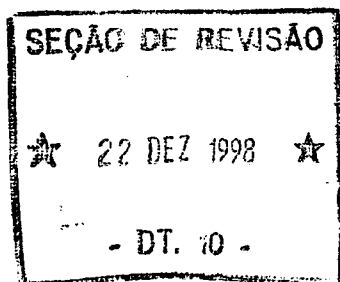
13 - RDS
13-3184/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 340/98*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT



Ao DT.7

Senhora Diretora:

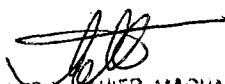
Para encaminhamento à Comissão de
Educação, Cultura e Esportes.

23.12.98


BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.
A. T. M.

À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

29.12.98


LERA XAVIER MACHADO
Diretor Técnico de Depto. DT. 7

Recebido no Centro de
Legislação e Justiça
em 23/12/98 às 10h10.

já em conhecimentos gerais os homens lideram

Folha 45
Nº 34871
Jornalismo

Alunos temem pobreza e desemprego

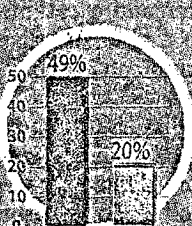
Editoria de Arte/Folha Imagem

O quadro do Enem

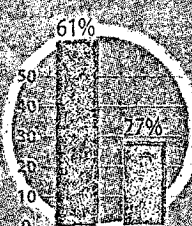
O que os examinados lêem

As vezes Sempre

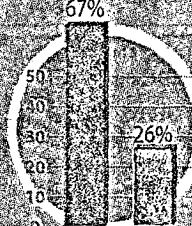
Livros (romances)



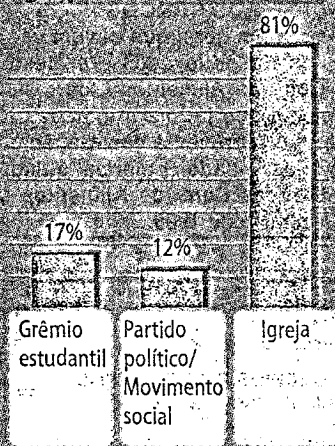
Revistas



Jornais



Participação em grupos sociais



Satisfação em relação ao ensino médio



93% quer prestar vestibular e continuar estudando

25% trabalharam enquanto cursavam o ensino médio

Fonte: Relatório Final do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, MEC/Inep, 1998

da Sucursal de Brasília

Os participantes do Enem indicaram a pobreza e o desemprego como as questões sociais que mais lhes despertam interesse. Essas são as maiores preocupações para 94,7% dos participantes.

Outras preferências são: ter um bom trabalho (98,5%), ser bem-sucedido na carreira (98,2%), ter um emprego e ganhar um bom salário (97,7%), com um grau maior de importância do que as expectativas que envolvem outras pessoas, como constituir família e ter filhos (88,1%) e casar ou ter um parceiro (86,5%).

A grande maioria dos 115.575 estudantes que fizeram a prova pretende prestar vestibular ao final do 2º grau (93%).

"Essa amostra de agora não é representativa do 2º grau como um todo, ela se caracteriza por um grupo que quer entrar no ensino superior", disse o ministro Paulo Renato Souza (Educação).

As mulheres (62,8%) participaram mais do exame do que os homens (35,5%). Elas se saíram melhor na redação, com nota média de 49,1, numa escala de 0 a 100. Os homens obtiveram média de 40,5.

Já na prova de conhecimentos gerais, eles foram melhores do que elas. Conseguiram nota média de 42,8, contra uma média de 38,6 das mulheres. Como já haviam mostrado resultados de outros exames realizados anteriormente, as notas médias aumentam em razão da escolaridade dos pais e da renda mensal da família.

A média em conhecimentos gerais dos participantes que tinham mãe com nível superior completo foi de 56,6. A média dos estudantes cujos pais cursaram da 1ª até a 4ª série do 1º grau foi de 35,4.

A maior parte dos estudantes cursou o ensino médio em escolas públicas (78,1%). Estudaram à noite 49,3% deles.

Como também já foi mostrado em outros exames, o desempenho

também conseguiram médias mais altas (46,3) do que os estudantes à noite (33,9). (88)

mentos gerais, enquanto os da escola pública obtiveram 36,7. Os que estudaram apenas de dia

Leitura fora da escola é baixa

da Sucursal de Brasília

O questionário sobre o perfil socioeconômico dos estudantes ajuda a explicar a dificuldade dos alunos em compreenderem textos. Dos participantes do exame, 66,6% lêem jornais somente às vezes, assim como revistas de informação geral (60,8%), de humor e

quadrinhos (48,3%), não desenvolvendo, portanto, o hábito de leitura fora da escola.

A participação em grupos sociais também é pequena. Estão ausentes de grêmios estudantis 78,2% dos alunos e 84,7% não participam de movimentos sociais. Os grupos religiosos são os que mais concentram estudantes (80,6%).

Publicação: FSP
Data: 17/12/98
Pg: 3.7 - S. Paulo

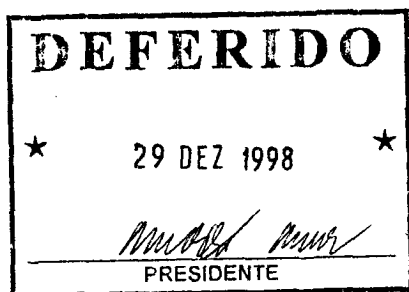
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Assinatura: 4246 20/12/1980



Câmara Municipal de São Paulo

Folha 12427 autuado em 13/09/2015 00:00:00.
No 3407 do 1998
O funcionário

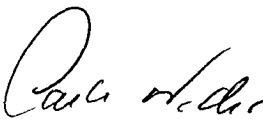
fls. 65

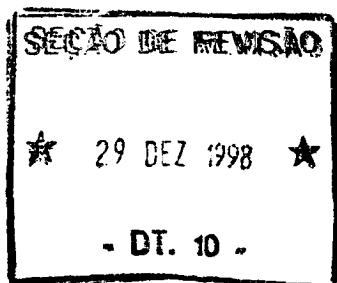


REQUERIMENTO 13 - RDS
13-3285/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 340/98*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1998


CARLOS NEDER
Vereador - PT

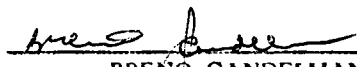


Ao DT.7

Senhora Diretora:

Para encaminhamento à Comissão de
Educação, Cultura e Esportes.

30.12.98


BRENO GANDELMAN
Assessor: Tec. Leg. Chefe Subst.
A. T. M.

À Comissão de Educação, Cultura e Esportes,
Em atendimento ao despacho supra.

30.12.98


LEILA XAVIER MACHADO
Diretor Técnico de Depto. Cf. I

Recebido na Comissão de
Educação, Cultura e Esportes
Em 20/12/98 às 18:30 hs.

Publicação: Gazeta Mercantil
Data: 23 / 12 / 98
Pág.: A-5

Convênio para treinar mão-de-obra

Silvio Ribas
de Florianópolis

O acirramento das exigências da sua clientela levou a Gelre, maior e mais tradicional administradora de trabalho temporário do País, a firmar parcerias para treinar e qualificar os empregados que cadastra. A empresa paulista assinou convênio-piloto com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Santa Catarina (Senac-SC), ontem, para colocação de pessoal no mercado mediante treinamento em sete áreas distintas. Em contrapartida, a Gelre encarrega-se de oferecer alunos do Senac-SC a seus clientes.

O presidente da Gelre Brasil, Johannes Wiegerink, afirma que conhecimentos em informática e língua estrangeira são as maiores deficiências encontradas na mão-de-obra disponível em relação aos quesitos de mercado. "Percebemos isso com clareza com a demanda das empresas estrangeiras que chegam ao

País e os testes aplicados para recrutar 3 mil profissionais de computação para lidar com as urnas eletrônicas das eleições passadas", disse. A Gelre ofereceu em São Paulo 10 mil trabalhadores para serviços temporários de fim de ano em 1997. Em 1998 não passou dos 6 mil.

Os cursos de referência oferecidos pelo Senac no convênio — administração, conservação e zeladoria, comunicação e artes, saúde, moda e beleza, hotelaria e turismo e informática — poderão ser ministrados num prazo curto, de 15 dias, logo após o recebimento de um pedido. Exemplo disso foi a preparação do pessoal envolvido nas eleições deste ano.

Os contratos temporários são de três meses, renováveis por outro período igual. O convênio com o Senac catarinense vigora a partir do dia 1º de janeiro e sucede a outra experiência pioneira testada recentemente com o Senac-SP.

Wiegerink, que é também presidente da Câmara de Comércio Brasil-Holanda, vê oportunidades emergentes nos ramos de saúde e artes, além das promessas nas áreas de turismo e telecomunicações.

A Gelre fatura R\$ 10 milhões por ano, atendendo 7 mil empresas espalhadas pelo País, por meio de 63 escritórios (20 franqueados).

44 # 345 N
SECRET
2

Publicação: OLESP.
Data: 20.12.98
Página: 15

GERAL

COMPORTAMENTO

O ESTADO DE S. PAULO - A15

Desemprego é violência àtemorizam os jovens

GABRIELA ATHIAS

Ação direta ~ "Algumas pessoas crêem que a democracia



Carolina Dias de Castro: voto pela primeira vez sem revelar o candidato e o motivo que a levou à escolha

PROJETOS
SOCIAIS
SÃO
VALORIZADOS

motivos que as levaram a escolher entre um ou outro candidato. "Os jovens não se vinculam aos processos eleitorais," mas estão cada vez mais conscientes

Paulista - "Eu não esperei pela escola", conta Silvia Fernandes, de 17 anos, moradora de Guaianás, na periferia da zona sul da cidade, a única participante paulista do País que Queremos? desvinculada de instituição. Filha de militar aposentado e com

Programas voluntários crescem

ESTÍMULO É
IMPORTANTE
PARA A
PARTICIPACÃO

A pesquisa mostra que as pessoas precisam de um estímulo para participar de trabalhos comunitários. A maioria dos voluntários (78%) não estava engajada em ati-

pando de nenhuma atividade social, mas grande parte (67%) disse achar importante que a empresa onde trabalha ou vai trabalhar esteja engajada nesse tipo de atividade, cuja preferência é prestar assistência à criança. (G.A.)

Pastorais – Prova dessa dificuldade maior nas grandes cidades é que as pastorais se organizam por paróquias e bairros nas grandes capitais. Para Couto, o Acre é um exemplo típico disso: quem ganhou as eleições para o governo do Estado foi um candi-

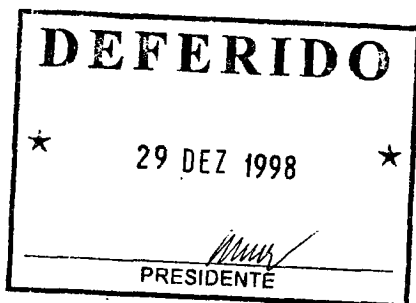
Isolamento - "Nas cidades maiores, a lógica comunitária dificilmente prevalece", explica. Para o projeto O País que Queremos?, os adolescentes do Rio Grande do Sul enviaram o maior número de sugestões, seguido de Goiás e Paraná. A maioria das contribuições de São Paulo veio do interior.



Câmara Municipal de São Paulo

Autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Nº 340-# 45#
C. Funcionário

fls. 69

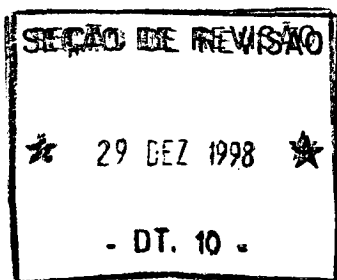


REQUERIMENTO 13 - RDS
13-3284/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 340/98*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 29 de dezembro de 1998


CARLOS NEDER
Vereador - PT

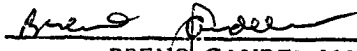


Ao DT.7

Senhora Diretora:

Para encaminhamento à Comissão de
Educação, Cultura e Esportes.

30.12.98


BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe Subst
A. T. M.

À Comissão de Educação, Cultura e Esportes,

Em atendimento ao despacho supra.

30.12.98


LEILA XAVIER MACHADO
Diretor Técnico de Depto. DT. 7

Decorado em 01/12/98
Decorado em 01/12/98
Em 30/12/98 10.20

Publicação: JT
Data: 04/12/98
Pág: 9A

Economia 9A



ARACÉLIA reconhece: falta de estudo impede aumento de remuneração

Aumenta nível de escolaridade da mulher que procura emprego

Melhor formação não resulta em aumento da remuneração ou em acesso mais fácil a cargos de chefia. Para especialistas, fato é reflexo da atitude machista de muitos empresários em relação à mão-de-obra feminina

to, crescendo de 71,2% para 73%... Para o especialista Júlio Lobos, a justificativa para que o aumento no nível de escolaridade não se reflita na remuneração está no tratamento ainda machista em relação à força de trabalho feminina. "Durante alguns anos, empregar uma mulher era, na visão do empresário, prestar um serviço à sociedade. Não acredito numa tendência de modificação."

Oportunidade

A caixa de estacionamento Aracélia da Silva recebe menos de R\$ 500 mensais e não tem dúvida de que o fato de não ter feito um curso profissionalizante é empecilho para o aumento da remuneração. "Agora que já tenho um filho não acho que vale a pena voltar a estudar. Não teria tempo para conciliar família, estudo e trabalho."

A atendente de enfermagem Maria José de Oliveira também lamenta não ter investido mais na carreira. "Meu salário é de R\$ 600, mas poderia ser maior se tivesse feito um curso para auxiliar de enfermagem." Com 18 anos na profissão, ela fez apenas um treinamento na própria empresa onde foi contratada antes de iniciar na atividade. Maria José diz que a falta de um curso técnico é responsável por uma diferença de cerca de R\$ 300 entre o salário de uma atendente e de uma auxiliar.

Marta Barbosa

Trabalho e escolaridade				
Sexo e anos de escolaridade	Participação no mercado		Desemprego	
	1989	1996	1989	1996
Mulheras				
Até 7 anos *	37,5%	38%	11,9%	19,2%
8 a 10 anos	57%	58%	13,5%	24,3%
11 anos e mais	71,2%	73%	6%	10,8%
Homens				
Até 7 anos *	70,6%	65,2%	9%	16,9%
8 a 10 anos	88%	82,6%	8%	14,7%
11 anos e mais	92,1%	90,6%	3,2%	7,1%

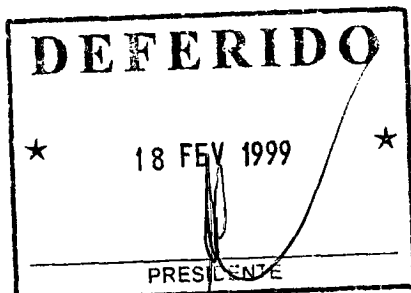
* inclui analfabetos Fonte: Fundação Seade



Câmara Municipal de São Paulo

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

Folha n.º	47	de	18
N.º	340	de	1998
O funcionário			



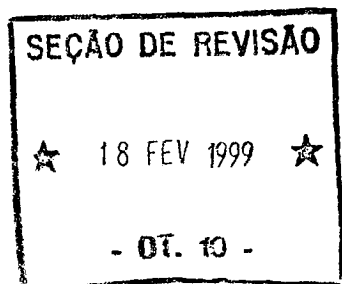
13 - RDS
13-0151/1999

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 340/98**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 1999.


CARLOS NEDER

Vereador -PT



A Com. de Educação, Cultura e Esportes

19/ 02/ 95

Breno Gandelman
BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chf. Subst.
A. T. M.

Folha n.º 43 de 1998
N.º 340
O funcionário

PN2 - O ESTADO DE S. PAULO

PAINEL DE NEGÓCIOS
REPORTAGEM DE CAPA

TERÇA-FEIRA, 26 DE JANEIRO DE 1998

Empresários dão incentivo à educação

Cerca de 4 mil jovens já fizeram curso técnico promovido pelo Senac, com o apoio de pequenas

CLÁUDIA BREDARIOLI

Desde 1997, em torno de cem empresas de pequeno porte da capital participam da formação técnica de jovens carentes. Cerca de 4 mil adolescentes, entre 14 e 18 anos, já passaram pelo Programa Educação para o Trabalho, do Centro de Educação Comunitária para o Trabalho do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Por meio de apoio a instituições sociais, contratação desses jovens ou simplesmente abrindo espaço para que os alunos possam, após as 300 horas/aula, conhecer de perto as atividades dos diversos departamentos de uma empresa, os empresários recebem do

Fotos: Divulgação



PARTICIPANTES
RECEBEM SELO
EMPRESA QUE
EDUCA

Senac o selo Empresa que Educa. Caso atue como um financiador do projeto, pode usar o slogan em todos os meios de divulgação de sua marca.

“Além disso, a presença desses jovens na empresa também possibilita uma reciclagem natural da equipe, que tem de estar apta a responder as dúvidas deles”, diz o empresário Osmar Ferreira Fernandes, um

dos sócios da Segatto Móveis, que tem 41 funcionários. Na empresa, já passaram oito jovens do programa e um deles foi contratado. “Eles trazem idéias novas.”

Os sócios Osmar Fernandes (à esq.) e João Segatto: jovens trazem reciclagem natural à equipe por meio de suas dúvidas

A gerente do Centro de Educação, Neusa Maria Goys, explica que o custo total do curso, semestral, para uma turma de 25 a 28 alunos, é de R\$ 18 mil. “Há iniciativas de várias pequenas empresas que se uniram para ratear os gastos mensais”, diz. Ela acrescenta que, se a opção for por apoiar duas turmas – horários diferentes, com os mesmos docentes – o preço passa a R\$ 33 mil.

Publicação: OCESTSC
Data: 26/01/98
Página: 1

Desemprego atinge 1,6 milhão em 98 e bate recorde histórico

Trabalhador demorou 36 semanas para conseguir uma nova vaga. Em 97, ele esperava 27 semanas

O mercado de trabalho da Grande São Paulo registrou em 98 o seu pior ano, de acordo com balanço divulgado ontem pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados). O balanço é feito desde 85.

A taxa de desemprego média na região metropolitana de São Paulo ficou em 18,3% da PEA (População Economicamente Ativa) em 98, o que correspondeu a uma média de 1,594 milhão de desempregados.

Em 97, a taxa média de desemprego havia ficado em 16% da PEA, o que significava a existência de aproximadamente 1.375 milhão de desempregados na região metropolitana de São Paulo. Ou seja, em 98, houve um aumento médio no número de desempregados de 219 mil pessoas.

No ano passado, 101 mil vagas foram fechadas na região metropolitana de São Paulo.

Da mesma forma que aumenta o desemprego, cresce o tempo médio para os desempregados encontrarem alguma ocupação. O tempo médio de procura pelo emprego passou de 28 semanas, em 97, para 36 semanas.

O rendimento médio dos trabalhadores que desempenhavam algum tipo de ocupação (formal ou informal) caiu 3,2% entre dezembro de 97 e novembro de 98. (FSP)



A auxiliar Rosimeire Silva está desempregada há cinco meses

Índice cresce 48% com FHC

O número de desempregados na Grande São Paulo aumentou 48,2% durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Entre dezembro de 1994 e o mês passado, o contingente das pessoas sem ocupação na região cresceu em 495 mil.

Quando o presidente assumiu o governo, eram 1,028 milhão. Agora, segundo o Seade/Dieese, são 1,523 milhão.

FHC se sai melhor do que Fernando Collor, mas pior do que Itamar Franco. No governo Itamar, o número de desempregados regrediu de 1,140 milhão para 1,028 milhão. Durante a gestão Collor, o índice de desemprego bateu

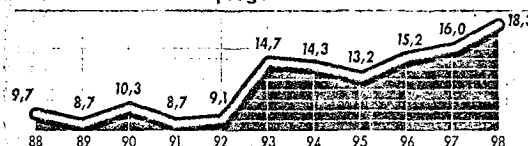
recordes. O número de pessoas sem ocupação aumentou 141% entre dezembro de 89 e dezembro de 92.

Os técnicos do Dieese e da Fundação Seade avaliam que em 99 o número de desempregados na Grande São Paulo pode ser ainda maior do que em 98, devido à crise cambial.

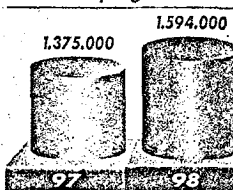
A auxiliar de escritório Rosemeire Silva, 21 anos, está desempregada há cinco meses. "A concorrência está muito forte e as exigências são muitas. Estão querendo curso superior para o cargo de auxiliar de escritório." (FSP e CRP)

DESEMPREGO CRESCE E SALÁRIO CAI

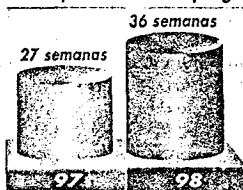
A escalada do desemprego



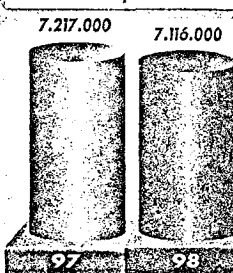
Número médio de desempregados



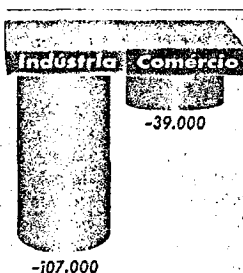
Tempo de espera para arranjar um novo emprego



Pessoas ocupadas

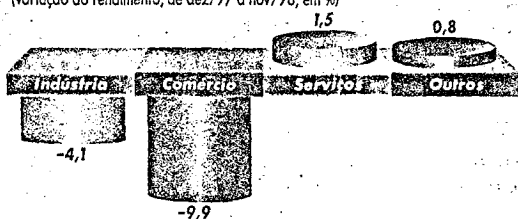


Quem demitiu mais



Cai a renda mensal do trabalhador

(variação do rendimento, de dez/97 a nov/98, em %)



Fonte: Dieese e Fundação Seade

Arte Folha da Tarde

TRABALHO

Reciclagem atinge só 5,5% dos trabalhadores

População economicamente ativa de 74 milhões de trabalhadores, tem média de quatro anos de estudo

GEOX BELMONTE

BRASIL — O Brasil tem uma População Economicamente Ativa (PEA) de 74 milhões de trabalhadores com menos de quatro anos de estudos em média e cerca de 20% de analfabetos. Desses total, 80% se encontram na faixa de 15 a 30 anos de idade, ou seja, em plenitude produtiva e com elevado potencial de empregabilidade. Para manter essa força de trabalho plenamente capacitada a exercer sua atividade profissional, o País deveria treinar anualmente 20% dessa população ou quase 15 milhões de trabalhadores. A reciclagem desses trabalhadores, no entanto, beneficia hoje apenas 5,5% da PEA, segundo o Ministério do Trabalho.

Embora esses números evidenciem uma realidade de assustadora, são plenamente compreensíveis, pois refletem a economia fechada e protecionista que norteou a atividade empresarial no Brasil nas últimas décadas, respaldada pelos baixos investimentos na área educacional.

“Estamos pagando o preço do atraso”, afirma o professor Nassim Gabriel Mehedfi, responsável pelo Plano Nacional de Educação Profissional (Planfor), implementado desde o ano passado pelo Ministério do Trabalho e que tem como objetivo reverter o quadro. Segundo ele, há cinco anos, qualificação era um assunto que não interessava ao empresário, tampouco ele queria saber quantos operários analfabetos existiam.

Como secretário de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho, Mehedfi tem planos ambiciosos para uma área inovadora, uma vez que é a

primeira vez que o governo cria um programa específico de educação profissional. Ele espera, até o ano 2000, ampliar de 5,5% para 20% da PEA o número de trabalhadores com acesso à reciclagem. Esse padrão é aceitável pela Organização Mundial do Trabalho (OIT) e inclui a oferta global de educação profissional.

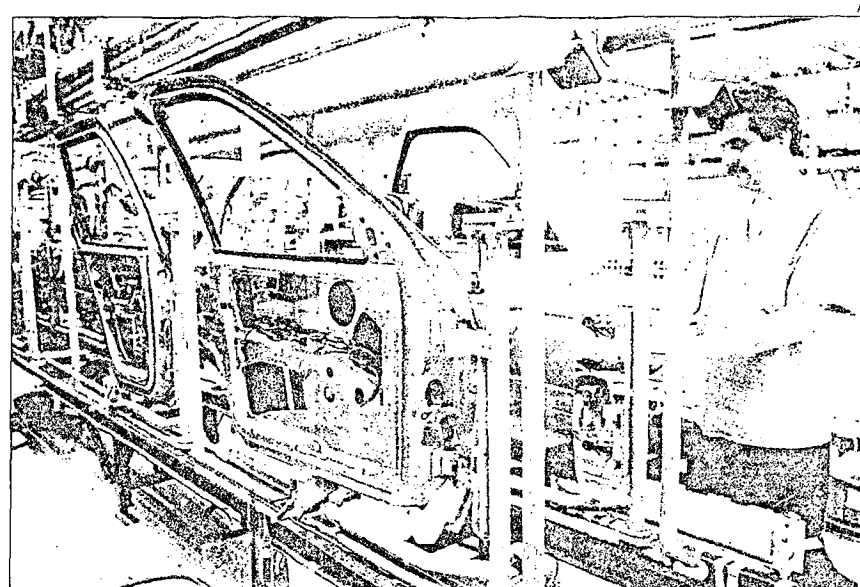
Para atingir a meta aceitável pelos padrões internacionais, Mehedfi traçou um cronograma que, gradativamente, amplia o número de trabalhadores qualificados e requalificados a cada ano. Os objetivos programados para esse processo de treinamento partem da realidade de que a média de quatro anos de estudos dos trabalhadores em atividade no País equivale à metade do primeiro grau. Em 1996, a meta era treinar 740 mil trabalhadores pelo Planfor, mas foi

possível beneficiar 1,2 milhão de trabalhadores.

Para este ano, a reciclagem deve atingir 1,8 milhão de trabalhadores e 2,5 milhões, no próximo ano. A exemplo do ocorrido em 1996, o secretário acredita ser possível

ultrapassar os limites previstos. “Quem não treina 20% da sua força economicamente ativa de trabalho não acompanha o desenvolvimento tecnológico e a transformação do setor produtivo.”

Recursos — Todos os recursos do Planfor são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a fundo perdido, e são repassados, via convênios para as secretarias estaduais de trabalho de quase todo o País. Para cada repasse feito pelo Ministério do Trabalho, o Estado conveniado tem de contribuir com uma contrapartida de 20%, calculada sobre o valor do repasse. As escolas técnicas e Organizações Não Governamentais dão o treinamento. Mehedfi diz que em 1996 foram envolvidas aproximadamente 500 instituições na qualificação de mão-de-obra.



Governo corre contra o tempo para requalificar trabalhadores e reduzir o impacto do desemprego

País precisa de 2 milhões de novas vagas

Atualmente são oferecidas apenas 600 mil novas postos de trabalho ao ano

Os programas de qualificação e requalificação com recursos do FAT são abertos a um amplo universo de pessoas, segundo o responsável pelo Plano Nacional de Educação Profissional (Planfor), Nassim Mehedfi: desempregados, trabalhadores do mercado formal e informal, micro e pequenos empresários e produtores rurais e urbanos. Jovens à procura de trabalho, considerados em risco social, mulheres que são chefes de família e portadores de deficiência física também podem frequentar os cursos.

Apesar do treinamento e dos

esforços para requalificar os trabalhadores, para que a oferta de trabalho atingisse níveis satisfatórios o Brasil precisaria, segundo Nassim Mehedfi, gerar cerca de 2 milhões de novos postos de trabalho a cada ano.

Atualmente, essa oferta é de apenas 600 mil vagas, o que corresponde a diferença entre as 7,3 milhões de demissões registradas em 1996 e as 7,9 milhões de admissões no ano passado. “Essa situação só será resolvida com a consolidação do Plano Real e a retomada do crescimento econômico”, alerta Nassim Mehedfi.

A retomada do crescimento

econômico torna ainda mais emergencial a qualificação do trabalhador brasileiro, especialmente se for levado em conta que, da população economicamente ativa, 50 milhões não têm o primeiro grau completo.

A saída, segundo ele, é o investimento maciço em educação básica, que o Ministério da Educação já está fazendo, e o estímulo à proliferação dos cursos supletivos, via empresas privadas, sindicatos, ONGs. Muitas empresas, segundo ele, premidas pela concorrência externa, estão sendo obrigadas a oferecer supletivo e formação específica ao mesmo tempo. (G.B.)

SAÍDA É
INVESTIR EM
EDUCAÇÃO
BÁSICA

Petroleiros querem que Petrobrás passe a distribuir os lucros

FUP avisa que vai tentar impedir aprovação do projeto que regulamenta fim do monopólio

CLÁUDIA SCHÜFFNER

Rio — A Federação Única dos Petroleiros (FUP) encerrou ontem o seu 3º Congresso Nacional disposta a ser dura com a Petrobrás nas negociações para o dissídio da categoria, que começaria em meados de julho, um mês antes da data-base.

Além da reposição da inflação anual, estimada em 7% pelo Dieese, a FUP pretende incluir na pauta de negociações com a Petrobrás a readmissão dos demitidos na greve de 95, o pagamento de um percentual sobre a produtividade e a distribuição de lucros (PLR) sobre o resultado relativo a 95/96.

Pelos cálculos do coordenador da FUP, Antônio Carlos Spis, o PLR devido aos 80 mil petroleiros do País (dos quais 36 mil estão aposentados), nos dois últimos anos é de cerca de R\$ 2 mil para cada um.

Spis avisa que os trabalhadores começarão a “trabalhar contra” o projeto de regulamentação do setor de petróleo, que está em tramitação no Senado. “Esse projeto do governo praticamente privatiza a Petrobrás sem que a empresa tenha sido incluída no Programa Nacional de Privatizações”, critica.

A FUP também decidiu, junto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), propor uma campanha unificada entre todas as categorias com data-base no segundo semestre. Ficou acertada, ainda, uma manifestação nacional no dia 25 de julho, dia do Trabalhador, em protesto contra o arrocho dos salários. A idéia é organizar uma greve geral comandada pela CUT, FUP e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Folha n.º	SI	do	plac.
N.º	340		
O funcionário	+		

Por Conta Própria • GAZETA MERCANTIL

06.01.99

Página 3

RECURSOS HUMANOS

Contratar menores reduz custos mas exige cautela

Legislação proíbe uma série de atividades para menores de idade

Salete Silva
São Paulo

Ao contrário do que muitos empresários imaginam, as empresas podem empregar trabalhadores com menos de 18 anos sem infringir a lei. Indústrias, gráficas, agências de turismo e especialmente imobiliárias e corretoras de seguro são setores que utilizam essa mão-de-obra em larga escala, segundo Nerces Gaspar Alexandre, presidente do Círculo de Amigos do Menor Trabalhador (Camp) de São Bernardo do Campo, ABC paulista.

"Desde que não seja no setor produtivo, o jovem pode trabalhar em qualquer empresa", diz Alexandre. Há quase um ano, a imobiliária Tiradentes Imóveis contratou, por intermédio do Camp, um office-boy de 16 anos para fazer serviços de escritório. "Os custos para a empresa são muito menores", compara o empresário Dorival Bósio.

A despesa é 80% menor, calcula, porque não há encargos

trabalhistas. "Pago um salário de R\$ 160,00 e mais R\$ 60,00 para a instituição", afirma. Os recursos destinados ao Camp, explica o presidente da entidade, são destinados ao treinamento e aprendizado dos menores. A instituição, segundo ele, mantém 400 jovens, que durante seis me-



Bósio (de óculos) pretende efetivar o office-boy

ses recebem aulas de português, matemática, educação física, informática, entre outras. Depois são encaminhados ao mercado de trabalho. "A maioria são menores de famílias com baixo poder aquisitivo."

CAUTELA - O contrato do menor empregado por intermédio do

Camp tem duração de um ano. Ao fim desse período, o jovem pode ou não ser contratado. "O contrato com o nosso office-boy já está vencendo e pretendemos efetivá-lo", diz Bósio. "Ele é muito eficiente e se adaptou bem à empresa".

Observar o capítulo da Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) dedicado à proteção do menor é essencial para quem quer empregar menores, alerta o presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas, Luís Carlos Moro.

Uma das restrições da lei, lembra o advogado, é a idade mínima de 14 anos. Estabelecimentos com serviços insalubres e prejudiciais à moralidade do jovem, como casas de jogo, bares noturnos e boates, estão proibidos de empregar menores, informa Moro. "O menor também não pode trabalhar no período noturno", acrescenta.

Outra condição para usar a mão-de-obra de menores é garantir a frequência na escola. O advogado alerta as empresas para tomar precauções se a contratação do menor for feita por meio de instituições. ■

Fotos: Virginia Drummond

Folha n.º 52 do proc.
N.º 340 de 19 98
O funcionário

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

Centro de Educação Comunitária
para o Trabalho

Rua Dr. Vila Nova 228 - 3º andar
Tel.: 234-2192

SEMAC de Santana
Rua Voluntários da Pátria 3167
Tel.: 299-0311

SEMAC de Santo Amaro
Rua Dr. Antônio Bento 393
Tel.: 523-8822

SEMAC de Jataí
Rua Coronel Luis Americano 130
Tel.: 293-9188

SEMAC de Vila Prudente
Rua da Ufanato 316
Tel.: 272-6588

SEMAC de Itaquera
Av. Itaquera 8266
Tel.: 6944-5188

SEMAC de Santo André
Av. Ramiro Colletti 110
Tel.: 445-3311

SEMAC de Guarulhos
Rua Padre Celestino 108
Tel.: 603-1622

SEMAC de Osasco
Rua Dante Bastiani 248
Tel.: 7081-8799

Centro Público de
Formação Profissional/Vila Formosa
Rua Bactória 38
Vila Formosa
Tel.: 6103-764

Museu São Geraldo
Rua Ipanema 170
Paraisópolis
Tel.: 842-0199

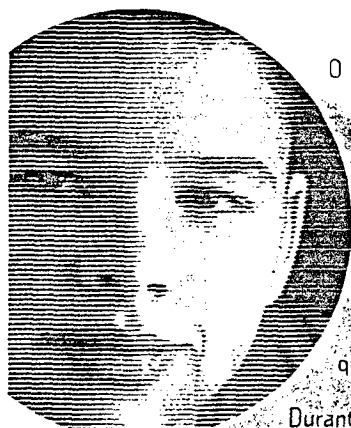
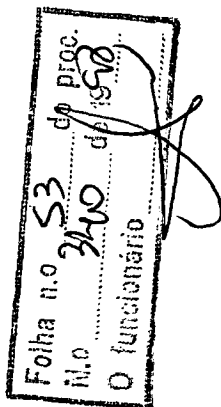


CONHECIMENTO EM
COMÉRCIO E SERVIÇOS

SENAC - SINDICATO NACIONAL DE
COMÉRCIO E SERVIÇOS

QUANDO O MERCADO
DE TRABALHO CHAMAR,
ESTEJA PREPARADO.

NOVAS
TURMAS
1999



O Programa Educação para o Trabalho/SENAC-SP destina-se a jovens entre 14 e 18 anos, pertencentes a camadas da população geralmente excluídas das melhores oportunidades de trabalho e de desenvolvimento profissional.

De forma prática e realista, o Programa apresenta o mundo do trabalho, as possibilidades e limites do mercado e de várias profissões, e as perspectivas para quem está querendo começar sua vida profissional.

Durante o Programa, os participantes passam por Estações de Trabalho que tratam de temas relevantes: Informática, Saúde, Apresentação Pessoal, Higiene e Organização nos Serviços de Alimentação, Organização de Ambiente de Venda, Tecnologia das Transações Comerciais e Recepção e Atendimento a Clientes. Para terminar, o programa prevê contato com ambientes de empresa, para que os participantes possam conhecer de perto situações reais de trabalho e complementar sua aprendizagem.

O Programa Educação para o Trabalho/SENAC-SP é gratuito. Os interessados precisam apenas se inscrever e passar por um processo de seleção, já que o número de vagas é limitado.

Dias 10, 11 e 12 de fevereiro.

De 18 a 23 de fevereiro.

Os selecionados serão avisados por telegrama, a partir do dia 25 de fevereiro.

Dia 1º de março. Terminas pela manhã e à tarde, com previsão de término em 6 de agosto de 1999.

- REQUISITOS:**
- Idade entre 14 e 18 anos.
 - Ter 7ª série completa e, preferencialmente, estar em continuidade de estudos.
 - Não ter parentesco com funcionários do SENAC-SP ou de entidades parceiras.
 - Renda familiar de até 4 salários mínimos (cerca de RS 520,00) ou per capita de até 1 salário mínimo (cerca de RS 130,00).

ENTREVISTA INDIVIDUAL:

- Entrevista individual, onde serão avaliadas:
- Condições mínimas para acompanhamento do programa.
 - Urgência de entrada no mercado de trabalho.
 - Disponibilidade para o auto-desenvolvimento.

PARA SE INSCREVER, É NECESSÁRIO:

PROJETO DE LEI 340/1998

(RESUMIDO) 18/02/99-17.21.30 fls. 80

Ementa: Institui o Programa Meu Primeiro Emprego, no Município de São Paulo, e da outras providências.

Autor(es):
Vereador(a) CARLOS NEDER (PT)

Folha n.º	54	de	proc.
N.º	340	de	98
O funcionário			

Apresentado em.....: 20/05/1998
 Autuado em.....: 20/05/1998 - Processo 01-340/1998
 Proc. anexados.....: 13-1769/1998 em 18/08/1998
 13-2032/1998 em 09/09/1998
 13-2077/1998 em 17/09/1998
 13-2176/1998 em 24/09/1998
 13-2659/1998 em 12/11/1998
 13-2660/1998 em 12/11/1998
 13-2774/1998 em 24/11/1998
 13-2838/1998 em 01/12/1998
 13-2955/1998 em 03/12/1998
 13-2954/1998 em 03/12/1998
 13-2992/1998 em 08/12/1998
 13-3152/1998 em 17/12/1998
 13-3184/1998 em 22/12/1998
 13-3284/1998 em 29/12/1998
 13-3285/1998 em 29/12/1998

Leitura.....: 20/05/1998, na Sessão Ordinária 161, Legislatura 12-2
 Publicado.....: D.O.M. em 22/05/1998, pag 30, col 2

Palavra(s) chave(s): ADMINISTRACAO REGIONAL / AUTORIZACAO / BAIRRO / BAIXA RENDA / COLEGIADO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO / CRIACAO / EMPREGO / EMPRESARIO / ENSINO FUNDAMENTAL / ENSINO SUPLETIVO / ESCOLA TECNICA / FINANCIAMENTO / HABILITACAO PROFISSIONAL / IMPLEMENTACAO / INSTITUICAO PARTICULAR / INVESTIMENTO / JOVEM / LIMITACAO / MICROEMPRESA / MULHER / OBJETIVO / ORGAOS MUNICIPAIS / ORGAOS PUBLICOS / PARTICIPACAO / PEQUENA EMPRESA / PMSP / PROGRAMA / PROGRAMA MEU PRIMEIRO EMPREGO / RENDA / RENDA FAMILIAR / REPASSE FINANCEIRO / REPRESENTANTE / SEBRAE / SP / SECRETARIA MUNICIPAL / SETOR PRIVADO / SOCIEDADE CIVIL / UNIVERSIDADE.

TRAMITACAO:

=====

-----	*-----*	*-----*	*-----*
I Sigla da Area	I Recebimento	I Encaminhamento	I
I CMSP	I Data Hora	I Data Hora	I
I-----+	I-----+	I-----+	I-----+
I ATM	I 20/05/1998	I 27/05/1998-18:36	I
I JUST	I 28/05/1998-12:00	I 06/11/1998-13:12	I
I ADM	I 03/12/1998-10:51	I 03/12/1998-11:00	I
I EDUC	I 11/12/1998-14:21	I	I
-----	*-----*	*-----*	*-----*

Comissao(oes) designadas em 20/05/1998:
 CONSTITUICAO E JUSTICA - JUST
 ADMINISTRACAO PUBLICA - ADM

EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES - EDUC
FINANCAS E ORCAMENTO - FIN

Folha n.º 53 do proc. N.º 340 de 1998
O funcionário

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA - JUST

PL recebido(a) em: 28/05/1998

PARECER nro 1593/1998 - LEGALIDADE (D.O.M. em 06/11/1998, pag 48, col 2)

=>RDS nro. 1769/1998, juntada de documentos (referente a(o) PL 340/1998),
apresentado em 18/08/1998 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).

=>RDS nro. 2032/1998, juntada de documentos (referente a(o) PL 340/1998),
apresentado em 09/09/1998 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).

=>RDS nro. 2077/1998, juntada de documentos (referente a(o) PL 340/1998),
apresentado em 17/09/1998 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).

=>RDS nro. 2176/1998, juntada de documentos (referente a(o) PL 340/1998),
apresentado em 24/09/1998 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).

COMISSAO DE ADMINISTRACAO PUBLICA - ADM

PL recebido(a) em: 05/11/1998

PARECER nro 1834/1998 - FAVORAVEL

=>RDS nro. 2659/1998, juntada de documentos (referente a(o) PL 340/1998),
apresentado em 12/11/1998 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).

=>RDS nro. 2660/1998, juntada de documentos (referente a(o) PL 340/1998),
apresentado em 12/11/1998 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).

=>RDS nro. 2774/1998, juntada de documentos (referente a(o) PL 340/1998),
apresentado em 24/11/1998 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).

=>RDS nro. 2838/1998, juntada de documentos (referente a(o) PL 340/1998),
apresentado em 01/12/1998 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).

=>RDS nro. 2955/1998, juntada de documentos (referente a(o) PL 340/1998),
apresentado em 03/12/1998 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).

=>RDS nro. 2954/1998, juntada de documentos (referente a(o) PL 340/1998),
apresentado em 03/12/1998 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).

=>RDS nro. 2992/1998, juntada de documentos (referente a(o) PL 340/1998),
apresentado em 08/12/1998 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).

=>RDS nro. 3152/1998, juntada de documentos (referente a(o) PL 340/1998),
apresentado em 17/12/1998 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).

=>RDS nro. 3184/1998, juntada de documentos (referente a(o) PL 340/1998),
apresentado em 22/12/1998 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).

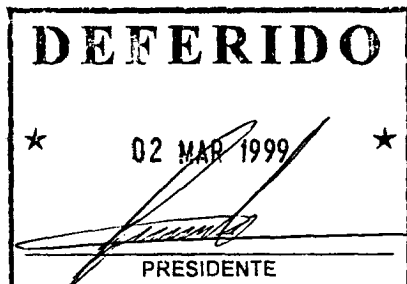
=>RDS nro. 3284/1998, juntada de documentos (referente a(o) PL 340/1998),
apresentado em 29/12/1998 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).

=>RDS nro. 3285/1998, juntada de documentos (referente a(o) PL 340/1998),
apresentado em 29/12/1998 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	340	de 19	98	00:00:00
N.º	340	de 19	98	fls. 83
O funcionário				



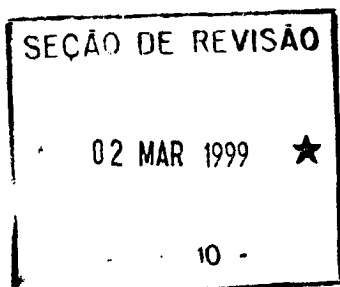
13 - RDS
13-0277/1999

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 340/98**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1999.


CARLOS NEDER

Vereador -PT



A Com. de Educação, Cultura e Esportes

03/03/99

Ames fel

BRENO GANDELMAN

Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.
A. T. M.

Folha n.º 58 do proc.
N.º 340 de 1998
O funcionário
quinta-feira, 25 de fevereiro de 1999

CONJUNTURA

Diário do Comércio

Desemprego volta a aumentar em São Paulo

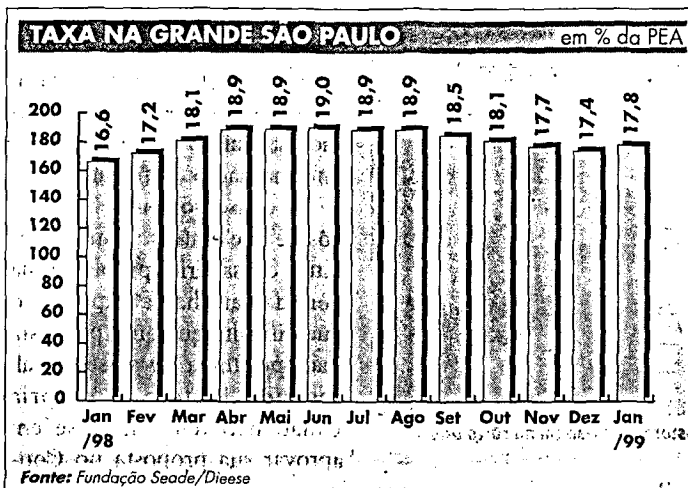
Taxa de janeiro fechou em 17,8% da População Economicamente Ativa (PEA), ficando acima da de dezembro do ano passado

A Região Metropolitana de São Paulo começou o ano já registrando aumento em sua taxa de desemprego total. Depois de quatro meses consecutivos de queda, o desemprego na região subiu em janeiro para 17,8% da População Economicamente Ativa (PEA), elevando o contingente estimado de desempregados para 1,539 milhão.

Em outras palavras, houve um acréscimo de 16 mil pessoas sem emprego em relação a dezembro (1,523 milhão) e de 125 mil na comparação com janeiro de 98 (1,414 milhão).

É a maior taxa de desemprego de todos os meses de janeiro desde outubro de 1984, quando se deu o início da pesquisa sobre desemprego realizada mensalmente em 38 municípios da região pelo convênio Fundação Seade-Dieese.

O diretor executivo da Fundação Seade, Pedro Paulo Martoni Branco, afirmou ontem que o aumento do desemprego em janeiro revela um comportamento sazonal típico, já que su-



cede meses nos quais ocorrem acréscimo no nível de ocupação, sobretudo temporária, por conta das expectativas de aumento nas vendas de fim de ano.

Câmbio Mas Martoni Branco revela ainda que o desemprego poderia ter sido maior não fosse o fato de que houve uma saída significativa de pessoas (113 mil) do mercado de trabalho devido, certamente, à situação bastante desfavorável da atividade econômica do País.

“É normal a redução da PEA em janeiro porque em novembro e dezembro cresce o recrutamento de mão-de-obra, mas se a economia estivesse se recuperando a tendência das pessoas seria não sair do mercado de trabalho”, pondera Martoni Branco.

A mudança na política cambial não chegou a apresentar forte impacto sobre o nível de ocupação em janeiro, mas pelas afirmações de Martoni Branco e do diretor técnico do Dieese,

Sérgio Mendonça, tudo indica que isso venha a ocorrer nos próximos meses do ano.

Segundo eles, há uma tendência clara de crescimento do desemprego em função do próprio cenário macroeconômico restritivo e dos efeitos sazonais de aumento do desemprego.

No entanto, dizem, essa tendência poderá se reverter dependendo de como se comportará a cotação do dólar e o setor exportador, no qual se apostam todas as fichas para alavancar a retomada do crescimento da economia. Independentemente dessas incertezas, eles estimam que o nível de desemprego nesse primeiro trimestre será o pior de toda a série da pesquisa.

Rendimentos A pesquisa revelou ainda que houve uma queda expressiva tanto dos rendimentos dos trabalhadores ocupados quanto dos assalariados em dezembro. Os rendimentos reais médios dos ocupados diminuíram 0,8%, fazendo com que o valor médio caísse para R\$ 836,00 ante novembro;

CONSTRUÇÃO DEMITIU 13,5 MIL

A queda no nível de emprego na construção civil do Estado de São Paulo foi de 3,18% em janeiro, a maior desde o início da crise em setembro, o que equivale ao fechamento de 13.500 postos de trabalho, segundo o Sindicato da Indústria da Construção Civil (SindusCon-SP). Com isso, sobe a 34.800 o número de vagas fechadas no setor, neste período.

ano passado, a construção gerou 22.800 novos postos de trabalho. No acumulado de 12 meses, o nível de emprego acusa queda de 4,24%, o que significa o fechamento de 18.200 postos de trabalho no período de fevereiro de 98 a janeiro de 99. O SindusCon ainda informa que, no final de janeiro, o setor empregava cerca de 412 mil trabalhadores no Estado.

assim como os salários reais médios cederam 1,2% passando a corresponder a R\$ 854,00.

Pelas estimativas de Sérgio Mendonça, do Dieese, a situação tende a se agravar nos próximos meses, caso a cotação do dólar venha a se manter nesse patamar elevado e se não houver reindexação dos salários.

“Com a expectativa de queda maior do PIB em 99 e de inflação anual, na melhor das hipóteses, de 10%, a tendência é de uma queda expressiva da renda real dos ocupados. Vamos ter um arrocho salarial muito grande”, adverte.

Arcebispo lança campanha e evita fazer crítica ao governo

O arcebispo metropolitano de São Paulo, dom Cláudio Hummes, evitou críticas diretas aos diferentes níveis de governo durante o lançamento da Campanha da Fraternidade deste ano, que tem como tema o desemprego. Dom Cláudio, que rezou a missa da Quarta-Feira de Cinzas para aproximadamente 2.500 pessoas na Catedral da Sé, Centro, preferiu alvos mais abstratos, como o neoliberalismo e a globalização da economia, para discutir a questão que, somente na região metropolitana, atinge mais de 1,5 milhão de paulistanos.

Embora o documento, que será divulgado em todas as dioceses do País, defenda o perdão, ao menos parcial, da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, dom Cláudio deixou claro que a Igreja Católica não aprova iniciativas como a moratória decretada pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB).

"O governo não é omissivo diante dos problemas, apenas não está agindo como deveria", disse. A

Papa defende mais justiça

"A Quaresma mostra a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento da nossa sociedade, para fazê-la mais justa". A afirmação foi feita ontem pelo Papa João Paulo II ao celebrar, na basílica de Santa Sabina, a missa da Quarta-feira de Cinzas, que marca o início do período da Quaresma.

O papa enfatizou que é necessário uma distribuição mais justa dos bens, para que todos possam viver com dignidade. "É preciso uma mudança de mentalidade e também do coração", afirmou João Paulo II. O pontífice e seus assistentes receberam cinzas na cabeça, colocadas pelo cardeal Jozef Tomko.



MISSA na Catedral da Sé, no Centro, reuniu por volta de 2.500 fiéis

campanha desenvolverá o tema Sem Trabalho...Por Quê? durante a quaresma, que começou ontem e até 4 de abril.

Segundo o arcebispo, a campanha pretende fazer com que a sociedade não se omita diante do problema, considerando que o de-

semprego só atinge os outros, e que centre seus esforços na valorização do homem em detrimento da economia. "Precisamos nos sentar para conversar e ver como alguém que disponha de maior poder econômico e social, tem condições de abrir mão de algo para be-

neficiar a todos", defendeu.

A aceleração da reforma agrária é um dos principais pontos das propostas sugeridas pela Igreja. De acordo com dom Cláudio, a Igreja tem conversado com importantes empresários, inclusive representantes de multinacionais, para discutir formas de evitar ou, ao menos, diminuir os efeitos do desemprego. "A falta de trabalho humilha e deprecia as pessoas diante de si próprias", afirmou.

Segundo um dos coordenadores da campanha, Waldemar Rossi, representante da Pastoral Operária, os leigos da Igreja pretendem fazer um grande debate de conscientização dos trabalhadores sobre o problema e, ao mesmo tempo, exigir mudanças na política econômica do Governo Federal.

"Pretendemos pedir que sejam feitos investimentos nas áreas sociais, o que beneficiará um grande número de trabalhadores", disse. No Domingo de Ramos, em 28 de março, a Pastoral já estará fazendo alguma manifestação em favor do emprego.

CNBB apresenta propostas



DOM CLÁUDIO: cinza nos fiéis

Entre as propostas da CNBB que estão sendo divulgadas na Campanha da Fraternidade, a terceira desde a criação da atividade em 1964 que trata do tema trabalho, figuram algumas defendidas por entidades da sociedade civil, como sindicatos e centrais sindicais e outras desenvolvidas a partir de estudos da Pastoral Operária.

As principais sugestões da Igreja Católica são: redução da jornada de trabalho para 40 ou 30 horas semanais, propostas respectivamente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical, criação de agências para desempregados, redução ou fim das horas-extras, reforma agrária, estímulo a programas oficiais de

geração de emprego e renda, incentivo à agricultura familiar, requalificação profissional e proteção às microempresas.

Além disso, segundo dom Cláudio, é de importância fundamental garantir solidariedade ao desempregado no sentido de lhe oferecer gratuidade no transporte público e nas tarifas de serviços (água e luz, por exemplo).

Na missa, os integrantes da Pastoral Operária exibiram uma grande cruz de madeira dentro da qual havia uma faixa com a frase Porque Ninguém me Contratou, de São Mateus, uma resposta à pergunta da campanha. Dom Cláudio jogou cinzas nas cabeças dos fiéis para sugerir vida nova.

18
4
LÁDIO
02
99
PAP

FOLHA TARDE
Data: 18 / 02 / 99
Pág.: 15

Folha n.º 60 do prog.
N.º 340 de 19 98
O funcionário: [assinatura]

Campanha da CNBB defende imposto de grandes fortunas

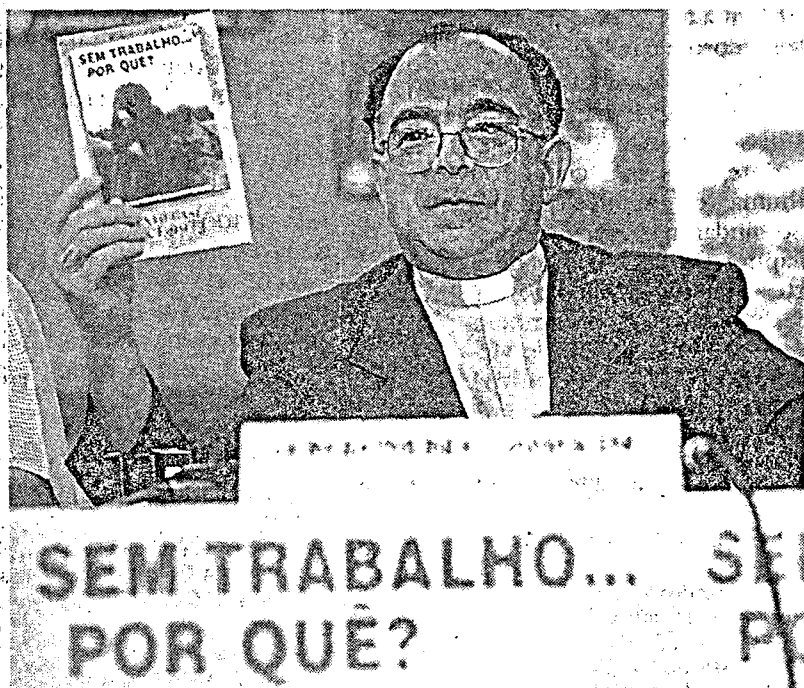
O secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Raymundo Damasceno, defendeu ontem a inclusão da taxa sobre grandes fortunas no ajuste fiscal proposto pelo governo para acertar suas contas.

A proposta foi defendida durante o lançamento da Campanha da Fraternidade 1999, que tem como tema "Fraternidade e Desemprego" e como lema "Sem trabalho... Por quê?". A campanha propõe a redução da jornada de trabalho e de horas extras para combater o desemprego.

Segundo d. Raymundo, "tem de haver equilíbrio fiscal entre receitas e despesas. Mas há muita gente ganhando muito, as grandes fortunas, e devem pagar mais impostos na proporção de seus lucros".

Projeto sobre a taxa sobre grandes fortunas foi elaborado por FHC durante seu último mandato no Senado (87-94). No final de 98, o deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE) pediu que o projeto de FHC fosse incluído nas medidas de ajuste, mas a proposta foi excluída.

O padre Luiz Bassegio, assessor da Pastoral Social da CNBB, disse que são "inaceitáveis" as



D. Raymundo Damasceno, da CNBB, mostra cartilha da campanha

medidas do ajuste fiscal, pois não geram educação, moradia e saúde nem estão comprometidas com o resgate das dívidas sociais.

As propostas da CNBB para combater o desemprego incluem o aumento da cota de importação de US\$ 150 a US\$ 500 para ajudar os sacoleiros. Outra proposta pede que cada

grupo de cinco famílias adote uma família desempregada.

O texto-base da campanha defende a criação de um fundo gerador do emprego com a taxa de 0,25% sobre o capital especulativo que migrar de um país para outro e com o perdão da dívida dos países em desenvolvimento.

(Sucursal de Brasília)

CNBB defende taxaço de grandes fortunas no ajuste

da Sucursal de Brasília

O secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Raymundo Damasceno, defendeu ontem a inclusão da taxaço sobre grandes fortunas no ajuste fiscal proposto pelo governo para acertar suas contas.

A proposta foi defendida durante o lançamento da Campanha da Fraternidade 1999, que tem como tema "Fraternidade e Desemprego" e como lema "Sem trabalho... Por quê?". A campanha propõe a redução da jornada de trabalho e de horas extras para combater o desemprego e critica o "neoliberalismo sem freios éticos".

Segundo d. Raymundo, "tem de haver equilíbrio fiscal entre receitas e despesas. Mas há muita gente ganhando muito, as grandes fortu-

nas, e devem pagar mais impostos na proporção de seus lucros".

Em sua mensagem especial aos brasileiros, que seria lida ontem à noite no rádio e na TV, o papa João Paulo 2º fala do desemprego. O texto-base da campanha será entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

D. Raymundo criticou o que considerou sacrifício dos assalariados imposto pelo ajuste fiscal: "O que acontece é que essa taxaço cai sobre o assalariado e talvez o caminho fosse uma maior fiscalização (no pagamento dos impostos) e exigência maior dos que também podem pagar mais impostos".

Projeto sobre a taxaço de grandes fortunas foi elaborado por FHC durante seu último mandato no Senado (1987-94).

No final de 98, o deputado Ubira-

tan Aguiar (PSDB-CE) pediu que o projeto de FHC fosse incluído nas medidas do ajuste fiscal. Mas a proposta foi excluída por setores do governo que a consideram pouco eficaz — a arrecadação seria baixa e a taxaço estimularia a evasão de divisas.

O padre Luiz Bassegio, assessor da Pastoral Social da CNBB, disse que são "inaceitáveis" as medidas do ajuste fiscal, pois não geram educação, moradia e saúde nem estão comprometidas com o resgate das dívidas sociais.

As propostas da CNBB para combater o desemprego incluem o aumento da cota de importação de US\$ 150 a US\$ 500 para ajudar os sacoleiros. Outra proposta pede que cada grupo de cinco famílias adote uma família desempregada.

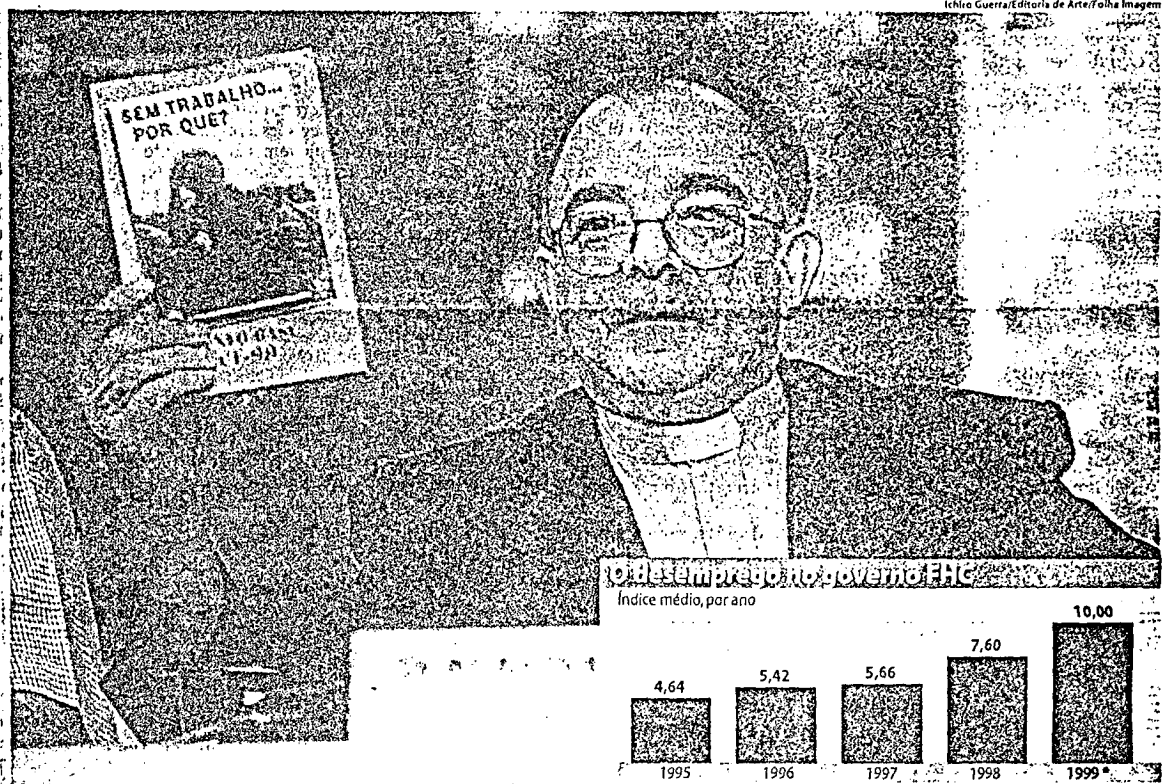
D. Raymundo disse que desco-

nhece a situação financeira dos Estados que estão deixando de pagar suas dívidas com a União, mas afirmou que os governos têm "compromissos inadiáveis" com a educação e a saúde, que não podem deixar de ser cumpridos por causa do pagamento de dívidas.

"Se você tem de comer, tem de se vestir, tem de cuidar de sua saúde e tem uma dívida, eu não sei se você vai pagar primeiro a dívida e morrer de fome", afirmou, sem, porém, fazer defesa de moratória.

O texto-base da campanha defende a criação de um fundo gerador do emprego com a taxaço de 0,25% sobre o capital especulativo que migrar de um país para outro e com o perdão da dívida dos países em desenvolvimento — proposta esta já defendida pelo papa.

(ABNOR GONDIM)



O secretário-geral da CNBB, d. Raymundo Damasceno, mostra cartilha durante lançamento da Campanha da Fraternidade 99, ontem, em Brasília

ONG pede para cancelar dívidas

de Londres

Uma campanha global pela suspensão da dívida dos 52 países mais pobres do mundo — o Brasil não está incluído — foi lançada ontem à noite, durante a entrega do British Awards 99, para os melhores da música, em Londres.

Com apoio da Indústria Fonográfica britânica, do ex-campeão mundial de boxe Muhammad Ali e astros do mundo do rock, como David Bowie, Bono Vox (U2) e Peter Gabriel, a campanha "Suspensão da Dívida" convoca as nações ricas a perdoarem a dívida dos países pobres até o fim de 2000.

As dívidas somam US\$ 371 bilhões e são "impagáveis", segundo a ONG Jubilee 2000, responsável pela campanha. Segundo a ONG, que tem apoio de 90 organizações

no Reino Unido, para cada US\$ 1 emprestado, US\$ 9 voltam em pagamento de dívidas.

A ONG calcula que o custo anual da suspensão da dívida para o contribuinte britânico seria de US\$ 3,3. A média seria similar para outros países ricos, diz a Jubilee 2000.

A campanha ganhou apoio do principal jornal econômico do Reino Unido, o "Financial Times". Em editorial, o "FT" diz que um apelo como esse, capaz de reunir o papa e o mundo da música pop, merece a atenção dos credores.

Citando estatísticas das Nações Unidas, a campanha alega que, se os recursos destinados à dívida fossem redirecionados para as áreas de educação e saúde, sete milhões de crianças seriam poupadas da morte prematura por inanição até o ano 2000. (ISABEL CLEMENTE)

Desemprego dobra, diz texto

da Sucursal de Brasília

Levantamento apresentado ontem pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) durante o lançamento da Campanha da Fraternidade 1999 indica que a taxa de desemprego no país mais que dobrou desde 1994, quando o governo lançou o Plano Real. Passou de 3,42% para 7%, em 98.

Os dados, extraídos do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), se referem ao emprego formal e informal nas principais regiões metropolitanas.

Segundo o texto-base da campanha, 755.379 empregos formais (com carteira assinada) foram eliminados nos dois primeiros anos do plano, desde a implantação em 1º de julho de 94 até o fim de 96.

O padre Luiz Bassegio, assessor

da Pastoral Social da CNBB, disse que é falsa a ideia de que o desemprego pode ser combatido com flexibilização da legislação trabalhista. "Os países que mais cortaram direitos dos trabalhadores como a Espanha e a Argentina apresentam hoje as maiores taxas de desemprego do mundo", disse.

De acordo com a CNBB, o setor financeiro foi o mais afetado, com a eliminação de 147.233 postos de trabalho. O setor industrial perdeu 16% dos trabalhadores. A indústria automobilística poderá reduzir seus empregos em 30% até 2000. No campo, só em 97, cerca de 200 mil trabalhadores rurais perderam seus empregos.

Em contrapartida, o texto-base diz que "a produtividade aumentou em média 10,2% nos três primeiros anos do Plano Real".

FSP
Publicação: 18/02/99
Data: 18/02/99
Pág: 4 - 1º Cod

Publicação: OESP
Data: 18/07/93
Pág.: A-12

IGREJA

CNBB vai coletar recursos contra desemprego

Durante a missa no Domingo de Ramos será arrecadado dinheiro para ser utilizado em projetos para criar empregos, tema da Campanha da Fraternidade lançada ontem

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA – O dinheiro coletado durante a missa no Domingo de Ramos – o último antes da Páscoa – em todo o País será destinado exclusivamente ao apoio de projetos contra o desemprego. A iniciativa, inédita, foi anunciada ontem pelo secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Ray-

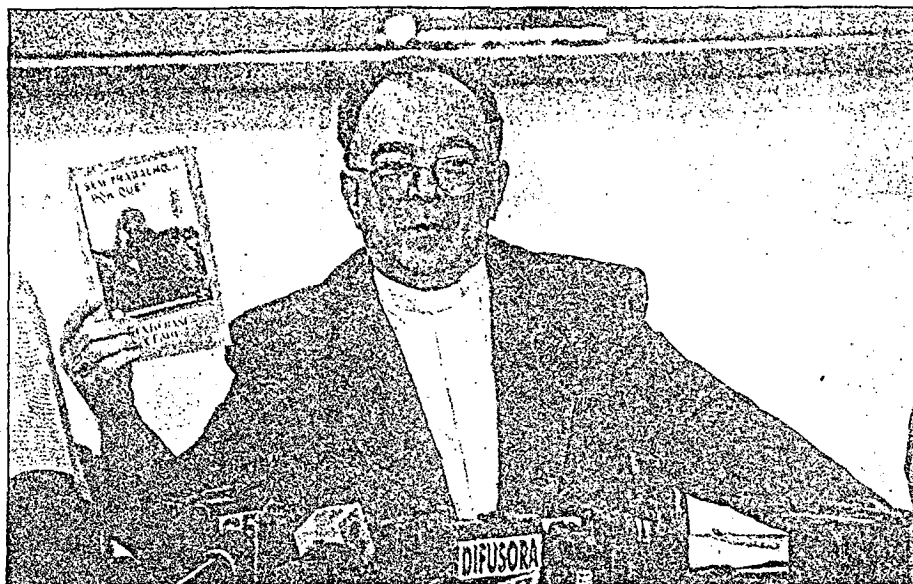
mon, sobre a necessidade de compreender o direito ao trabalho e de os cristãos pensarem sobre o “fenômeno mundial do desemprego e do subemprego”.

Para enfrentar o “angustiante problema do desemprego”, a Igreja quer partir para ações práticas e sensibilizar o governo brasileiro e a sociedade. Considerando o Plano Real e o desemprego, a CNBB

informou que, de 1.º de julho de 1994 ao fim de 1996, se perderam, no Brasil, 755.379 empregos formais. A maior perda ocorreu entre os bancários, mas também há expectativas de que o setor automobilísti-

co venha a reduzir os postos de trabalho em 30% até o próximo ano. Os grupos mais atingidos são os jovens – em São Paulo, entre 1989 e 1996, a taxa de desemprego entre pessoas de 15 a 19 anos de idade subiu de 18,8% para 39,8% – os negros e as mulheres.

Para a criação de novos postos de trabalho, além da redução da jornada de trabalho e das horas ex-



D. Damasceno: campanha anual será acompanhada por coletas para ajudar ações na área social.

tras, o incentivo à microempresas e a requalificação profissional foram sugeridos pela CNBB. De acordo com o padre Luiz Bassegio, assessor da Pastoral Social, só a redução das 267 milhões de horas extras efetuadas em 1995 seriam suficientes para criar mais de 300 mil empregos. Para amenizar os efeitos da crise da falta de trabalho, a Igreja também defende a definição de áreas para pequenos

vendedores, os ambulantes, e o aumento da cota de importação de US\$ 150 para US\$ 500. A Igreja também espera a punição de iniciativas desempregadoras e um maior auxílio ao desempregado.

O papa inaugurou ontem, durante a celebração da tradicional missa na Colina Aventina, o período da Quaresma. “A Quaresma é o momento de seguir o caminho da conversão”, declarou.

Questão estadual – Sobre a crise entre Estados e o governo federal, a Igreja recruta mais diálogo para resolver a questão. Durante o lançamento da campanha, d. Damasceno voltou a defender o cancelamento parcial ou total da dívida externa dos países em desenvolvimento para permitir a criação de empregos e indicou que essa pode ser uma saída para a questão dos Estados.

“Certos compromissos devem ser, evidentemente cumpridos, e o governo, seja federal ou estadual, tem uma série de compromissos inadiáveis, prioritários, com a saúde, com a educação”, afirmou. “Você não pode parar um País, um Estado, naqueles serviços essenciais”, disse Damasceno. “Esse é um apelo do papa”, comentou o secretário-geral. “Se tomarmos isso para nós, em nível pessoal, se você tem de comer, se vestir, cuidar de sua saúde, não sei se vai pagar a dívida e passar fome.”

A CNBB defende o equilíbrio fiscal no Brasil, mas citou alternativas não adotadas pelo governo, como a taxa maior das grandes fortunas. “Muitas vezes a taxa recai sobre assalariados e vamos multiplicando impostos sobre impostos”, condenou d. Damasceno.

Para d. Damasceno, as medidas de ajuste têm de ser tomadas tendo sempre em vista o bem-estar de todo o povo e, especialmente, os mais pobres. “Não se pode tomar medidas com o objetivo único de ajustar a economia”, afirmou.

O texto base da campanha informa que a origem do desemprego está no modelo socioeconômico adotado no Brasil, especialmente “no neoliberalismo sem freios éticos, que causa o desemprego estrutural”. O texto também condena a forma “subordinada” pela qual o País se insere na economia mundial.

PAPA LÊ MENSAGEM QUE TRATA DO DESEMPREGO

De acordo com a campanha lançada ontem, para promover o emprego é preciso reduzir a jornada de trabalho, com a manutenção do salário, diminuir as horas extras nas empresas e aprofundar a reforma agrária.

Não mensagem de abertura da campanha intitulada A Fraternidade e os Desempregados, o papa João Paulo II lembrou o Jubileu do ano 2000 em um mundo ainda marcado por conflitos e por “intoleráveis” desigualdades sociais e

Folha 02
Marte 18/07/1993
O Funcionário
DANIEL MARTINS GOI
072

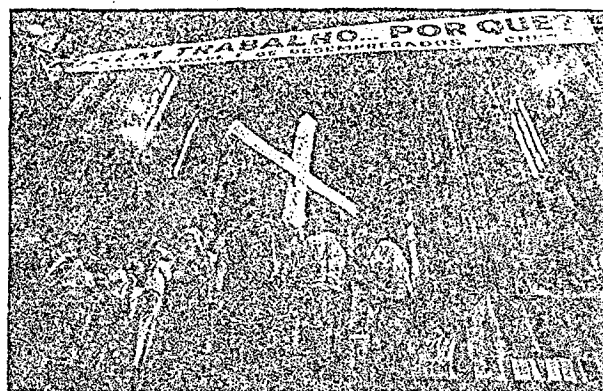
Publicação: OESP
Data: 18/02/99
Pág.: A-12

Objetivo é conseguir de executivos a adoção de políticas de recursos humanos solidárias

O arcebispo de São Paulo, d. Cláudio Hummes, e outros membros da Cúria Metropolitana vão pedir a empresários, executivos de grandes corporações brasileiras e de multinacionais com sede no Estado a adoção de políticas de recursos humanos criativas e solidárias, capazes de evitar o desemprego. Ontem, antes de celebrar a missa de lançamento da Campanha da Fraternidade, d. Cláudio reconheceu que a crise econômica brasileira está sendo mais intensa do que o previsto. Por isso, segundo ele, o texto base da campanha acabou ficando "ultrapassado

O texto *A Fraternidade e os Desempregados* foi escrito há cerca de oito meses. Nesse período, um dos fatores de mudança, percebido pela Igreja, foi a perda de credibilidade da sociedade no governo. D. Cláudio disse que os brasileiros terão de ser ao mesmo tempo criativos e solidários para evitar a intensificação da exclusão social. A receita será sugerida aos empresários que se reunirão em julho, no 4.º Encontro de Bispos e Empresários. Algumas das medidas propostas pela Igreja são: redução da jornada de trabalho e o fim das horas extras. "A economia sozinha não faz a história; faz implodir a história", disse o arcebispo.

Para dar ressonância à luta contra o desemprego, a Igreja usará seu poder de mobilização, agindo em duas frentes: nas cerimônias religiosas e nas comunidades de base. A Pastoral Operária organi-



Manifestação de católicos durante a missa celebrada na Sé

zará manifestações de desempregados para exigir do poder público, especialmente do governo federal, investimentos para reforma agrária, moradia popular, educação, saúde, bem-estar social e es-

Ao longo do ano, nas 3 mil missas celebradas aos domingos na cidade de São Paulo os fiéis entoarão o refrão da campanha – *sem trabalho, não fique ninguém*. Para

do em 7,7 mil paróquias e em 100 mil igrejas. "O povo brasileiro saberá reivindicar seus direitos pacificamente como vem fazendo até hoje", disse d. Cláudio.

Caberá à Pastoral Operária reunir os desempregados dos diversos bairros para criar uma rede solidária de apoio. "Não me recordo de nenhuma outra campanha que tenha tido esse nível de aceitação", disse Walde-

pos na Catedral da Sé, no centro da capital paulista, membros da pastoral conduziram ao altar uma cruz de madeira, que se abria mostrando uma faixa sobre o desemprego, extraída do Evangelho de São Mateus.

Na Catedral de Aparecida, em *Aparecida*, cerca de 4 mil pessoas acompanharam a missa, celebrada por d. Aloísio Lorscheider. A cerimônia foi transmitida em cadeia nacional pela Rede Vida.

MISSA DE APARECIDA CONTOU COM 4 MIL FIÉIS

No 3410 de prog
 O funcionário 03/10/58
 J. J. Martins

DOM CLÁUDIO HUMMES

O primado da pessoa humana

O desemprego e seus altíssimos índices em nosso país são um fenômeno devastador. Ele atinge profundamente a própria dignidade do trabalhador demitido, bem como debilita perigosamente o tecido social.

A CNBB, ao dedicar a Campanha da Fraternidade a esse grave problema social, quer prestar um serviço ao povo e contribuir para a busca urgente de saídas. Ela não presume, nem pode presumir, ser perita em economia, mas perita em humanidade e em ética, embora também nessas duas questões queira estar aberta ao diálogo. Se recorre a comentários de caráter econômico, talvez nem sempre corretos em suas sutilezas, o faz para situar o problema social, mas está aberta às correções objetivas e científicas dos economistas, de cuja colaboração tem necessidade.

Contudo, o bem-estar de um povo não depende só da economia, mas inclui importantes aspectos sociais, humanos, políticos e até mesmo religiosos e culturais. A História se tece com todos esses ingredientes. Por mais importante que seja a economia, ela só é positiva se se puser a serviço do homem e, portanto, se tiver como critério maior o primado do homem sobre as coisas, o lucro, o capital, o mercado. Dizendo que o critério maior deve ser o homem, estamos no horizonte ético, ao mesmo tempo em que estamos falando de todos os membros da sociedade humana, e não apenas de uma parcela mais privilegiada ou mais forte.

É importante que o povo, mesmo não tendo a capacidade de apresentar um modelo econômico acabado e melhor do que o atual, seja ouvido, pois ele sente na pele o resultado das políticas econômicas e pode trazer elementos muito



Desemprego leva ao álcool e à droga, que levam à miséria, à violência e à morte

válidos para melhorar os rumos do País.

O desempregado, de modo particular, deveria ser ouvido. É nele que o desemprego causa os estragos mais profundos, deteriorando sua situação pessoal, familiar e social. De fato, o desemprego humilha a pessoa, deprecia-a diante de si mesma, diante de sua família e diante do seu meio social. O desemprego

é deprimente, causa desânimo e revolta. Um pai de família que é despedido do emprego como vai encerrar a si mesmo, sua esposa, seus filhos, seus amigos, parentes e conhecidos? Como vai enfrentar o choro de suas crianças e a angústia de sua mulher, se tudo dependia de seu salário? São milhões nessa situação. Muitas famílias acabam-se desintegrando irremediavelmente.

Há poucos dias, uma emissora de televisão apresentava os resultados de um estudo sobre

a violência crescente numa região periférica da cidade de São Paulo e concluía com este trinômio: desemprego, álcool e droga, que levam à miséria, à violência e à morte. O estudo mostrava como o desemprego leva muitos ao álcool e à droga e como esse trinômio leva à miséria, que leva à violência, que leva à morte. É o tecido social que enfraquece.

O trabalho é um direito de cada ser humano, além de ser um dever. Por ele, o homem expressa e desenvolve suas potencialidades, ganha seu sustento e o de seus dependentes, providencia para seu futuro e colabora para o bem comum da sociedade. Perdendo a possibilidade de trabalhar, o homem se sente excluído de todo esse processo e atingido duramente em sua dignidade. Daí para a revolta o passo é curto.

Sabemos que o desemprego hoje cresce no mundo, tendo como duas de suas causas maiores a globalização da economia e a nova ordem econômica mundial de corte neoliberal, que deu características estruturais ao desemprego e expôs, por demais, a economia dos países à fome irresponsável de

lucro do capital financeiro e especulativo internacional.

A Igreja, com sua Campanha da Fraternidade, pretende contribuir para a reflexão sobre toda essa problemática. Assume sua doutrina social como orientação segura. Reúne suas comunidades e as anima a uma solidariedade eficaz para com os desempregados, assistindo-os organizadamente em suas necessidades imediatas e ajudando a articulá-los. Apela aos governantes para que ouçam os desempregados e todos os envolvidos no problema, como são os trabalhadores e os empresários, com seus respectivos sindicatos e associações. Apela aos políticos para que apressem as reformas sociais, econômicas e políticas na direção de uma sociedade justa, fraterna e solidária. Insiste na reforma agrária, já iniciada, mas com longo caminho ainda pela frente, que precisa ser acompanhada de uma adequada política agrícola. Ao lado das grandes e médias empresas agrícolas, aponta para a importância, também, da agricultura familiar, bem como das pequenas empresas de comércio, indústria e serviços, como produtoras e geradoras de muitos empregos. Sugere aos governantes locais abrirem frentes de trabalho, quem sabe, na área da construção de habitações e obras públicas, na área do turismo, na educação, na requalificação dos trabalhadores, na defesa do meio ambiente. Apóia os trabalhadores e os empresários que unem seus esforços e negociam para proteger o emprego e abrir novas oportunidades de trabalho.

A Igreja, nesta campanha, gostaria de ver crescer um verdadeiro movimento de solidariedade para com os desempregados. Guiada pela palavra de Jesus Cristo, dá prioridade às pessoas sobre as coisas e defende uma distribuição mais justa das riquezas, para que todos possam ter vida digna, pois nós somos todos irmãos.

Dom Cláudio Hummes é arcebispo de São Paulo



TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Folha n.º 65 do pros.
N.º 340 de 1998
O funcionário

O direito ao trabalho

CLÁUDIO HUMMES

O altíssimo índice de desemprego em nosso país deixa a sociedade apreensiva em relação ao futuro. O problema é grave e se agrava a cada dia. Mais e mais pessoas são demitidas de seus empregos, sem perspectiva de voltar ao trabalho tão cedo. Sua situação pessoal, familiar e social se deteriora.

Pois, na verdade, o desemprego humilha a pessoa, deprecia-a diante de si mesma, de sua família e de seu meio social. Impede-a de ganhar sua vida e a de seus dependentes com o fruto do seu próprio suor, torna-a dependente da ajuda dos outros, dá-lhe a impressão de ser inútil. Ameaça-a de rápido empobrecimento. Por isso, a situação a desanima e a revolta interiormente.

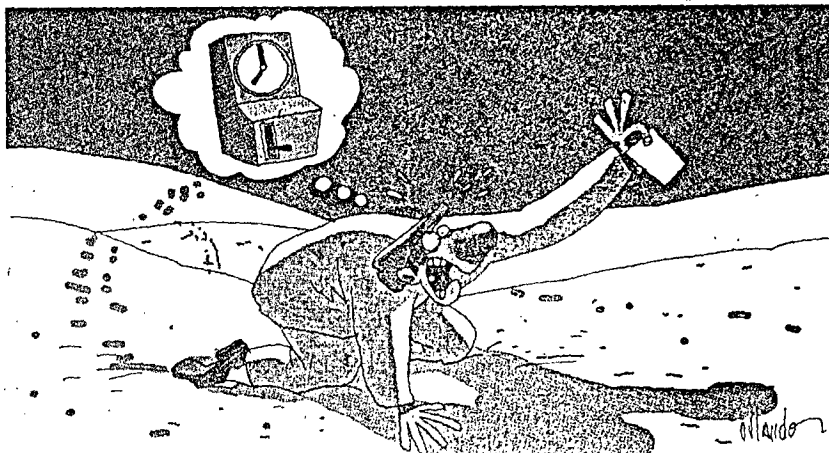
Assim, à medida que o número dos sem-trabalho sobe assustadoramente, o tecido social sofre e se debilita.

Por outro lado, o trabalho é um direito de cada ser humano, além de ser um dever. Reconhece-o a Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 23): "Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha do emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego".

O trabalho, na verdade, caracteriza o homem diante dos demais seres deste mundo. Só o homem tem capacidade para trabalhar, no seu pleno sentido. Só o homem realiza trabalho e com ele preenche o melhor tempo de sua existência. Pode-se dizer que o homem é, por natureza, chamado ao trabalho.

Por isso, o trabalho é essencialmente uma bênção para o ser humano. Por ele, o homem desenvolve progressivamente todas as suas potencialidades, ganha o sustento para si e para seus dependentes, toma providências para seu futuro e economiza para emergências, como doenças ou novos empreendimentos. Colabora para o progresso da ciência, da tecnologia e da cultura.

O atual papa, em sua encíclica sobre o trabalho humano (1981), lembra com razão que o capital, entendido como o conjunto dos meios de produção, é produto do trabalho manual e intelectual de muitas gerações. Isso significa que cada máquina, com todas as sofisticadas da tecnologia de ponta, representa a soma do trabalho de gerações



anteriores e da geração atual. De modo que ninguém pode simplesmente declarar-se proprietário absoluto dessa máquina, pretendendo usufruí-la sem obrigações sociais —ela pertence, em sua raiz, à comunidade humana.

Aquele que é desempregado sente-se excluído de todo esse processo produtivo, histórico e comunitário, altamente dignificante da pessoa humana. O desemprego torna-se desumanizante.

Diante do agravamento do problema, a CNBB decidiu dedicar a Campanha da Fraternidade de 99 ao desemprego. Seu lema ("Sem trabalho... Por quê?") é o grito de cada brasileiro demitido de seu emprego. A Igreja Católica ouve esse grito, que ecoa fundo —são pessoas humanas que se sentem jogadas fora, à margem—, e entra nesse problema.

Como já declarava o Concílio Vaticano 2º (GS, 1): "As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias

e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo". Mais: "A comunidade cristã sente-se verdadeiramente solidária com o gênero humano e com sua história".

João Paulo 2º, na sua primeira encíclica, "O Redentor do Homem", retoma esse tema, quando afirma: "O homem é a primeira e fundamental via da igreja". Isso significa que a igreja não pode deixar de ser solidária com a pessoa humana. Essa atitude dos cristãos se baseia no fato de o Filho de Deus ter-se feito homem em Jesus Cristo,

dando à natureza humana uma dignidade que inclui e mesmo supera o que a razão percebe da inviolável e incomparável dignidade da pessoa humana.

Por essas razões, a igreja sempre proclama o primado da pessoa humana sobre as coisas. Nisso está a base de sua compreensão ética no que tange ao homem e ao convívio humano na história. É nessa chave que se entende a defesa pela igreja do "princípio da prioridade do trabalho em confronto com o capital", tese que se encontra na encíclica de João Paulo 2º sobre o trabalho humano. Aqui trabalho significa, concretamente, o homem trabalhador. Portanto, o trabalhador deve sempre ter prioridade sobre o capital, o lucro, a acumulação de riquezas. A economia deve estar a serviço do homem.

Tornar isso realidade é, hoje, sempre mais complexo e difícil. Empurrar a responsabilidade pelo desemprego sobre este ou aquele setor não é justo nem traz soluções sábias. Toda a sociedade é responsável por essa situação. Obviamente, aqueles que têm maior poder político, social e econômico são os principais responsáveis, mas a sociedade inteira precisa assumir sua parte.

Além do mais, sabemos que o desemprego hoje cresce em todo o mundo, tendo como uma de suas causas maiores a nova ordem econômica mundial, globalizada e de corte neoliberal —que, por acréscimo, expõe em demasia a economia dos países à fome irresponsável de lucro do capital financeiro e especulativo internacional.

A igreja, com sua Campanha da Fraternidade, quer contribuir para a reflexão sobre esse complexo assunto e para a busca de soluções viáveis, tanto emergenciais como estruturais, seja em nível local, seja nacionalmente.

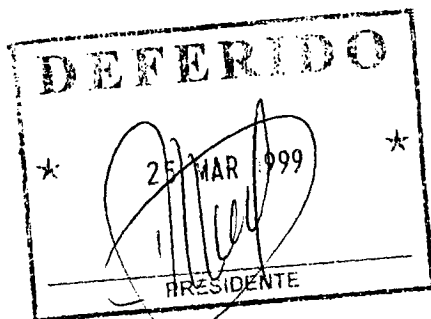
D. Cláudio Hummes, 64, é arcebispo de São Paulo. Foi arcebispo de Fortaleza (CE) e bispo de Santo André (SP).

O trabalhador deve sempre ter prioridade sobre o capital e o lucro. A economia deve estar a serviço do homem



Câmara Municipal de São Paulo

Folha arquivada em	30/09/2015 00:00:00
N.º	340 de 1998
O funcionário	A



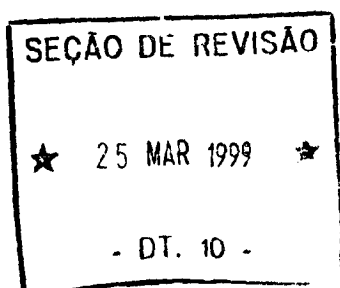
13 - RDS
13-0589/1999

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 340/98**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1999.


CARLOS NEDER

Vereador -PT



A Com. de Educação, Cultura e Esportes

26 / 03 / 09

Brenno Gandelman

BRENNO GANDELMAN

Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.

A. T. M.

03.03.99

pf-03

ABC requalifica 12 mil operários

Sindicatos dos setores químico e petroquímico iniciarão cursos na área de plásticos

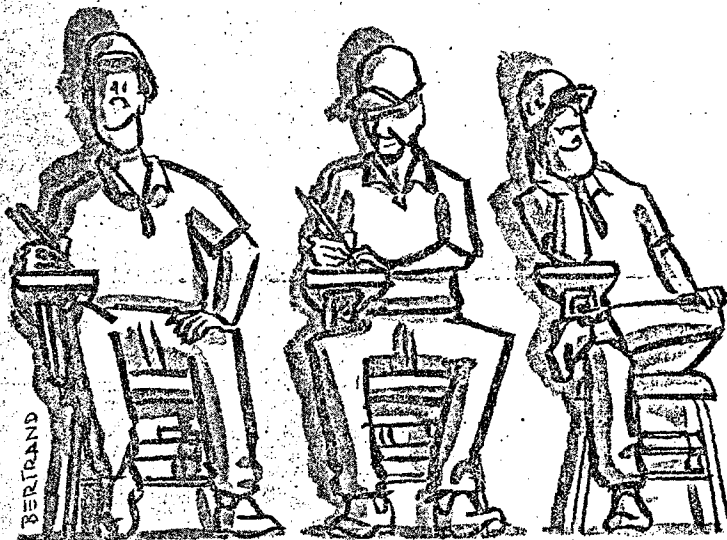
Márcio Venciguerra
de São Paulo

Os sindicatos de trabalhadores e de empresários dos setores químico e plástico do ABC iniciam em abril um programa de requalificação profissional de 12 mil operários. O projeto Alquimia formará turmas de 1,5 mil alunos a cada três meses e custará R\$ 13 milhões. Os recursos, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), deverão ser repassados no próximo dia 20 ao governo paulista. Até o final da tarde de ontem, havia cinco mil inscritos no programa, que treinará empregados e desempregados. Além de novas tecnologias, serão ministradas aulas de química, matemática, português, geografia e física. O curso dará direito a prestar exames para obtenção do certificado de primeiro grau.

O Alquimia é o primeiro de uma série de projetos de fomento da produção de materiais plásticos a ser posto em prática. "Essa idéia eclodiu antes, mas estamos trabalhando um plano amplo para transformar o ABC num centro de referência dos plásticos", comenta Giorgio Guardalben, da Poli-Embalagens, uma das 500 pequenas e médias empresas do setor de plásticos da área Sudeste da Grande São Paulo. Entre as propostas está a criação de uma central de negócios para facilitar o acesso a tecnologias e a criação de uma incubadora de ferramentarias especializadas em moldes, um insumo importante do setor.

Segundo Guardalben, o treinamento de pessoal é uma das grandes dificuldades do empresariado, pois o ramo de plásticos muda muito rapidamente em termos de equipamentos e matérias-primas. "Há seis anos, nós treinávamos todos os trabalhadores no chão de fábrica, e agora precisamos que o trabalhador tenha um conhecimento geral para que ele receba o retoque final dentro das empresas", diz o empresário, que inscreveu seus empregados no Alquimia.

A Poli-Embalagens fatura R\$ 5 milhões ao ano e investiu R\$ 400 mil, financiados em 1997, para modernizar a linha de produção, que emprega



hoje 70 pessoas. Assim que terminar de pagar o financiamento, daqui a oito parcelas mensais, a empresa fará outro programa de atualização. "Os empresários ficam de olho no fluxo de caixa nesses tempos de vacas magras, mas temos de nos preocupar com o futuro", ressalva.

Desde o final do ano passado, a Câmara do ABC, entidade que reúne a sociedade civil e poder público, investe num plano para ampliar as vantagens comparativas do plástico e do Pólo Petroquímico de Capuava. A decisão partiu de um estudo sobre as cadeias produtivas encomendado à Universidade de Campinas (Unicamp). Os pesquisadores concluíram que a transformação de resinas em plástico é a atividade com maior capacidade de crescimento. Tanto para manter a importância industrial da região no País, como para reverter o desemprego industrial.

Na opinião de Guardalben, para realizar esse objetivo, os empresários do ABC precisam se manter atualizados. "Não podemos cair na comodidade, temos de oferecer produtos diferenciados ao mercado", defende.

Os trabalhadores também têm dificuldade de se manter prontos para

atender às exigências do setor. Ao sair da Volkswagen, em janeiro de 1998, após três anos como metalúrgico, José Carlos Mariano decidiu voltar à indústria de plásticos. Afinal tinha seis anos de experiência com PET, o material usado para fazer garrafas de refrigerantes. "Encontrei vagas que não foram preenchidas por falta de profissionais qualificados, o empregador está muito exigente hoje", conta ao fazer a inscrição no projeto Alquimia. Pai de duas meninas, de 12 e 13 anos, Mariano lamenta ter perdido a chance de fazer o curso imediatamente. "A fila é grande, mas tenho grande esperança de voltar a trabalhar com plástico", diz.

O diretor do Sindicato dos Químicos do ABC, Carlos Augusto Cesar, o Cafu, diz que as máquinas antigas foram repassadas das médias para as pequenas empresas, o que garantiu o emprego de profissionais menos qualificados num primeiro momento. "Em breve, o maquinário obsoleto sairá do mercado e os trabalhadores perderão o emprego se não voltarem a estudar", avalia. Segundo Cafu, que coordena o Alquimia, esse gargalo pode comprometer a criação do Pólo dos Plásticos. O ma-

terial foi escolhido como pivô da retomada do crescimento industrial do ABC porque o pólo petroquímico de Capuava já é um grande produtor de matéria-prima e o mercado de plásticos brasileiro está muito aquém do internacional. Os carros feitos no Brasil, por exemplo, têm uma média de 90 quilos de plástico enquanto os importados saem da fábrica com 120. O consumo per capita de plástico no Brasil é de 12,5 quilos por ano, enquanto que a média argentina é de 24 quilos; e a européia é de 58. "Nós podemos chegar em pouco tempo ao nível internacional", prevê Merherg Cachum, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Plástico (Abiplast).

Todo o Pólo Petroquímico de Capuava está se preparando para o crescimento. Após a interferência da Câmara do ABC, as negociações da Petroquímica União (PQU) e a Petrobrás para ampliar o fornecimento de gás natural avançaram no final do ano passado. Hoje, há duas alternativas técnicas em estudo e a PQU pretende investir US\$ 90 milhões até o ano 2000, para ampliar a produção de eteno. A segunda geração, que transforma o eteno em resinas também está centrando investimentos em Capuava, que fica em Mauá e Santo André. "Nós investimos US\$ 7 milhões num centro de desenvolvimento tecnológico na unidade de Capuava", diz Alexandrino de Alencar, da OPP, uma indústria de segunda geração. Ele calcula que a substituição das importações dará um impulso aos produtos plásticos nacionais, e abrirá cerca de duas mil vagas na indústria. E o setor está se preparando para crescer também no mercado externo. "Durante a feira Brasil-plast, dia 9, vamos assinar um termo de referência que sintonizará toda a cadeia de plástico para a exportação", planeja.

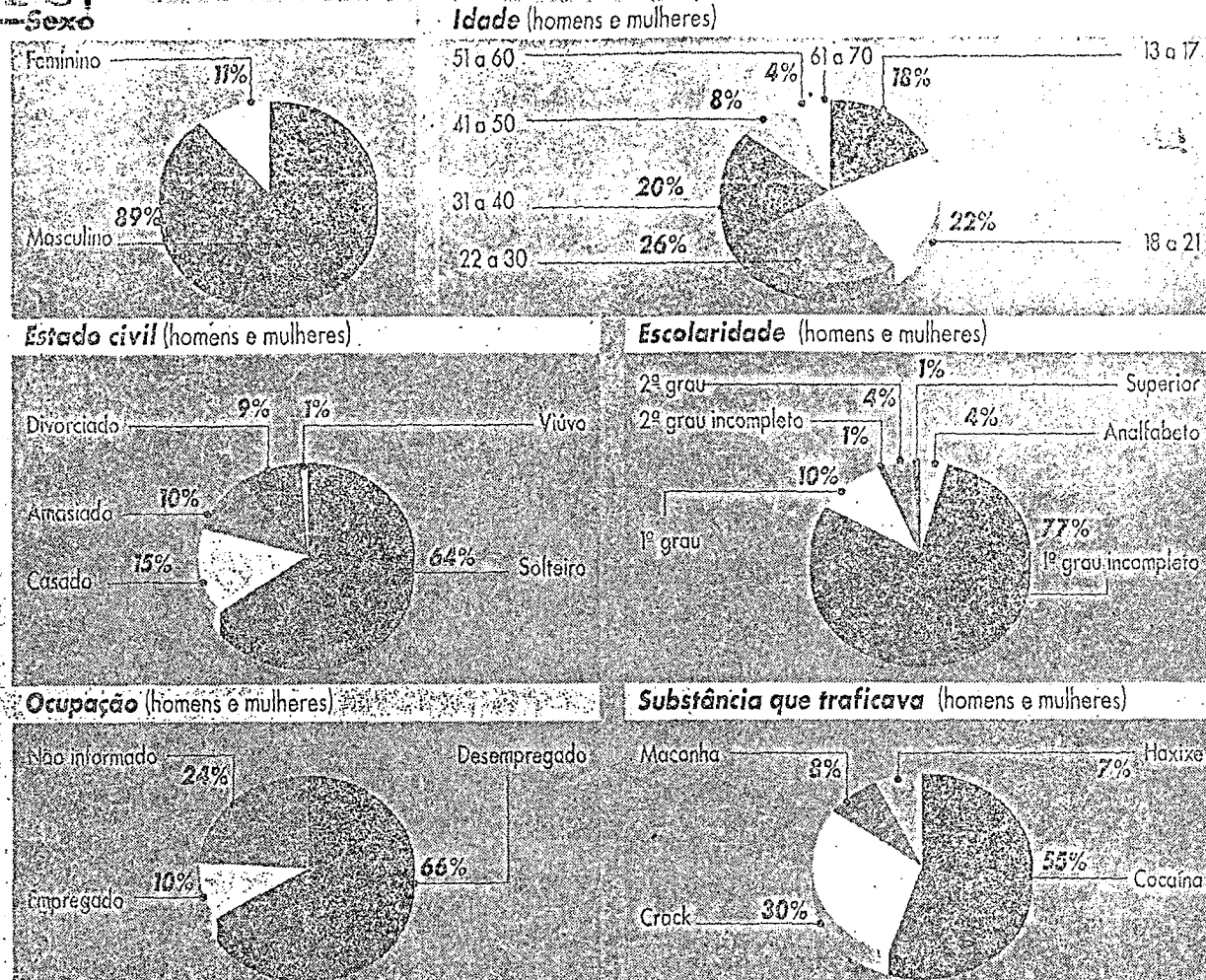
Alencar diz que os produtores de resinas estão interessados em apoiar a exportação de seus clientes, em vez de vender matéria-prima. "A pauta brasileira deve ter mais valor agregado para equilibrar a balança e reduzir o desemprego", diz.

Projeto Alquimia formará turmas de 1,5 mil alunos a cada três meses

Folha n.º 23 do proc. 88
 No 340 de 1988
 No 340 de 1988

Desemprego alimenta o tráfico nas escolas

O traficante nas escolas



Obs: 1 - Nem todos os itens somam 100%, porque os presos não foram obrigados a responder todas as questões.
 2 - A porcentagem de presos que não prestaram informação só aparece nos itens onde representam uma fatia significativa.

Fonte: Gape

Arte: Folha da Tarde

O traficante que age perto das escolas de São Paulo é homem, desempregado, solteiro, jovem e tem o primeiro grau incompleto. A maioria vende cocaína e crack. Estas informações constam do primeiro levantamento sobre o perfil social do traficante de drogas elaborado pelo Gape (Grupo de Apoio e Proteção à Escolas), órgão do Denarc (Departamento de Investigações Sobre Narcóticos) criado em janeiro de 97 para combater o tráfico de drogas nas proximidades das escolas municipais, estaduais, particulares e facultades.

O levantamento foi feito por iniciativa da delegada titular do Gape, Elizabete Ferreira Sato, que assumiu o órgão no início de 98 e está agora no DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa) com o ex-diretor do Denarc, Jorge Miguel, novo chefe do departamento. O estudo foi feito a partir de 70 entrevistas com traficantes presos pelo Gape entre janeiro e setembro do ano passado que concordaram em prestar informações.

Para a delegada, um dos dados mais preocupantes é que a maioria dos traficantes presos, 66%, eram pessoas que tinham uma ocupação profissional e ficaram desempregados.

Ela também chama a atenção para pessoas que, mesmo empregadas, usam o tráfico co-

mo uma forma de complementar a renda, como um dos presos entrevistados, que disse ser mecânico durante o dia e traficante à noite, "para melhorar o orçamento de casa".

Para ela, a participação das mulheres (11%) no tráfico aumentou consideravelmente, embora esteja longe ainda de superar o número de homens (89%). Em janeiro deste ano, foram presos pelo Gape 36 pessoas, sendo 33 homens e três mulheres.

A maior parte dos traficantes presos tem entre 22 e 30 anos (26%), seguidos pelos de 18 a 21 anos (22%). A grande maioria, 77%, não concluiu o primeiro grau, e 64% disseram ser solteiros.

A maioria dos presos afirmou vender cocaína (55%) e crack (30%). Apenas 8% declararam vender maconha. Para a delegada, isso pode refletir um crescimento no consumo de cocaína e crack pelos estudantes, embora a maconha ainda lidere o ranking de apreensões. No período de 17 de fevereiro de 97 a 29 de janeiro deste ano, foram apreendidos pelo Gape 84 quilos de maconha, 4,45 quilos de cocaína, 5,52 quilos de crack, além de 14 caixas de barbitúricos e bolas de haxixe.

(Andrea Lie Iwamizu)

Matéria: PL 340/1988. DANIEL MARTINS GODOY

Folha n.º	340	do proc.	10
N.º	340	de 19	98
O funcionário			

Publicação: ODIA SP
 Data: 10 / 03 / 99
 Pág.: 04

NACIONAL

Governo estuda auxílio à micro empresas

BRASILIA (AJB) - A redução das obrigações trabalhistas para os micro e pequenos empresários está sendo estudada pelo Governo Federal. Nos próximos dias o assunto deverá ser discutido num encontro entre as representantes dos trabalhadores, incluindo as centrais sindicais e o ministro do Trabalho e do Emprego, Francisco Dornelles. O objetivo é aumentar os postos de trabalho. O anúncio foi feito ontem cedo, por Fernando Henrique Cardoso, em seu

programa de rádio Palavra do Presidente.

Fernando Henrique destacou que as micro e pequenas empresas são responsáveis por 84% dos empregos gerados no país. "O nosso desejo é reduzir as obrigações trabalhistas para aumentar a oferta de emprego", disse. Ele acrescentou que a simplificação da lei vai reduzir também o número de trabalhadores que estão na informalidade.

O presidente comentou que todo o governo está empenhado

em aumentar o número de postos de trabalho e que o Pronaf, programa de Agricultura Familiar, conta com mais de R\$ 2 bilhões este ano. "Mais, portanto, que no ano passado. Só em programas de saneamento e habitação estamos aplicando R\$ 2 bilhões. Destinamos ainda pesados recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) às áreas de turismo e exportação têm grande capacidade de geração de emprego e serão forte-

mente apoiadas pelo Governo Federal".

Segundo Fernando Henrique, para que o brasileiro se prepare melhor para enfrentar o mercado de trabalho, serão investidos mais R\$ 300 mil no Planfor, que é o programa de Capacitação Profissional desenvolvido em parceria com estados, municípios, centrais sindicais e entidade patronais. O presidente disse ainda que serão treinados mais de 1,7 milhão trabalhadores este ano.

Publicação:

Data:

Pág.:

FSP

08/03/99

3-4

atuada em 30/09/2015 00:00:00.
Folha n.º 91 do proc.
N.º 340 de 19 99
O fundorino

Queda atinge todas as áreas

da Reportagem Local

O estudo do economista Marcio Pochmann (Unicamp) mostra que a perda de empregos no Brasil, principalmente a partir de 1994, ocorreu em praticamente todos os setores da indústria, mesmo naqueles em que o país tinha competitividade internacional.

O desemprego foi geral, das indústrias de material elétrico e de transportes, à de alimentos e têxtil, passando pela metalurgia.

De todos esses, o mais afetado foi o de produção de fios, tecidos e confecções. Após um período de expansão do emprego que se estendeu de 1985 a 1989, o setor entrou numa tendência de corte de vagas que permanece até hoje.

Em comparação a 1985, o nível de emprego da indústria têxtil caiu nada menos do que 58%. Ao mesmo tempo, as importações de tecidos e roupas pelo país cresceram na espantosa proporção de 1.690%.

Em menor escala, o quadro se repetiu nos segmentos de material elétrico (perda de 44% dos empregos e crescimento de 237% das importações), metalurgia (corte de 35% das vagas e aumento de 189% dos importados) e da indústria de produtos alimentares (menos 23% no emprego e mais 142% nas importações).

Os produtos de transporte também não foram exceção: o nível de emprego caiu 33%, enquanto as importações eram multiplicadas por três. Isso ocorreu mesmo em um setor que inclui a produção de veículos e de autopeças.

Nesse segmento, o Brasil tem um histórico de competitividade: nos últimos dez anos, apenas em 1997 o valor das importações superou o das exportações desses produtos. Em 1998, os valores se equivaleram.

Mesmo assim, o setor demitiu milhares de trabalhadores.

"Se o real tivesse um câmbio mais ajustado, o efeito teria sido diferente e as importações seriam muito menores", afirma Paulo Butori, presidente do sindicato de indústrias do setor (Sindipecas). "Criamos empregos em outros países e eliminamos aqui."

"Eu me sinto à vontade para dizer isso porque no início do regime automotriz (incentivos à instalação de montadoras no país), alertamos o governo: vocês estão criando um processo de importação", lembra.

O país que mais exporta autopeças para o Brasil é os EUA. Não por acaso, esse foi, entre 65 setores da indústria norte-americana, o que mais empregos criou ao mesmo tempo que proporcionou melhores salários a seus empregados entre 1990 e 1995 (segundo Richard Lester, em seu livro "The Productive Edge").

Segundo Butori, o início da produção dos carros mundiais nas montadoras brasileiras fez com que pudessem adotar os mesmos fornecedores para todas as suas fábricas no mundo.

Por consequência, as peças, que antes eram produzidas no Brasil, passaram a ser importadas de fornecedores localizados nos países de origem das montadoras.

Para ele, se o governo tivesse condicionado os incentivos que ofereceu a essas multinacionais ao desenvolvimento de ao menos um carro mundial no país, o efeito sobre o emprego na indústria teria sido positivo e não o contrário. (JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO)

TRABALHO Somada a corte, demora inviabiliza metas estabelecidas pelo governo

Governo atrasa verbas para qualificação profissional

MAURICIO ESPOSITO

da Reportagem Local

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), criado pelo governo federal para treinar e oferecer a trabalhadores melhores condições de enfrentar o desemprego, não vai atingir o número pretendido de alunos em 99. A meta do governo era financiar a formação de 3,8 milhões de trabalhadores neste ano.

As três principais centrais sindicais (CUT, Força Sindical e CGT), que solicitam a verba e executam parte do programa, estimam em, no máximo, 2 milhões o número de alunos a ser atendidos.

O Planfor estabelece convênio com sindicatos, fundações, secretarias estaduais de Emprego e organizações não-governamentais, que oferecem cursos variados e ensinam informática, línguas estrangeiras, telemarketing e operação de máquinas computadorizadas, entre outros assuntos.

O programa foi uma das principais bandeiras do governo no combate ao desemprego crescente. Além de ter cortado em 53% o orçamento destinado ao programa em 99, por conta do ajuste fiscal, o governo já atrasou em quase dois meses a liberação de verbas para os parceiros do Ministério do Trabalho na execução dos projetos.

Os cursos de qualificação profissional deveriam ter começado em fevereiro. Com o atraso na liberação das verbas, as centrais sindicais esperam agora dar início ao ano letivo entre o final de abril e início de maio.

Retenção

As verbas para os programas de qualificação profissional vêm do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que foi criado em 90 e é formado pela arrecadação do PIS/pasep. Seu patrimônio chega a R\$ 37 bilhões, gerido por um conselho tripartite (com representantes dos empresários, do governo e das centrais sindicais).

Para 99, o orçamento original previa que seriam destinados aos programas de qualificação profissional R\$ 662 milhões.

Após o ajuste fiscal, a verba caiu para R\$ 312 milhões. A reunião do conselho que iria definir a distribuição das verbas para este ano foi adiada pelo Ministério do Trabalho por duas vezes. Está programada para esta semana.

As centrais sindicais se mobilizaram nas últimas semanas para que não houvesse mais um adiamento e conseguiram a promessa do ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, de que a reunião do Codefat será deliberativa, isto é, vai bater o martelo definitivamente sobre a distribuição de verbas.

O dinheiro do FAT, em teoria, pertence ao trabalhadores, mas os

Conheça as metas do governo

Ano	Plano Estadual de Qualificação/outras convenções	Rede de Educação Profissional	Total	% da PEA
96	1.200	3.800	5.000	7
97	1.900	6.400	8.300	11
98	2.000	8.500	10.500	15
99	3.800	12.000	15.800	20

(*) Recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.
(**) Recursos públicos e privados, incluindo sistema de escolas técnicas federais, estaduais e municipais, sistema S (Senai/Ses), Senac/Ses, Senar/Ses, fundações e escolas de empresas, sindicatos de trabalhadores, organizações não-governamentais, universidades, ensino profissional livre. Fonte: Ministério do Trabalho.



Canindé Pegado, que representa a Central Geral dos Trabalhadores

recursos ficam no caixa único do Tesouro Nacional, entrando nos cortes, o que é injusto, afirma Canindé Pegado, representante da CGT (Central Geral dos Trabalhadores) no Codefat (Conselho Deliberativo do FAT).

"O presidente da República demorou para sancionar o Orçamento da União e o novo ministro do Trabalho queria conhecer melhor o programa antes de discutir o destino das verbas", disse Pegado ao explicar o atraso na liberação das verbas.

A sua central, a CGT, formou 62 mil alunos no ano passado, com o repasse de R\$ 6 milhões.

Agora, está procurando se adaptar aos recursos minguados.

Segundo Pegado, vai aumentar o número de trabalhadores por classe e reduzir a carga horária dos cursos entre 10% e 15%.

A Força formou 110 mil alunos em todo o país durante o ano pas-

sado e avalia que o atendimento em 99 será reduzido pela metade.

"Temos cerca de 200 mil inscritos só na Grande São Paulo", afirma Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente da central.

A Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) da CUT (Central Única dos Trabalhadores) também tem o seu programa de formação profissional e vai ter que reduzir o atendimento em 99.

O secretário nacional de formação da CNM, Fernando Lopes, afirma que a entidade formou 213 mil alunos no ano passado. A previsão para 99 era aumentar o número para 340 mil, o que está inviabilizado diante dos cortes e do atraso.

"Estamos buscando baratear nossos custos, mas 30% do orçamento total é pago pelos sindicatos e as entidades não têm condição de arcar com mais", explica.

A Secretária do Emprego do Estado de São Paulo, por exemplo,

Dinheiro é disputado

da Reportagem Local

Após o corte no orçamento do FAT para qualificação profissional, as centrais sindicais querem garantir para si a maior parte dos recursos previstos.

O governo cortou o orçamento para 99 de R\$ 662 milhões para R\$ 312 milhões, o que representa uma redução de 53%. Isso não significa, porém, que todas as solicitações feitas pelas centrais sindicais e secretarias estaduais de Emprego sejam reduzidas linearmente na mesma proporção.

Segundo a Folha apurou, a Força Sindical e a CGT querem que dois terços dos R\$ 312 milhões que sobram após o corte sejam distribuídos para os Estados.

Os 33% que faltam ficariam com os sindicatos e demais parceiros.

Por essa conta, as centrais sindicais e os outros parceiros ficariam com cerca de R\$ 100 milhões para a qualificação profissional, 20% acima do valor obtido no ano passado. Os Estados, por outro lado, teriam a verba reduzida, de R\$ 322 milhões de 98 para R\$ 200 milhões em 99.

A proposta das duas centrais sindicais será levada à reunião do Conselho Deliberativo do FAT nesta semana. (ME)

solicitou R\$ 82 milhões.

A secretaria formou 271 mil alunos no ano passado e previa oferecer cursos para 500 mil em 99.

O Ministério do Trabalho argumenta que o corte não foi tão elevado porque, se comparado com a verba de 98, o orçamento para os programas de qualificação profissional foi reduzido em aproximadamente R\$ 80 milhões.

O representante da CGT no Codefat, contudo, lembra que a demanda inicial de verba dos parceiros do Ministério do Trabalho para seus programas de qualificação profissional chegava a R\$ 1 bilhão.

O governo queria destinar aos convênios do Planfor pouco mais de R\$ 500 milhões.

Depois de muita negociação com os representantes das centrais, o Ministério do Trabalho aceitou elevar o orçamento do FAT para os programas de qualificação profissional para R\$ 662 milhões.

APL1029
C.M.S.P.

APL - APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO
TRAMITACAO POR PROCESSO OU MATERIA LEGISLATIVA

Folha n.º 12 do proc. 340 de 1998
N.º 340 de 1998
O funcionário 12:27:15
autuado em 30/09/2015 00:00:00.

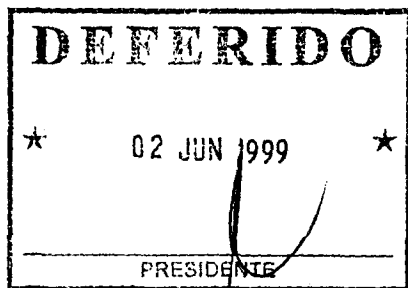
Sigla Materia Leg.: PL_____			Processo: 240 / 1998		
Sigla Materia Leg.: _____			Materia Legislativa: _____ / _____		
(Ref.1) Sigla Mat.: _____			(Ref.1) Materia Leg: _____ / _____		
(Ref.2) Sigla Mat.: _____			(Ref.2) Materia Leg: _____ / _____		
Encaminhamento			Recebimento		
Sigla Area	Data/Hora	Operador	Sigla Area	Data/Hora	Operador
ATM_____	27/05/98-18:36	JAIR_____	JUST_____	28/05/98-12:00	MARLENE_____
JUST_____	06/11/98-13:12	MARLENE_____	ADM_____	03/12/98-10:51	MARIAMALIA_____
ADM_____	03/12/98-11:00	MARIAMALIA_____	EDUC_____	11/12/98-14:21	MARCOS_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____

Data/hora do recebimento de uma materia legislativa _____
Count: #3 <List>

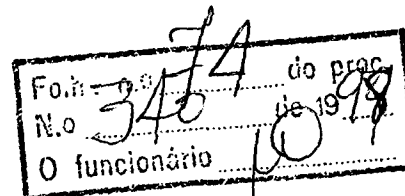
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	
DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE ATOS	DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE ATOS
74, a 80,	10



Câmara Municipal de São Paulo



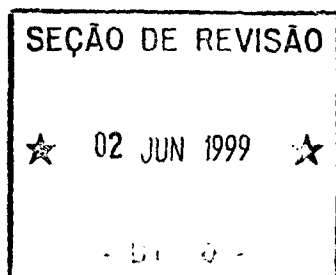
13 - RDS
13-1247/1999



REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 340/98**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1999.


CARLOS NEDER
Vereador -PT



A Com. de Educação

02/06/99

Bruno Gandelman

BRUNO GANDELMAN

Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.

A. T. M.

Recebida na Comissão de

Educ. Cul. e Esportes

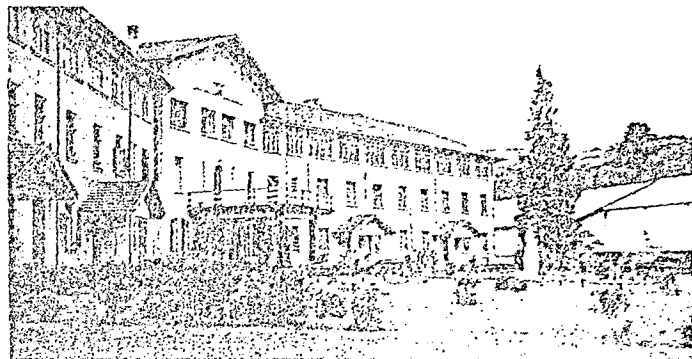
Em 02/06/99 às 14 h.

SEBRAE-SP NO CONGRESSO ESTADUAL DOS MUNICÍPIOS

Entidade apresenta produtos e serviços que contribuem para o desenvolvimento dos municípios paulistas

Turismo, Agronegócios, Associativismo, Incubadoras, Lige Licitação, Feiras e Rodas de Negócios. Estes são alguns dos produtos e serviços do Sebrae-SP apresentados durante a Exposição Paralela ao 43º Congresso Estadual dos Municípios, realizado de 27 de abril a 1º de maio, em Campos do Jordão, São Paulo. O Congresso, promovido pela Associação Paulista de Municípios, reúne, desde 1956, deputados, prefeitos, vereadores e outras autoridades para discutir questões de interesse dos municípios paulistas. Este ano, com o tema central Descentralização: Competências e Recursos - Privatização, Concessões e Terceirização, mais de 500 municípios do Estado confirmaram presença, além de especialistas, autoridades nacionais e representantes da sociedade civil. Outros assuntos como Pacto Federativo, Reforma Tributária, Educação, Saúde, Emprego e Habitação, também entraram na pauta de discussões. "É com grande alegria que vejo a integração entre o Sebrae-SP e Associa-

ção Paulista de Municípios. Nossa participação neste Congresso objetiva estreitar ainda mais o relacionamento que já desenvolvemos com cada um dos 645 prefeitos e com o conjunto de vereadores do Estado de São Paulo", afirma o diretor superintendente do Sebrae-SP, Fernando Leça, convidado para inaugurar o Primeiro Grande Painel de Debates, na abertura do Congresso. "Nossa presença neste evento é a demonstração clara de que o Sebrae se volta para a celebração de parcerias, reconhece a sensibilidade das lideranças municipais e, em perfeita sintonia com o Governo do Estado, se dedicará cada vez mais ao fortalecimento dos municípios, ao fortalecer a maior geradora de emprego e renda: a pequena empresa", completa. O Sebrae-SP reservou o segundo maior estande da Exposição Paralela de Produtos e Serviços para apresentar as ferramentas que dispõe para o desenvolvimento e fortalecimento das micro e pequenas empresas paulistas. O Jornal de Negócios apresenta algumas delas:



Centro de Convenções da Obra Social Santa Clara, em Campos do Jordão, sedia o 43º Congresso dos Municípios

ceção, reunião e treinamento, showroom, almoxarifado e copa. Elas têm até três anos para desenvolver seus produtos e serviços com custos acessíveis. O Sebrae-SP já implantou 31 incubadoras no Estado que abrigam 262 empresas e geram mais de 1,2 mil empregos diretos. Em maio, a entidade inaugura uma nova unidade, em Guaiara, interior paulista. As incubadoras são resultado da parceria entre Sebrae-SP, Prefeituras locais, Universidades e entidades sem fins lucrativos.

pelos Diários Oficiais e sobre cartas-convite elaboradas por outras entidades. As informações são divididas por atividade econômica e é possível acessar até 5 oportunidades em cada ligação, a um custo de R\$ 2,00 o minuto.

Proder estimula criação de emprego e renda

O Programa de Emprego e Renda do Sebrae-SP (Proder Regional) já atende 104 municípios do Estado de São Paulo. Depois de traçar um raio X de cada cidade com base em suas características sócio-econômicas, o Proder aponta as atividades de maior potencial para a criação de emprego e renda. As ações, discutidas junto à comunidade, são implementadas com o apoio de setores produtivos e entidades públicas e privadas. "O objetivo do Proder é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, através do fortalecimento e criação de novas micro e pequenas empresas", explica a gerente do programa, Marília Weigert Ennes. As regiões da Baixada Santista, Grande ABC e Presidente Prudente concluíram a primeira fase do Proder, que consiste na realização de diagnósticos e planos de ação, e já partiram para a segunda fase: colocar em prática as ações sugeridas.

Turismo abre caminho para desenvolvimento

O Turismo já demonstrou ser uma boa opção de desenvolvimento econômico, de geração de emprego e renda, além de atrair grandes investimentos e gerar negócios para as micro e pequenas empresas. O Brasil tem hoje um dos maiores potenciais turísticos do mundo e cresce o número de turistas brasileiros e estrangeiros que se voltam para as atrações do Estado de São Paulo. Para fortalecer este importante setor da economia, formado principalmente por micro e pequenas empresas, o Sebrae-SP trabalha em parceria com a Secretaria de Esportes e Turismo do Estado, Embratur, Cesp (Hidrovia Tietê-Paraná), São Paulo Convention & Visitors Bureau, entre outras entidades. A estratégia conjunta é definir produtos regionais de turismo, realizar eventos que aproximem empreendedores de projetos turísticos de potenciais investidores, além de difundir e fortalecer o turismo rural.

SAI transforma produtor em empresário rural

O Sistema Agroindustrial Integrado (SAI) fornece assessoria tecnológica, gerencial, administrativa e comercial em todas as áreas da produção agropecuária, desde o preparo do solo até a embalagem e colocação do produto no mercado. Resultado da parceria entre o Sebrae-SP e a Catí - Coordenação de Assistência Técnica Integral, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado, o programa já atende 138 municípios das regiões de Araraquara, Franca, Registro, São Carlos, São José do Rio Preto e Votuporanga. Em sua fase inicial, em 15 municípios de Votuporanga, gerou 2,6 mil empregos e 30 associações e cooperativas. A expectativa é atender mais 180 municípios até o fim do ano. "Deste modo, ajudamos a fixar o homem no campo, contribuindo para a diminuição do processo migratório campo-cidade", afirma o diretor superintendente do Sebrae-SP, Fernando Leça.

Agroldeal desenvolve lideranças no campo

Presidente Prudente é a primeira cidade do Estado de São Paulo a desenvolver o Programa Agroldeal do Sebrae-SP, lançado na região no dia 12 de abril. O objetivo é desenvolver a capacidade de liderança nos empreendedores rurais, além de prepará-los para conduzir processos de transformação sócio-econômica. Durante o Agroldeal, os participantes aprendem a desenvolver suas habilidades de líder, de negociação e captação de recursos para a elaboração de projetos rurais. O piloto do programa também será desenvolvido em Araraquara, Mogi das Cruzes e Registro, municípios que já desenvolvem o SAI. "No processo de transformação do produtor em em-

presário rural, o Agroldeal vem fortalecê-lo como líder", explica o gerente da Divisão de Cursos e Treinamento do Sebrae-SP, Wilson Fava.

Associativismo facilita crescimento de pequenas empresas

Os programas de Redes Setoriais e Empresas de Participação do Sebrae-SP têm como foco o Associativismo. As redes unem empresários de um mesmo setor, que têm como resultado aumento de vendas, redução de custos, acesso facilitado a linhas de crédito e maior capacidade de negociação com fornecedores. O Sebrae-SP está apoiando a criação de redes em vários segmentos como farmácias, padarias, oficinas, açougues, oficinas mecânicas e lojas de materiais de construção. A Empresa de Participação é um modelo de investimento que reúne centenas de pequenos investidores de uma comunidade ou setor empresarial. Eles aplicam seus recursos na criação de novos negócios ou na capitalização dos já existentes. As EPs são um poderoso mecanismo de poupança para a criação de empregos e de renda no País. Em São Paulo existem cerca de 90 Empresas de Participação Comunitária e no Brasil mais de 350.

Incubadoras de Empresas fortalecem negócios recém-criados

Mais de 260 empresas paulistas contam com o apoio e a infra-estrutura do Programa de Incubadoras de Empresas do Sebrae-SP. As incubadoras oferecem espaço físico para que empreendedores transformem ideias em produtos e para que suas empresas se tornem competitivas para atuar com sucesso dentro e fora do país. Instaladas em um prédio ou galpão, cada incubadora abriga cerca de 10 empresas, que compartilham infra-estrutura com secretaria, salas de re-

Programa incentiva Jovens Empreendedores

O Programa Jovens Empreendedores desperta em estudantes de 2º e 3º graus a vontade de montar seu próprio negócio. O projeto foi criado para oferecer uma alternativa aos jovens, que encontram cada vez mais dificuldades para encontrar um emprego no mercado de trabalho tradicional. Durante o curso, os alunos elaboram um plano de negócios, verificam se o empreendimento é saudável sob o ponto de vista mercadológico, financeiro e produtivo, e finalmente montam sua pequena empresa que presta serviços para a comunidade. Só em 98, o programa despertou o espírito empreendedor em 8.640 estudantes de 108 escolas públicas e privadas do Estado. As entidades interessadas em adquirir a metodologia e material didático recebem treinamento para uma equipe de multiplicadores. A expectativa do Sebrae-SP é atender 500 escolas até o final do ano.

Ligue Licitação apóia empresários na busca de clientes

Através do Ligue Licitação, as pequenas e microempresas têm acesso às licitações realizadas no Estado de São Paulo. Com a assinatura do Decreto 43.859 em março deste ano, o Sebrae-SP passou a receber para divulgação todas as licitações na modalidade carta-convite elaboradas pelas secretarias de Estado, fundações e autarquias. Com isso, as oportunidades de carta-convite para as micro e pequenas empresas paulistas aumentaram em 50%. O Ligue Licitação pode ser acionado de qualquer lugar do Brasil, através do telefone 0900-782020. Ao acionar o atendimento eletrônico, o empresário pode receber, via fax, dados sobre as licitações publicadas diariamente

Publicação: AGOM
 Data: 24 / 05 / 99
 Pág.: A-9

Folha n.º	76	do proc.
N.º	340	de 1998
O funcionário	<i>[assinatura]</i>	

Programa já atendeu 5,6 mi

Os programas de qualificação profissional patrocinados pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) já consumiram R\$ 1 bilhão atendendo 5,67 milhões de trabalhadores.

São convênios assinados com governos estaduais, sindicatos, centrais sindicais e universidades. As entidades recebem as verbas do FAT e oferecem os cursos aos tra-

balhadores.

O Ministério do Trabalho deve finalizar em breve um relatório sobre os resultados do Planfor (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador). Pelos resultados parciais, 48% dos desempregados que frequentaram os cursos em 97 declararam um ano depois ter verificado melhoras nos rendimentos mensais. (FSP)

Folha n.º	340	do proc.
N.º	de 9	98
O funcionário		

Publicação: Dávis Canção
Data: 21 / 05 / 99
Pág.: 06

TRABALHO

Ministro pretende gerar emprego para 3 milhões

PORTO ALEGRE – O ministro Francisco Dornelles, do Trabalho e Emprego, pretende lançar um programa de qualificação profissional, geração de emprego e renda para 3 milhões de pessoas. A intenção foi anunciada ontem, em Porto Alegre. Ele disse que planeja adotar o projeto Parceiros do Trabalho, lançado no Rio Grande do Sul pela Delegacia Regional do Trabalho.

O programa gaúcho ambiciona atingir 50 mil trabalhadores ao longo de dois anos, por meio de convênio com entidades públicas e privadas como secretarias estaduais, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), Sebrae, Senai, mais centrais sindicais, sindicatos e associações.

Dornelles acredita que a proposta gaúcha evita “a sobreposição de programas” similares, significando uma racionalização na aplicação dos recursos disponíveis. Afirmou que a adoção da medida pelo Ministério permitirá a qualificação “de 3 milhões de pessoas, com uma redução de custo da ordem de 35% em relação a 98”, comparou.

O ministro observou que a justaposição de iniciativas do gênero envolve seguidamente “o mesmo tipo de treinamento feito pelas mesmas pessoas”. Ele não citou que montante de verbas o programa exigirá, nem a previsão de seu lançamento.

TRABALHO Empresas de diversos setores apontam vantagens ao dar preferência a trabalhadores que já se aposentaram

Aposentados acirram disputa por emprego

FÁTIMA FERNANDES
da Reportagem Local

Eles formam um grupo de cerca de 18 milhões de pessoas no Brasil que deveriam estar só pensando em aproveitar a vida. Mas estão voltando ao mercado de trabalho —por pura questão de sobrevivência ou pelo simples prazer de continuar ativos, ainda mais agora que está crescendo a oferta de vagas para pessoas da terceira idade.

Os aposentados estão na mira de supermercados, locadoras de vídeo, restaurantes e grupos de saúde. Neste final de semana a Intermédica coloca anúncio em jornais para oferecer 12 vagas de recepcionista, com salário mensal de R\$ 430. Quesitos básicos: aposentado

e segundo grau completo.

A idéia da Intermédica de contratar aposentados é do final do ano passado. Desde então, já foram recrutados 65. Nos dias 4 e 11 de abril, a Intermédica publicou anúncios em jornais para oferecer mais sete vagas (recepcionista, auxiliar de enfermagem e secretária). Total de inscritos: 110.

“Os sete já estão trabalhando. O desempenho deles é muito bom, são pessoas mais estabilizadas”, diz Latif Abrão Júnior, diretor-superintendente. A estratégia é os aposentados participarem com 5% dos 3.200 empregados do grupo.

Há dois meses, a rede de locação de vídeo Blockbuster, com 36 lojas na Grande São Paulo, decidiu contratar aposentados. Colocou carta-

zes nas lojas oferecendo vagas de atendentes. Centenas de currículos chegaram à empresa. Oito pessoas foram contratadas. Salário: cerca de R\$ 250 por mês.

Marcelo Rosenhek, diretor comercial, diz que a idéia já é ter pelo menos um aposentado em cada loja —são 66 no Brasil.

A rede de farmácias Drogasil está no mesmo caminho. Seu programa de contratação de aposentados tem um ano. A empresa chegou à conclusão de que ter pelo menos um aposentado em cada loja é interessante e vale a pena.

Antonio Carlos de Freitas, diretor comercial da Drogasil, diz que os aposentados têm idades que variam de 50 a 60 anos —a idade média de funcionários da rede é de 20

a 25 anos. Para trabalhar de seis a oito horas por dia, eles recebem cerca de R\$ 450 por mês.

A experiência do grupo Pão de Açúcar com aposentados começou em outubro de 97 (sete foram contratados como empacotadores).

“Esse projeto foi tão bem-sucedido que já incluímos na rotina da empresa a contratação de pessoas da terceira idade”, afirma Maria Aparecida Fonseca, diretora de recursos humanos do Pão de Açúcar.

Márcio Pochmann, professor da Unicamp, diz que em 97 cerca de 5,3 milhões de aposentados e pensionistas faziam parte da PEA (População Economicamente Ativa), ou seja, estavam trabalhando ou procurando emprego. Esse número, acredita, deve ser maior hoje.

Pensão é pequena, diz ex-secretária

Empresa tem programa para aposentados

da Reportagem Local

Durante 25 anos, Margarida Hospodarsky, 50, foi secretária de diretoria da Brinquedos Estrela. Aposentada desde 93, só agora conseguiu emprego —de recepcionista no Centro Clínico Limão, da Intermédica, para ganhar cerca de R\$ 440 por mês.

Margarida foi contratada pela Intermédica dentro do programa para recrutar aposentados. “Vi o anúncio no jornal e fui uma das primeiras a me candidatar à vaga.”

Margarida recebe pensão de R\$ 500 e tem outra fonte de renda. “Não dá para sobreviver. Tenho dívidas.

Ainda não consegui pagar a casa onde moro.”

A nova recepcionista também recebe da Intermédica vale-refeição, cesta básica, vale-transporte e plano de saúde.

“Não estamos tirando vaga de quem ainda não se aposentou. No meu modo de ver, quem tem capacidade pode trabalhar, independente da idade”, afirma Margarida, que chegou a fazer o primeiro ano de um curso de administração de empresas.

Como secretária de diretoria, ela recebia o equivalente a US\$ 1.000 por mês. “Agora tenho de agradecer a Deus de ter conseguido o emprego e os benefícios.” (FF)

Movimento é contra contratar os inativos

da Reportagem Local

“O desemprego é tão grande que, se o aposentado volta para o mercado de trabalho, ele acaba tirando vaga de chefes de família”. A análise é de Mercedes Lopes Mendes, presidente do Movimento de Trabalhadores Aposentados e Pensionistas de São Paulo.

Para ela, o aposentado só volta para o mercado de trabalho porque não ganha o suficiente para sobreviver. “Só que muito chefe de família não recebe nem pensão. A solução é o aposentado receber o que é justo após anos de trabalho.”

Segundo ela, a maioria dos aposentados e pensionistas brasileiros recebe menos de R\$ 500 por mês. Para ela, a aposentadoria média no Brasil deveria ser da ordem de R\$

1.200 por mês.

Além de eliminar a vaga, Mercedes acha que o aposentado, quando aceita um emprego, é muitas vezes explorado. “E ele aceita o que lhe é imposto porque precisa complementar a renda.”

Mercedes cita o próprio caso como exemplo. Ela se aposentou quando tinha função de caixa contábil. Recebia R\$ 2.500 por mês. Agora, aposentada, recebe R\$ 700 por mês. “Isso não dá nem para pagar o aluguel.”

Márcio Pochmann, professor da Unicamp, concorda com Mercedes. “O velhinho volta a trabalhar por causa da escassez de recursos e da falta de perspectiva. O fato é que a sociedade deve impor limites para a entrada e a saída do mercado de trabalho.” (FF)

Publicação: FSP
Data: 16/05/98
Pág: 2.12



CRISE: pós-graduada e com larga experiência profissional, a psicóloga Icléa Carreiro disputa vaga de R\$ 350 no Pão de Açúcar

O Pão de Açúcar divulga no dia 6 de junho a lista de candidatas aprovadas no concurso que vai escolher as 150 pesquisadoras da rede. A procura pelas vagas superou todas as expectativas da empresa. Por um salário de R\$ 350, 199.112 donas de casa enfrentam uma maratona de testes e entrevistas. Elas vão trabalhar em um dos 76 supermercados da rede na capital orientando os clientes a fazer o orçamento doméstico render mais.

Segundo a diretora de Recursos Humanos, Maria Aparecida Fonseca, além da grande procura, o grupo ficou surpreso com a alta qualificação profissional das candidatas. "Esperávamos a inscrição de pessoas sem muita experiência profissional e menor nível de instrução." Segundo ela, o desemprego fez com que muitas profissionais liberais e universitárias se inscrevessem.

Currículo

A psicóloga Icléa Teresa Carreiro é um exemplo claro das qualificações reunidas por boa parte das candidatas. As vésperas de completar 50 anos, é pós-graduada pela PUC do Rio de Janeiro, cidade onde chegou a dar aulas em uma universidade particular.

Fluente em inglês, francês e espanhol, trabalhou como gerente de Recursos Humanos em duas multinacionais. Pretende utilizar os R\$ 350 para abater parte de seus gastos mensais com alimentação e a manutenção da casa.

"Desde que me mudei para São Paulo, há cinco anos, não consegui mais arrumar um emprego fixo. A situação está complicadíssima",

Vagas no Pão de Açúcar atraem 199 mil donas de casa

Disputa por função de pesquisadora equivale a uma vaga para 1.327 candidatas, índice 20 vezes maior que a concorrência pelo curso mais disputado da USP em 98. Nível escolar e alta qualificação profissional das candidatas surpreenderam o grupo. Salário é de R\$ 350

afirma. Separada, Icléa mora com a mãe e o filho de 26 anos. "Sobrevivemos com a ajuda de meu ex-marido e com o dinheiro de alguns trabalhos ocasionais que aparecem."

"É nessas horas que percebemos como a situação do País é grave, principalmente em relação ao problema do emprego", afirma a dona de casa Ivanize da Motta Corradini. "Fiquei assustada com o nível das candidatas. Tinha muita gente formada na disputa."

Aos 46 anos, Ivanize nunca traba-

lhou fora. Mãe de quatro filhos já adultos, aposta em seu talento em fazer o orçamento doméstico render para conquistar uma das vagas. "Nisso eu sou especialista. Vivi a minha vida toda tendo de aprender a fazer o dinheiro render. Espero muito que eles levem esta qualidade em consideração."

A ansiedade e o medo da dona de casa de não conseguir reunir as qualificações se justificam: a relação candidato/vaga é de 1.327, índice muito superior ao verificado nos

curros mais procurados das boas universidades brasileiras (o vestibular para Publicidade da USP, curso mais disputado da instituição, tem 65,7 candidatos/vaga).

A diretora de Recursos Humanos do Pão de Açúcar afirma que, independentemente da formação acadêmica ou profissional, estão tendo prioridade as candidatas com maior experiência na vida doméstica. "Prova disso é que as concorrentes para a fase atual de seleção estão todas na faixa entre 40 e 65 anos." De acordo com Maria Aparecida, as novas funcionárias serão registradas em carteira. Elas poderão ainda escolher um período do dia para trabalhar - a jornada é de seis horas. A empresa pretende ainda que as selecionadas possam exercer a atividade em lojas próximas às suas casas. A procura pelo concurso já leva o Pão de Açúcar a estudar a ampliação do programa.

Ana Cláudia Landi

Disputa pelo emprego	
Total de candidatas	199.112
Número de vagas	150
Relação candidatas/vaga	1.327
Salário	R\$ 350
O Funções	
As donas de casa vão orientar os clientes da rede a organizar o orçamento doméstico, realizando as melhores compras	

Publicação: JT
 Data: 14 / 05 / 99
 Pág.: 8 - A

Folha n. 80 do proc.
 N.º 340 de 1998
 O funcionário [assinatura]

USP discute políticas de criação de emprego

A Universidade de São Paulo (USP) promove a partir de hoje um debate sobre o mercado de trabalho no País. De acordo com a universidade, a idéia do encontro, intitulado "A USP fala sobre Trabalho e Emprego", é indicar políticas públicas para a solução de problemas sociais prioritários, como o desemprego.

O evento contará com a presença de representantes de sindicatos patronais e de trabalhadores, além de pesquisadores da universidade e empresários.

Entre os temas que vão ser abordados estão o desemprego, globalização, trabalho formal e informal. Os debatedores também vão discutir a estrutura sindical brasileira.

O principal recado que deve sair do encontro promovido pela USP aos trabalhadores é o de preparar-se profissionalmente, investindo em cursos e realizando atividades que não faziam anteriormente.

Na análise de professores da universidade que vão participar do debate de hoje, os trabalhadores precisam fazer cursos nas áreas de construção civil, turismo e alimentação. Segundo eles, esses são campos que tendem a crescer nos próximos anos, diferentemente do que ocorre na indústria, onde as vagas estão desaparecendo por causa dos avanços tecnológicos e da reestruturação das empresas.





P.

16 - PAR
16-0749/1999

Municipal de São Paulo

DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 340/98

atualizado em 30/09/2015 00:00:00.

Folha n.º 81# do proc. 12

N.º 340# de 19 98

A funcionário

Tendo a autoria do nobre Vereador Carlos Neder, a propositura em análise pretende instituir o programa "Meu Primeiro Emprego", no âmbito municipal.

Segundo a propositura, caberá ao Executivo instituir, nas Administrações Regionais, o Colegiado Regional de Desenvolvimento, do qual deverão participar as diversas Secretarias ou órgãos da Administração afetos ao Programa ora instituído.

Basicamente, o Programa objetiva oferecer uma qualificação profissional aos jovens e mulheres, com renda familiar inferior a dez salários mínimos, de modo a propiciar a essas pessoas maiores chances de colocação no mercado de trabalho, o qual, como todos sabemos, está hoje extremamente competitivo e exigindo constante aperfeiçoamento profissional e intelectual.

Ilustram a propositura, a pedido do próprio Autor, diversos artigos e textos jornalísticos os quais, ao mesmo tempo que servem como apêndice à Justificativa do projeto, também o aclaram, melhor elucidando o alcance e as intenções buscadas pela propositura.

Há parecer, pela legalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça (fls. 18/20), bem como parecer favorável da Inclita Comissão de Administração Pública (fls. 27/28).

No âmbito da competência desta Comissão, do interesse público e do mérito que devemos analisar, entendemos que a propositura em epígrafe deva receber a aprovação desta Casa de leis, haja vista que a mesma se insere dentre aquelas que, por todo o País, vêm surgindo com o propósito de minorar a situação crítica de um quadro de desemprego estrutural, onde justamente os menos instruídos, os que menos chances tiveram de estudar e de se aperfeiçoar profissionalmente, mais têm sofrido.

Pelo exposto, o nosso parecer não poderia deixar de ser favorável à matéria enfocada.

Sala da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 02/09/99.

Presidente Ana Maria Bradas

Relator

Sem efeito

17 - RELCOM

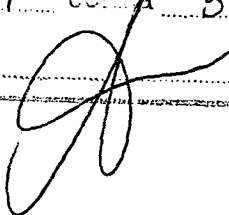
17-6084/1999

Matéria PL 340/1998. DANIEL MARTINS GODOI

Publicado no DIÁRIO OFICIAL

de 11 / 9 / 1999

folha 34 coluna 3

conferido: 

À Douta Comissão de
Finanças e Orçamento
Em 19 / 09 / 99

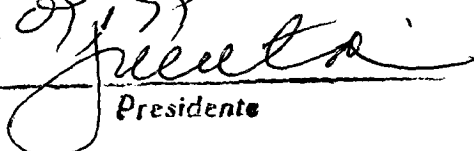

Marcos Antonio Silva
Secretário
Reg. 10833

Recebido na Comissão de
Finanças e Orçamento
Em 14 / 9 / 99 as 10,00 h.

ao nobre Vereador
para relatar.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento

15109199


Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

RECEBIDA em 28/09/99 desta data documento(s) rubrica

Adoim 902 n.º 62 e folha de informação n.º

28/09/99 a 1



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

16 - PAR

16-1334/1999

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

PROJETO DE LEI Nº 340/98

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Carlos Neder, visa instituir o programa *Meu Primeiro Emprego* no âmbito das Administrações Regionais do Município. O referido programa tem por objetivo qualificar profissionalmente jovens com renda familiar inferior a dez salários mínimos e mulheres que buscam seu primeiro emprego, gerar renda e emprego nos bairros, e propiciar programas de suplência para pessoas que não concluíram o ensino fundamental.

A propositura determina ainda que, para implementar o programa, o Executivo constitua o *Colegiado Regional de Desenvolvimento*, formado, entre outros, por membros de secretarias ou órgãos ligados ao programa, do empresariado, de representantes da sociedade civil e de universidades.

Quanto ao aspecto financeiro, **nada há a opor à propositura**, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 28/09/98

Presidente -

Relator -

17 - RELCOM
17-2191/1999

Publicado no DIARIO OFICIAL
 de 21 / 10 / 1999
 pagina 32 coluna 2ª
 Conferido: *ha*

À A.T.M.
 Em, 22 / 10 / 99

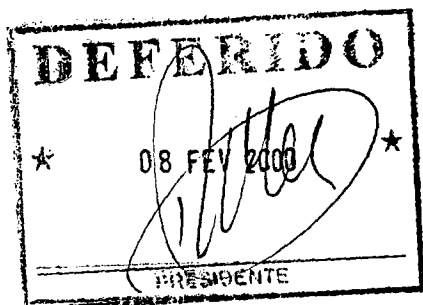
ha
 EL P. S. HAMASHIRO
 Adm. Geral III

CÂMARA
 SEGUIMOS
 cado(s) sob
 n.º 109 284 00
PAULO
 (s) rubri-
 formação sob
Paulo

Solange Kaimone dos Santos
 Assistente Técnico de Direção IV
 Registro 10.801



Câmara Municipal de São Paulo



13 - RDS
13-0047/2000

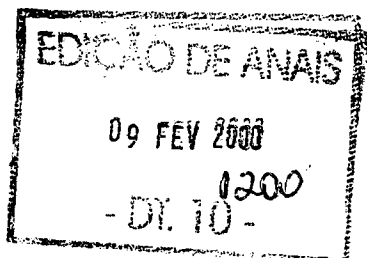
Folha n.º 23 autuada em 30/09/2015 00:00:00.
n.º PL 340 de 13 116
Sciange Ramos dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do Projeto de Lei nº 340/98, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 08 de fevereiro de 2000


CARLOS NEDER

Vereador - PT



Publicação: OESP
Data: 05/12/98
Pág: C-5

autuado em 30/09/2015 00:00:00
Folha n.º 84
a. PL 340 de 1998
11

Solange Ramone dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801

Jovens em situação de risco recebem formação profissional

Cubatão e São José investem para evitar que carentes caiam na marginalidade

Dar apoio a jovens em situação de risco para evitar que caiam na criminalidade é uma forma de prevenção que vem sendo adotada com sucesso. Em Cubatão, a prefeitura criou a Fábrica da Comunidade, em parceria com o Senai, Sesi e empresas do município, para qualificar a mão-de-obra de jovens e adolescentes que vivem em bairros carentes.

Segundo o prefeito Nei Eduardo Serra (PTB), essa é uma forma de evitar que fiquem pelas ruas e de dar-lhes capacitação para o mercado de trabalho, permitindo-lhes assim que escapem da marginalidade. Desde 1985, a fábrica dá cursos de informática, higiene e beleza, artesanato, costura industrial, mecânica de autos e construção civil, entre outros.

A prefeitura mantém ainda, em parceria com a Refinaria Presidente Bernardes, a Casa da Criança e do Adolescente, que ampara 80 meninos entre 7 e 17 anos em situação de risco. Eles passam quatro horas por dia na casa, onde têm reforço escolar, lazer, esporte e aulas de dança de rua e encadernação, que garante algum dinheiro com o trabalho.

Banco - A prefeitura de São José dos Campos, no Vale do

Paraíba, criou o programa Via Cidadania para auxiliar comunidades carentes de regiões consideradas violentas a ter uma fonte de renda.

A prefeitura dá assessoria técnica aos negócios e oferece linhas de crédito do Banco do Empreendedor para financiar os projetos. Já foram criadas cooperativas que fabricam blocos e vassouras e confecção. Há o núcleo de roupas infantis e o de fabricação de chinelo e sapatilha.

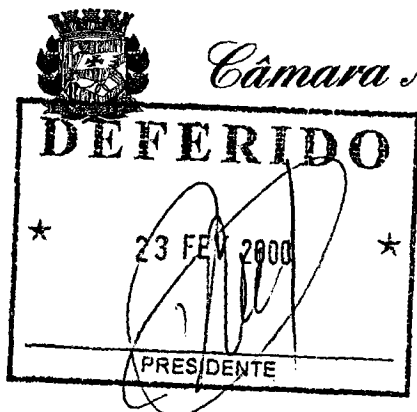
Os produtos são vendidos numa loja comunitária, na rodoviária municipal. No Parque D. Pedro I, a comunidade construiu uma escola para cursos profissionalizantes, em parceria com a prefeitura. São dadas aulas de informática e inglês para 280 alunos, que pagam taxas entre R\$ 10,00 e R\$ 15,00 mensais.

O programa está influenciando na redução dos crimes e na melhoria da imagem dos bairros, segundo a prefeitura, apesar de ainda não haver estatísticas da criminalidade deste ano na área.

Dados da Polícia Civil mostram, porém, que a intervenção era necessária: essa região, na zona sul da cidade, registrou em 1998 172,3 homicídios por grupo de 100 mil habitantes. A região de Guaianases, na zona leste de São Paulo, registrou, no mesmo período, coeficiente de 87,9 homicídios por 100 mil moradores. Na região sul, predominam as vítimas jovens, de 10 e 29 anos. (Cida Oliveira e Júlio Ottoboni)

FAMÍLIAS
DISPÕEM DE
LINHA DE
CRÉDITO

EDIÇÃO DE ANAIS
09 FEV 2000
- DT. 10 -



Câmara Municipal de São Paulo

13 - RDS
13-0139/2000

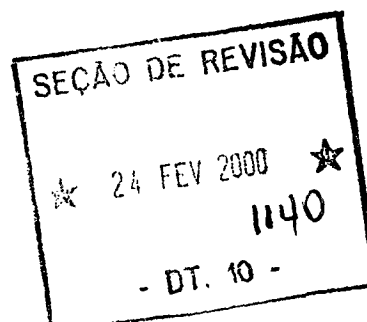
folha n.º 85 do proc.
n.º PL 340 autuado em 30/09/2015 de 1998
Assessoria de Comunicação
Assistente Técnico de Direção III
Registro 10.863
fls. 118

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do Projeto de Lei nº 340/98, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 2000


CARLOS NEDER

Vereador - PT



Programa do Governo do Estado, lançado no final de setembro, **começa a viabilizar profissionalmente a vida de mais de 300 jovens gaúchos**. Iniciativa de alcance social direto, num país com recessão crescente: de agosto de 98 até o mesmo mês deste ano o desemprego subiu de 15,5% para 19,6% na Grande Porto Alegre

NILZA SCOTTI - FOTOS: PAULINO MENEZES

Primeiro Emprego assina a Carteira de centenas de jovens

Os contratos iniciais assinados pelo Programa Primeiro Emprego, do Governo do Estado, mostram que ele começa a atingir os objetivos previstos. Um bom exemplo disso é o de Érica de Fátima Azevedo, 17 anos, que, com outros jovens teve acesso a emprego e estudo. "Estou trabalhando com a Carteira Profissional assinada e voltei a estudar", revela. Pela manhã, Érica está cursando a 7ª série - (ela havia abandonado o colégio há alguns anos). À tarde - das 13h30 às 18h30 - exerce a função de balconista na empresa Etiza Materiais de Construção, na avenida Júlio Renner,

Com o esposo Mauro ganhando um salário mínimo, Elisângela dos Santos, 20 anos, precisava trabalhar. Mesmo com o diploma do curso de magistério, Elisângela enfrentou dificuldades em obter emprego. Apesar de ter preenchido ficha em diferentes empresas, somente após seis meses conseguiu trabalho, através do Primeiro Emprego, nas Lojas Tetéia, no centro de Tapes, junto com Daiana Borges (16) e Neila Fagundes (17). "Não preciso pagar aluguel porque nossa casa fica nos fundos do pátio de meus pais. Mas a gente tem que pagar água e luz, além de comprar comida e viver", argumentou Elisângela.

Érica Azevedo:

"Eu estava desmotivada. Mas, com o Primeiro Emprego, até voltei a estudar"



2905, em Montenegro.

"Eu estava desmotivada. Não tinha mais vontade de estudar. Mas, depois de ficar procurando emprego por mais de seis meses, sei que é importante o estudo, até mesmo para poder ganhar um pouco mais", ressaltou Érica, que começou a trabalhar em setembro, e pretende, com seu salário, reforçar a economia doméstica. A soma da renda do pai, Pedro, e da mãe, Nair, é de R\$ 400,00. "É importante eu trabalhar e ajudar em casa. Mas, o bom do programa Primeiro Emprego é a oportunidade que ele dá a muitos jovens que estão desempregados por falta de experiência profissional", acredita.

Independência

Neila Fagundes lembra que, trabalhando, pode aproveitar a vida como as demais adolescentes. "Meu pai, Alfredo, está aposentado e ganha apenas um salário mínimo. Minha mãe não trabalha. Fica difícil meu pai dar dinheiro para comprar roupa ou para sair", afirmou. Esta é a chance que Neila teve, pela primeira vez, de assinar sua Carteira de Trabalho Profissional. Já para a colega Daiana, o emprego está proporcionando sua independência econômica. "Não preciso ficar dependendo de meus pais", diz.

Para Marcos Vinícius Fernandes da Luz, 17 anos, o trabalho na Panificadora Delícia, no bairro Cinco de Maio, em Montenegro, representa a oportunidade de aprender uma profissão. "Também es-



Móças e rapazes entre os 16 e os 24 anos vêm ganhando emprego e uma melhor perspectiva de vida

tou tendo novos amigos e meu próprio dinheiro. Não estou mais dependendo de meu pai para sair. O mais importante é a experiência profissional que estou tendo, já que todo anúncio de emprego exige experiências anteriores", assinalou.

Há mais de dois anos que Alexander Manganelli de Lima, 17 anos, com 2º grau completo e cursos especializados em computação, morador de Guaíba, conseguia apenas estágios em Porto Alegre.



Elisângela dos Santos:
"Só consegui trabalho, depois de seis meses de procura, através deste programa."

"E mesmo assim era difícil. Até estágios me eram negados, por que as passagens de ônibus são mais caras do que a dos moradores da capital", explicou Alexander. Agora, com o Primeiro Emprego, o jovem está atuando como instrutor de informática na Easy Computer School, em sua cidade.

Prossegue assinatura de convênios pelo interior

Desde o início do mês de outubro o secretário do Trabalho, Cidadania e Assistência Social vem assinando convênios no interior do Estado com as empresas que ingressaram no Programa Primeiro Emprego. Em apenas uma semana, 200 empresas contrataram jovens entre 16 a 24 anos de idade e sem experiência profissional. Com isso, o programa já empregou mais de 325 jovens.

As empresas de serviços são as que mais aderiram ao programa do Governo do Estado, que paga os seis primeiros meses de salário

do jovem, que precisa estar estudando.

Em contrapartida, a empresa paga os outros seis meses do salário do jovem, além das leis sociais. Com recursos próprios, o governo quer investir neste ano R\$ 12 milhões, para gerar mais de 8 mil vagas.

Atualmente, 148 municípios do Estado foram beneficiados pelo programa.

O secretário, entretanto, afirma que poderá implantar o Primeiro Emprego em outros municípios. Para se habilitar ao programa, as empresas precisam procurar o Sine em suas cidades.

EDUCAÇÃO

Pela primeira vez, prefeituras recebem por transporte escolar

DÉBORA LERRER

No início deste mês foi depositada a primeira parcela do pagamento do transporte escolar nas contas de 153 municípios do Estado. Este ressarcimento não havia sido feito por nenhum governo anterior. Ao todo, 401 municípios, gaúchos têm direito a receber este benefício, por se

responsabilizarem pelo transporte de alunos do meio rural. Logo que regularizarem sua situação, o pagamento desta parcela inicial será efetuado para as demais prefeituras. As quatro parcelas seguintes, que totalizarão R\$ 7 milhões, serão pagas de acordo com o levantamento das distân-

cias percorridas e do número de alunos transportados, que está sendo elaborado pelas delegacias de ensino.

Criteria

Os critérios para o paga-

mento das parcelas do Transporte Escolar foram definidos pelo Grupo de Assessoramento composto por representantes dos municípios e do Governo do Estado.

Eles acordaram que só seriam contemplados com este ressarcimento as cidades que aplicassem 25% de suas receitas de impostos em educação. Além disso, receberão pagamento, pelo transporte de alunos do meio rural, as prefeituras de localidades onde não existe escola pública disponível e em que os estudantes são conduzidos para a escola mais próxima de sua residência.

Ficaram fora deste rateio os municípios que não aplicaram 25% em Educação no ano de 1997 (última informação disponível no Tribunal de Contas do Estado) ou que não tenham encaminhado à Famurs as declarações refe-

rentes ao ano de 1998.

Cálculo

O coeficiente desta primeira parcela foi calculado levando em conta somente o número de alunos transportados. O cálculo do valor previsto para cada município foi feito multiplicando o coeficiente por R\$ 1,4 milhão.

Com esta medida, o Governo do Estado cumpre com o compromisso, firmado em julho, de ressarcir as despesas das prefeituras com transporte escolar. Esta iniciativa não ocorreu em nenhum governo anterior. "Firmar este trabalho conjunto demonstra que o atual governo reconhece o direito dos municípios e quer aprofundar e democratizar o relacionamento com eles, para encontrar a melhor maneira de atender suas demandas", explica a secretária de Educação.

10.863

Registro 10.863

serviço de Direção III

Director of Overseas

...
F

15290. 03 19. 78

[illegible]

MEETING DI 240/1000 DANIELI

Materia PL 340/1998. DANIEL IN

20/10/20

libellula - 18.00

Matéria PL 340/1998. DANIEL MARTINS GODOI

03/03

Cada vez mais empresários entram no programa, que beneficia também os micros e pequenos empreendimentos

Fls 122
Folha n.º 89
n.º PL 340 de 19 98
AJO

Acelim: Acelismar de Oliveira
Assistente Técnico de Direção III
Registro 10.863

A empresa Estapar, de uma só vez, contratou seis jovens através do programa. O diretor de operações no Rio Grande do Sul, Fernando Stein, ressaltou que mais seis jovens serão contratados pela Estapar - uma cadeia de estacionamento que possui 2.700 empregados em todo o país - até o final do ano. Francisco Eduardo Pedroso da Rosa, de 21 anos, contratado pela sede da Estapar em Porto Alegre, salientou que mesmo tendo concluído o segundo grau não estava conseguindo emprego. "Se não fosse esse programa, estaria desempregado ainda. Eu chegava nas empresas e a primeira coisa que me perguntavam era por minha experiência profissional. Como vou ganhar experiência sem trabalhar? Com o Primeiro Emprego tudo ficou mais fácil", ressaltou.

O diretor da Informat Computadores, de Cachoeira do Sul, Felipe Trevisan João, explica: "Através do Primeiro Emprego, os estudantes vão adquirir experiência sem onerar as empresas". Ele ressaltou que a Informat Computadores tem o interesse de efetivar os jovens. "O programa é uma grande oportunidade para nós, que estamos iniciando a vida profissional e não temos acúmulo nenhum", afirmou a estudante de 2º grau, Melina Mendonça, de 17 anos, contratada pela empresa.

O proprietário da Etiza Materiais de Construção, Isaías Dias, destacou que ele e a esposa Rosa Malena Silva Fraga apostaram em Érica de Fátima Azevedo e têm certeza que a jovem vai corresponder. "Estamos esperando ela completar 18 anos para trabalhar o turno integral, pois poderá estudar à noite", acrescenta Dias.

Para a gerente das Lojas Tetéia, Maria do Carmo Duarte Barreto, o Primeiro Emprego é a melhor iniciativa do atual governo, porque "beneficia jo-

vens carentes ao mesmo tempo em que ajuda os empresários".

O gerente-geral da Indústria de Couros J.C. Ltda, de Farroupilha, Rafael Chiele, destacou que "com o apoio do governo do Estado estamos oportunizando aos jovens um estágio para que adquiram experiência." Contratado pela J.C., o estudante de 5º semestre de administração de empresas, da Universidade de Caxias do Sul (UCS), Carlos César Romegna, estava há sete meses procurando emprego e distribuindo currículos. "Graças a este programa, vou colocar na prática o que estou aprendendo na faculdade", diz ele.

Natural de Montenegro, o empresário Jaime da Silva, dono da Panificadora Delícia, entende que o programa possibilita a qualificação da mão-de-obra com "responsabilidade social". Segundo ele, a iniciativa do governo do Estado "oferece a chance dos jovens se desenvolverem profissionalmente, além de beneficiar a atividade produtiva de micros e pequenas empresas". Ele espera que o programa "dure



por muitos anos". Sua padaria produz cerca de dois mil pães cassetinhos por dia.

Empresas investem no futuro

CIDADANIA

O Estado do Rio Grande do Sul



Folha n.º 90
n.º PL 340
do 15. 1988
123

Acelina Acelimar de Oliveira
Assistente Técnico de Direção
Registro 10.863

Alexandre (em pé), instrutor de informática: "Nos últimos tempos até conseguir estágio era difícil"

Universidade aposta no trabalho de adolescentes

CARLA VIVIANE DE OLIVEIRA

Filho de pais desempregados, com apenas 16 anos de idade Jaime Muniz Maciel revela nos traços fundos do rosto uma vida já marcada pelo sofrimento. Ele não quer muito - apenas um mínimo de dignidade. Quer, por exemplo, que todos os dias a sua mãe tenha alimentos para preparar as refeições dos nove membros da sua família, que dividem o mesmo espaço numa casa de três peças no bairro Záquia, no município de Passo Fundo.

O pai, 63 anos, é pedreiro, mas não consegue mais emprego e a mãe, 50 anos, tem dificuldades para caminhar. O sofrimento de uma vida difícil, porém, parece que dará uma trégua: Jaime foi escolhido pela Universidade de Passo Fundo (UPF) para trabalhar como auxiliar de pedreiro. A instituição também contratou mais quatro adolescentes, todos com a situação social semelhante a de Jaime, para trabalhar no campus universitário, através do Programa Primeiro Emprego do Governo do Es-

tado. "Essas contratações reafirmam o compromisso da universidade com a questão social", ressalta o Alfredo Castamann, assessor adjunto da reitoria.

Jaime não esconde a satisfação de ser um dos escolhidos - e ainda não consegue dimensionar o que significa ganhar por mês R\$ 380,00, mais vale-transporte, vale alimentação e participar de cursos de educação para jovens. "Com esse dinheiro quero comprar comida. Não penso em gastar em mais nada. Se depender do meu trabalho, não faltará mais alimentos em casa", afirma Jaime, que se orgulha de poder sustentar a sua família. "Se Deus quiser, minha vida vai mudar. Esse emprego foi a melhor coisa que me aconteceu. Estou muito feliz", revela.

A certeza de trabalhar na UPF como auxiliar de administração reacendeu as esperanças numa

vida melhor, também, para Ozir Ferreira da Silva, 21 anos. Portador de deficiência física, sabia que encontrar emprego não seria tarefa fácil. Mas nunca desistiu. Ao ouvir numa rádio de Passo Fundo que o Programa Primeiro Emprego teria vagas para portadores de deficiência, não pensou duas vezes. Procurou, pela primeira vez, uma agência do



CARLA V. OLIVEIRA/SEI TRABALHO

Jaime Maciel:
"Se depender do meu trabalho, não faltará mais alimentos em casa."

SEÇÃO DE REVISÃO

Quando fui chamado para se inscrever, nem acreditei", lembra Ozir, que tem dificuldades para falar, devido a paralisia infantil. Ozir vai ganhar por mês R\$ 380,00. Com isso, aumentará a renda familiar, que é de apenas R\$ 180 mensais, o salário de seu pai. "Com o meu salário vou ajudar em casa e os meus dois irmãos. Quero fazer um rancho, pintar a nossa casa e comprar roupas. Se der, vou abrir uma poupança", planeja Ozir.

EDUCAÇÃO

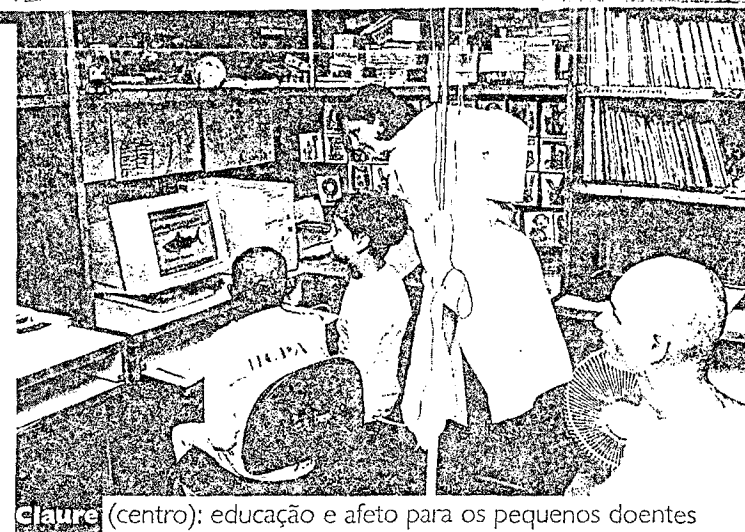
Lição diária de esperança para crianças hospitalizadas

ÁLVARO LARANGEIRA

O desânimo destrói o cotidiano e pode acabar com os sonhos. Mas na pequena sala do terceiro andar do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), onde a professora Claire reúne crianças e adolescentes em idade escolar internados no setor de Oncologia Pediátrica, o abatimento é repellido. É superado pelo afeto e pelo amor. "Meu trabalho torna a educação criadora de espaços de vida. Acredito nisso", diz a docente de 41 anos, formada em Letras e Psicologia. Claire Teresinha da Silva participa do Programa de Apoio Pedagógico às Crianças e aos Adolescentes, que cumpre o protocolo de intenções firmado em janeiro de 1989, entre a Secretaria de Estado da Educação (SE) e o HCPA.

O Programa de Apoio Pedagógico (PAP) desenvolvido nos serviços de Oncologia Pediátrica e de Pediatria do Clínicas é um projeto da Escola Estadual de 2º grau Hospital de Clínicas, pioneiro no Rio Grande do Sul e no Brasil. Os professores designados pela SE fazem o acompanhamento escolar e do desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes, mantêm as escolas informadas sobre o quadro clínico dos alunos hospitalizados e incentivam o retorno às relações escolar e social, tão logo seja clinicamente possível. O hospital compromete-se em providenciar o espaço físico, a higiene e manutenção do local e o material necessário para as atividades do PAP. O atendimento médio é de 20 alunos por mês.

Todas as terças e quintas-feiras, à tarde, Claire percorre os 27 leitos da Oncologia Pediátrica. Conversa com os pacientes debilitados por causa das sessões de quimioterapia, das cirurgias, do desalento. Convida os que podem acompanhá-la até o espaço do PAP. Quem está sem condições de sair do leito, ela atende no próprio quarto. Na diminuta sala de aula, o pelotense Marcel, 15 anos, pesquisa e manuseia o computador, acompanhado pelo novo amigo Carlos Alberto, 11 anos. Marcel conta o aniversário comemorado há pouco e a festa numa discoteca repleta de amigos e familiares. O hamburguense Carlos Alberto prefere planejar a carreira de jogador de beisebol e as viagens com uma Ferrari, seme-



Claire (centro): educação e afeto para os pequenos doentes

lhante à do atacante Ronaldinho, da Inter de Milão.

Os principais conteúdos desenvolvidos por Claire são a gana de não esmorecer, o desejo de retomar o dia-a-dia, a fé no êxito. "Trabalho para que eles retornem à vida normal e obtenham sucesso", afirma. Nas visitas ao Hospital de Clínicas para realizar exames periódicos, Marcus Vinícius, 11 anos, sempre procura Claire. A cada encontro, relata um feito. "Ganhei no colégio mais uma medalha no futebol de honra ao

mérito pelo esforço pessoal", revela o menino alfabetizado pela professora durante os períodos de internação. "Agora ele quer ficar cabeludo", comenta a dona de casa Nilza Terezinha, 49 anos. "O apoio e o carinho dela foram fundamentais na recuperação do meu filho", explica a mãe do garoto. Marcus Vinícius, Nilza, Marcel, Carlos Alberto e todas as crianças, adolescentes e familiares que convivem e conviveram com Claire estão imbuídos pela cumplicidade e pela solidariedade.

folha nº 91
nº 340 de 19 98
Assessoria de Comunicação III
Ressão 10863
Daniela Oliveira

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

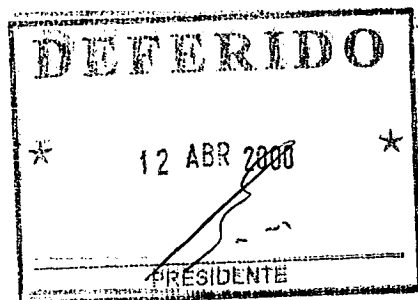
SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubri-
cado(s) sob n.º 92093 e folha de informação sob
n.º 113.104.00 a 1

ANA PAULA KARRUZ
Assistente de Chefe Técnica
Registro 11.070



Câmara Municipal de São Paulo

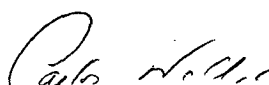
autuado em 30/09/2015 00:00:00
Folha n.º 12 de 12
n.º PL-340 do 1998
ANAKAULA XIMENES
Assistente de Câmara Técnica
Registro 11.070



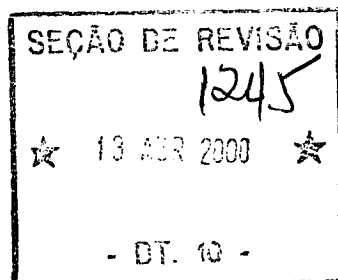
13 - RDS
13-0519/2000

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do Projeto de Lei nº 340/98, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 2000


CARLOS NEDER

Vereador - PT

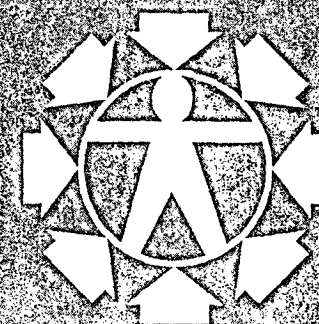


Associação
Paulista de
Administração
de Recursos
Humanos

www.aparh.org.br

APARH

JORNAL DE RECURSOS HUMANOS



Ano 15 - Nº 853

São Paulo - 9 de Abril de 2000

Folha nº 93 do 98
nº PL-340 de 19 98

ANA RAUZA KARRUZ
Assistente de Chefia Técnica
Registro 11.970

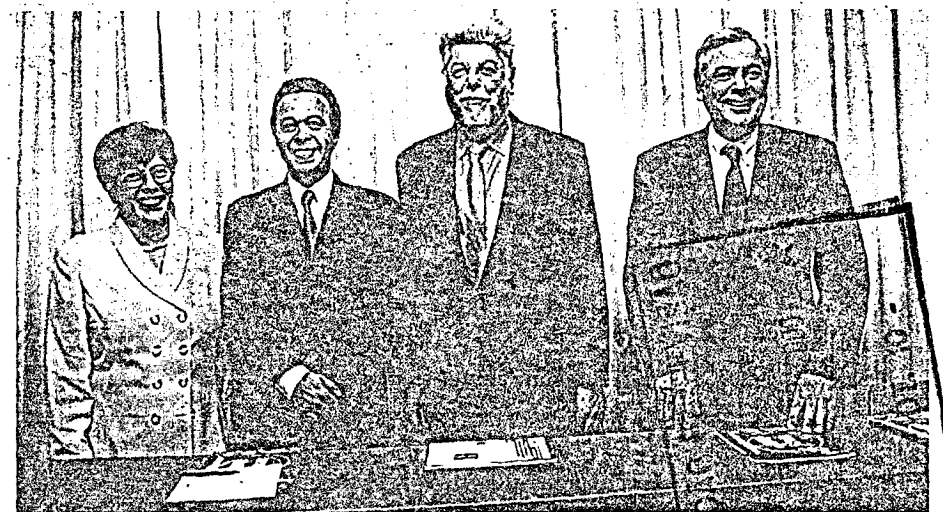
Estimular o 1º emprego, um desafio para empresários

O desafio de ajudar o jovem em idade escolar, de 16 a 21 anos, a conseguir seu primeiro emprego está lançado. A Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo apresentou na APARH o programa Jovem Cidadão - Meu Primeiro Trabalho, convocando os empresários a também arregaçar as mangas e contribuir para dar aos estudantes oportunidade da primeira experiência profissional, como estagiário.

Capitaneado pelo secretário Walter Barelli e coordenado pela assessora especial do governador, Maria Helena Berkinck Martins, o programa despertou a atenção do Pão-de-Açúcar, que já ofereceu 950 vagas para a iniciativa fundamental na participação das 2 mil escolas estaduais, em parceria com as empresas, governo e o próprio aluno.

O programa, que terá como prioridade a região metropolitana de São Paulo, tem o objetivo de criar 270 mil estágios em três anos. Para isso, a participação ativa das empresas é fundamental e estimulada pelo projeto que vai subsidiar metade (R\$ 65,00) do valor mínimo da bolsa-estágio, de R\$ 130,00. Outras vantagens que não podem ser desprezadas: não há encargos sociais no período em que o estudante participa do programa (seis meses) e o governo se responsabiliza pelo seguro de vida e de acidentes pessoais.

A iniciativa, que está em processo de se tornar Lei Estadual, tudo para dar certo pelos benefícios que proporciona a todas as partes interessadas. A empresa, por exemplo, poderá encontrar



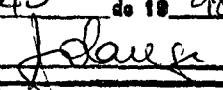
Programa Jovem Cidadão foi apresentado na APARH no último dia 4

novos talentos, formar mão-de-obra futura e exibir certificado atestando a colaboração com a inclusão do jovem no mercado de trabalho. Para a escola, é um estímulo a mais para que os estudantes completem o ensino médio, requisito essencial ao candidato a um estágio remunerado. O governo também terá sua parcela de crédito, com a imagem de estar ajudando a construir uma sociedade mais justa.

Com o interesse já confirmado de diversas empresas, o governo está perto do objetivo das primeiras 5 mil vagas oferecidas para desencadear o programa Jovem Cidadão - Meu Primeiro Emprego. Qualquer empresa pode participar do programa. Basta cadastrar suas vagas disponíveis para estágio na Central de Captação de Vagas pelo telefone 11 / 7968-6011, ou no e-mail www.emplo.sp.gov.br.

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE, para o Sr. Vereador Sr. João de Almeida Sob
fólio n. 94a/115 / 30/6/00. João de Almeida Sob

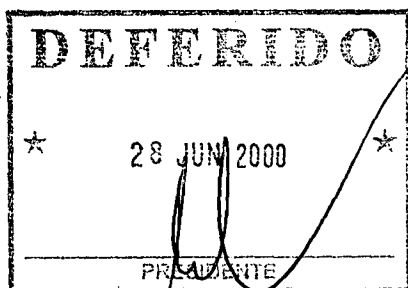
Solange Raimone dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801

Folha n.º	94	de 995	29
n.º	340	de 18	98
			



Câmara Municipal de São Paulo

Solange Raimone dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801



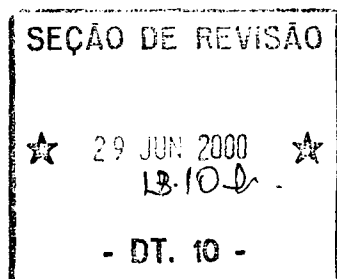
13 - 13 - RDS
13 - 13-1005/2000

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 340/98**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 2000


CARLOS NEDER

Vereador - PT



autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha n.º 300 de 130
n.º 92
J. da Silva

Solange Rainone dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801

MANUAL
DA EMPRESA

JOVEM
CIDADÃO
meu primeiro trabalho

PROGRAMA JOVEM CIDADÃO. VOCÊ DANDO TRABALHO PARA QUEM QUER COMEÇAR A VIDA.

O Governo do Estado de São Paulo vem com uma iniciativa das mais promissoras: o Programa Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho. Com ele, os jovens estudantes de 16 a 21 anos (matriculados em escolas da rede pública estadual - ensino médio) vão poder se encaixar nas melhores empresas.

Por meio de estágios remunerados com duração de 6 meses e carga horária de 4 horas diárias. Esse programa é o resultado de um trabalho do Governo do Estado de São Paulo feito entre as escolas e empresários.

Um trabalho para gerar trabalho. Enfim, um trabalho onde todo mundo vai se sentir em plena atividade.

O estudante, as empresas e, é claro, a sociedade do nosso Estado.

ORIENTAÇÃO PARA CADASTRO DE VAGAS

QUE É O PROGRAMA

O Programa Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho fundamenta-se na filosofia do trabalho como instrumento de formação e integração social do jovem cidadão. Seu principal objetivo é oferecer ao jovem uma introdução ao mundo do trabalho e ao mesmo tempo estimulá-lo a completar o ensino médio. O Programa tem também entre os seus objetivos o aumento temporário da renda familiar e o fortalecimento da auto-estima do jovem.

Esse Programa é coordenado pelo Gabinete do Governador e executado pelas secretarias de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; da Educação; e do Emprego e Relações do Trabalho em parceria com diversas empresas da iniciativa privada, visando proporcionar a primeira oportunidade de trabalho, por meio de estágio, a estudantes matriculados no ensino médio das instituições de ensino público estadual da Região Metropolitana de São Paulo.

- ☺ O Programa terá início prioritariamente na Região Metropolitana de São Paulo, estágio com uma carga horária de 4 horas diárias (entre 6:00 e 22:00h), 5 dias por semana.
- ☺ O estagiário não poderá substituir mão-de-obra regularmente empregada nas empresas, e também não poderá realizar trabalhos de risco e/ou em ambientes insalubres.
- ☺ O valor mínimo da bolsa-estágio será de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) mensais, sendo que o Governo arcará com a parcela de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) e ainda o seguro de vida e de acidentes pessoais de cada estagiário.
- ☺ A empresa deverá arcar apenas com o valor restante da bolsa-estágio e com o vale-transporte.
- ☺ O Governo do Estado fará também a pré-seleção dos jovens encaminhando à empresa aproximadamente 3 candidatos para cada vaga aberta, com prioridade aos que residam próximo à empresa, para que ela escolha aquele que melhor vai preencher as suas necessidades.
- ☺ A Lei¹ que dispõe sobre os estágios de estudantes determina que a realização do estágio dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente, com a intervenção obrigatória da instituição de ensino.
- ☺ O estágio não tem vínculo empregatício e está isento de encargos sociais.
- ☺ O estágio poderá ser rompido justificadamente e poderá ser retomado com outro jovem.

1. Lei Federal 6.494/77, Decreto Federal 87.497/82 e Medida Provisória 1.779/99.

BENEFÍCIOS PARA A EMPRESA

A empresa contará com um estagiário, cuja bolsa-estágio será subsidiada em R\$ 65,00 mensais pelo Governo do Estado de São Paulo. O seguro de vida e de acidentes pessoais também será pago pelo Governo. O estágio não tem vínculo empregatício e não acarreta encargos sociais. A empresa poderá encontrar novos talentos, formar mão-de-obra futura, colaborar com a inserção do jovem na sociedade e no mercado de trabalho. Para isso basta oferecer um estágio remunerado ao estudante de 16 a 21 anos regularmente matriculado no ensino médio de instituição pública do ensino estadual.

BENEFÍCIOS PARA O ESTUDANTE

- ☺ O jovem terá uma experiência de trabalho, requisito fundamental para conseguir futuro emprego.
- ☺ Terá também um estímulo e ainda uma recompensa por seus esforços escolares.
- ☺ O jovem aprofundará seu conhecimento sobre o mundo do trabalho, o que facilitará sua escolha profissional.
- ☺ Poderá contribuir temporariamente para a renda familiar e estará fortalecendo sua formação para se tornar um cidadão.

BENEFÍCIOS PARA A SOCIEDADE

A sociedade paulista estará demonstrando que cuida de suas futuras gerações, formando-as para o trabalho.

E oferecendo aos estudantes a oportunidade de inserção no mundo do trabalho, diminuirá a exposição dos jovens aos riscos que o atual contexto social e econômico impõem, contribuindo para a construção de uma sociedade mais humana e justa.

BENEFÍCIOS PARA A ESCOLA

A escola terá um programa que estimulará os estudantes a completar o ensino médio. Ocorrerá também uma nova dinâmica dentro da vida escolar, aproximando a escola de empresas e do mundo do trabalho.

ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA

O Programa terá início, prioritariamente, na Região Metropolitana de São Paulo, envolvendo jovens entre 16 e 21 anos regularmente matriculados e freqüentando o último ano do ensino médio de instituição de ensino público estadual.

Para participar do programa é necessário:

- I. Não estar trabalhando com carteira de trabalho assinada.
- II. Ter entre 16 e 21 anos completos.
- III. Estar freqüentando a 3ª ou 2ª série do ensino médio regular de instituição de ensino público estadual.

METAS DE ATENDIMENTO

O programa prevê a criação de 270 mil estágios em três anos.

INSCRIÇÃO DOS ESTUDANTES

- ☺ O estudante interessado em estagiar fará sua inscrição via internet ou em formulário próprio que estará disponível na Secretaria da Escola, ou com os monitores que farão plantão nas escolas periodicamente, em horários previamente agendados e divulgados. Os monitores orientarão os estudantes interessados e/ou participantes do Programa.

CRITÉRIOS DA PRÉ-SELEÇÃO

A gerência do Programa fará uma pré-seleção dos estudantes inscritos. Um critério genérico da pré-seleção será a proximidade da vaga com a escola freqüentada. Os outros critérios da pré-seleção são os seguintes:

- ☺ Nunca ter trabalhado com carteira de trabalho assinada.
- ☺ Estar em série mais avançada do ensino médio.
- ☺ Preferencialmente os alunos mais velhos.
- ☺ Estar em condições familiares mais vulneráveis (ser arrimo de família, renda familiar baixa, família numerosa).

COMO HABILITAR A EMPRESA

Qualquer empresa pode participar do programa, bastando cadastrar sua(s) vaga(s) na Central de Captação de Vagas pelo telefone (0XX11) 7968-6011 ou através da Internet www.emplo.sp.gov.br onde a ficha de inscrição MEU PRIMEIRO TRABALHO - CADASTRO DE VAGAS estará disponível, com as informações necessárias para a habilitação apresentadas a seguir.

INFORMAÇÕES PARA A HABILITAÇÃO

DADOS DA EMPRESA

- ☺ CNPJ.
- ☺ Razão social.
- ☺ Nome fantasia.
- ☺ Endereço.
- ☺ Departamento, seção.
- ☺ Nome e telefone para contato.
- ☺ Local do estágio (rua, número, bairro, cidade).

DADOS DA VAGA

- ☺ Quantidade de vagas oferecidas.
- ☺ Horário de estágio (manhã, tarde, noite, indiferente).
- ☺ Tipo de atividade/função que o estagiário vai desenvolver.

CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO A SEREM OBSERVADOS PELA EMPRESA

- ☺ O limite de estagiários contratados por empresa segue o teto estabelecido pela tabela abaixo:

Número de funcionários da empresa	Limite máximo de estagiários contratados
0 - 40	2
41-80	4
Mais de 80	Até 5% sobre o número de funcionários da empresa

Folha n.º 30 de 1998
 n.º 30 de 1998
 Assinante: Tércio de Deus IV
 Registro 10590

A empresa sem fins lucrativos poderá absorver um número maior de estagiários: até 20% sobre o seu efetivo de mão-de-obra.

Vejamos alguns exemplos de função que o estagiário poderá realizar

Auxiliar de informática	Auxiliar de produção em indústria/fábrica
Auxiliar de almoxarifado	Auxiliar de salão de beleza/estética
Auxiliar de arquivo/biblioteca	Auxiliar de serviços gerais
Auxiliar de comunicação/jornalismo	Auxiliar de telecomunicação
Auxiliar de consultório médico/odonto	Auxiliar de turismo
Auxiliar de contabilidade/financeiro	Auxiliar eletricista
Auxiliar de costura/confeção	Balconista/empacotador/vendedor
Auxiliar de cozinha/açougue/padaria	Caixa
Auxiliar de eletrônica	Carteiro/mensageiro
Auxiliar de escritório/secretaria	Contínuo
Auxiliar de gráfica	Desenhista
Auxiliar de hotelaria	Digitador
Auxiliar de laboratório	Garçom
Auxiliar de lanchonete/bar	Instrutor/monitor de aprendizagem
Auxiliar de manutenção de autos	Operador de telemarketing
Auxiliar de manutenção geral	Receptionista
Auxiliar de marcenaria/carpintaria	Telefonista
Auxiliar de obras civis	
Auxiliar de produção cultural	

COMPROMISSOS DA EMPRESA

- Assinar Termo de Compromisso (ver anexo) com o estagiário e as outras entidades intervenientes.
- Complementar o pagamento do valor da bolsa-estágio (fixado no mínimo de R\$ 130,00) e o pagamento integral do vale-transporte.
- Oferecer condições adequadas de trabalho ao estagiário.
- Fornecer todas as informações necessárias para a integração do estagiário no ambiente de trabalho.
- Não expor o estagiário a trabalhos de risco e/ou em ambientes insalubres.

- Cumprir prazos de pagamento e de entrega do vale-transporte.
- Comunicar a SERT / Meu Primeiro Trabalho, imediatamente, as ocorrências relativas a acidentes, comportamento inadequado etc. O endereço para correspondência é Av. Angélica, 2.582 - CEP 01228-200 - São Paulo - SP.
- Comunicar a SERT - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho/Meu Primeiro Trabalho, imediatamente, a exclusão ou desligamento do estagiário.

MODELO DE COMUNICAÇÃO DE EXCLUSÃO

À SERT - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho
 Programa Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho

COMUNICAÇÃO DE EXCLUSÃO

Informamos a V. Sa. que o estagiário

RG nº _____, da Escola Estadual _____

_____ foi excluído do Programa estágio desta empresa, pelos motivos abaixo assinalados.

MOTIVO

- () Por não se apresentar ao local indicado para o início das atividades, quando convocado.
- () Por ausentar-se 3 (três) dias corridos no mês ou 6 (seis) dias intercalados no decorrer do Programa, sem justificativa comprovada (atestado médico, atestado judiciário, etc.).
- () Por adotar comportamento inadequado ao funcionamento do Programa.
- () Outros (especificar):

OBS.: Favor enviar este documento à SERT - Av. Angélica, 2.582 - 2º andar, aos cuidados de Meu Primeiro Trabalho.

_____, de 2000
 Ciente:

Estagiário

Empresa

Nome do responsável - RG

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO E OUTORGA DE BOLSA
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801

EMPRESA/ENTIDADE DA SOCIEDADE CIVIL

NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
FONE:
CNPJ:

ESTAGIÁRIO

NOME:
DOCUMENTO DE IDENTIDADE - RG:
INSTITUIÇÃO DE ENSINO:
SÉRIE ESCOLAR:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Representado pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho - SERT
Avenida Angélica, 2.582 - CEP 01228-200 - Higienópolis - São Paulo - SP
Fone (11) 3311-1000
CNPJ: 46.385.100/0001-84

CONDIÇÕES DO ESTÁGIO

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO:

VIGÊNCIA: início ____ / ____ / ____ término ____ / ____ / ____

CARGA HORÁRIA (4 horas diárias): horário de entrada ____ horário de saída ____
Valor da bolsa-estágio (valor mínimo de R\$ 130,00):

A Empresa/entidade da sociedade civil, o estagiário acima qualificado e o Governo do Estado de São Paulo, representado pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT), ajustam entre si este Termo de Compromisso, por um período de 6 meses, para a realização de estágio em conformidade com o Decreto Federal 87.497/82 que regulamentou a Lei Federal 6.494/77, com a Medida Provisória 1.779/99 e com o Decreto Estadual ____/2000.

1) Compete ao Governo do Estado de São Paulo, representado pela SERT:

- a) Coordenar o Programa Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho.
- b) Pagar R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), mensais.
- c) Assegurar apólice de seguro de vida e de acidentes pessoais.
- d) Ter responsabilidade sobre os custos de gerenciamento do Programa Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho.

2) Compete à empresa:

- a) Pagar o restante do valor da bolsa-estágio.
- b) Oferecer condições adequadas de trabalho ao estagiário.
- c) Possibilitar o aprendizado e a prática profissional.
- d) Fornecer todas as informações necessárias à integração do estagiário no ambiente de trabalho.
- e) Não expor o estagiário a trabalhos de risco físico, psíquico ou degradante.
- f) Pagar o vale-transporte do estagiário.
- g) Cumprir datas de pagamento e de entrega do vale-transporte.
- h) Comunicar à SERT imediatamente a exclusão ou desligamento do estagiário.

3) Compete ao estagiário:

- a) Cumprir as normas do Programa Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho e da entidade concedente, respondendo pelas perdas e danos relacionados por seu descumprimento.
- b) Cumprir a carga horária acima indicada.

- 4) O estágio poderá ser suspenso a qualquer tempo tanto pelo estagiário quanto pela entidade privada concedente ou pela Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho.
- 5) O presente Termo será automaticamente rescindido:
- a) Por ocasião da conclusão ou abandono do curso escolar por parte do estagiário.
 - b) Ausência injustificada do estagiário às atividades escolares por 3 dias ou 12 aulas no mês.
 - c) Ausência injustificada do estagiário ao estágio por 3 dias no mês ou 6 dias no semestre.
 - d) Por ocasião do não cumprimento das responsabilidades atribuídas ao estagiário ou à empresa.
- 6) O presente Termo não cria e não envolve nenhuma espécie de relação empregatícia entre o estagiário, a entidade concedente e a SERT.
- 7) Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir deste Termo de Compromisso.

Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801

As partes assinam, por estar de acordo, o presente instrumento em quatro vias que se destinam à SERT, ao estagiário, à Instituição de Ensino e à Entidade Concedente.

São Paulo, de de

Assinatura do Estagiário

Empresa Concedente
Nome e RG do signatário

Representante da SERT (assinatura e carimbo)
Nome e RG do signatário

Obs.: Se o aluno for menor de 18 anos, é necessária a autorização do pai. Ela pode ser manual e deve constar deste Termo.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Declaramos que o referido aluno está regularmente matriculado no _____ ano do nível médio da
Escola _____

Nome do responsável

Carimbo e Assinatura do responsável

CAMPO RESERVADO À NOSSA CAIXA NOSSO BANCO

Nº da Conta Corrente do estagiário: _____ Nº da agência bancária: _____



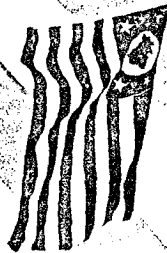
**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

www.saopaulo.sp.gov.br

autuado em 30/08/2015 00:00:00.
Folha 2.º 340
a.º 198
Solange

Solange Raimundo
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO
www.saopaulo.sp.gov.br



PROGRAMA JOVEM CIDADÃO: SUA EMPRESA APOSTANDO NO FUTURO.

Um dia você começou no seu primeiro trabalho. E você sabe o quanto foi importante. E o quanto você se lembra dele. Leve isso em consideração recebendo na sua empresa estagiários do Programa Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho. Esse projeto é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para estimular a entrada dos jovens no mercado de trabalho. Sua empresa pode participar oferecendo estágio para jovens de 16 a 21 anos que estão cursando o nível médio (2º Grau) nas instituições de ensino público estadual. O estágio não tem vínculo empregatício, terá duração de 6 meses e está isento de encargos sociais.

PRINCIPAIS PONTOS DO PROGRAMA

- Estágios de até 6 meses com jornada de 4 horas diárias, 5 dias por semana.
- Remuneração: bolsa-estágio de no mínimo R\$ 130,00, sendo que R\$ 65,00 serão pagos pelo Governo do Estado de São Paulo.
- Seguro de vida e de acidentes pessoais de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo.
- Vale-transporte custeado pela empresa.
- Essencial que o jovem esteja regularmente matriculado no ensino médio durante o estágio.
- Essencial, também, que o aluno durante o estágio disponha de tempo para os estudos de forma a não prejudicar seu desempenho escolar.
- Programa válido somente na Região Metropolitana de São Paulo.

Participe do Programa Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho. Como você viu, você só precisa registrar sua empresa e o número de vagas disponível. Os estagiários vão fazer tudo pela sua empresa. Exatamente como você fazia no seu primeiro trabalho, lembra?

Central de Captação de Vagas: (0XX11) 7968-6011 - site www.saopaulo.sp.gov.br



**SE O FUTURO
ESTÁ NOS JOVENS,
ABRA SUA EMPRESA
PARA ELES.**



Jovem Cidadão - Meu Primeiro Trabalho
Av. Angélica, 2.582
01228-200 São Paulo - SP



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**
www.saopaulo.sp.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

Folha n.º 140 de 140 em 30/09/2015 00:00:00.
a.º 340 de 1298
Assistente Técnico de Direção IV
Rafael Augusto

SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO



TEXTO DO PROJETO

São Paulo, março de 2000

1. JUSTIFICATIVA

arquivado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha n.º 340 de 98 fls. 141
Solange Raimone dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801

A proposta de implantação do **Programa Primeiro Trabalho** soma-se às ações do Governo do Estado na luta contra o desemprego. Visa apresentar soluções a este problema, de forma a atenuar seu impacto, engendrando respostas rápidas e criativas.

Esta proposta tem como alvo o desemprego juvenil, fenômeno que se tem caracterizado como um problema social de âmbito mundial. De fato, o desemprego do jovem não constitui um fenômeno típico de nossa sociedade, mas tem acompanhado o desenvolvimento recente do capitalismo. As taxas de desemprego da população jovem tem-se elevado e, geralmente, mantêm-se em níveis mais elevados que as taxas totais de desemprego (The Economist, 1997).

A área escolhida para a implantação do **Programa Primeiro Trabalho** é a Região Metropolitana de São Paulo - RMSP. Nessa região metropolitana, o problema do desemprego jovem apresenta conotações próprias, em função das particularidades do seu desenvolvimento econômico e social, e devido às especificidades de sua população economicamente ativa. De fato, a absorção da população jovem, entre 15 e 24 anos de idade, em ocupações remuneradas tem sido menor na RMSP, que no Estado de São Paulo ou no Brasil (PNAD, 1998).

Desde a abertura da economia ao mercado internacional, ocorrido em 1990, ao dinamismo e complexidade da RMSP, tem-se adicionado as dificuldades decorrentes dos efeitos do processo de reestruturação produtiva, devidas às mudanças no padrão de desenvolvimento tecnológico e à introdução de inovações na organização das relações de trabalho. Tem surgido novas demandas em relação à mão-de-obra, envolvendo preferências do empregador quanto à faixa etária do empregado, combinado a requisitos referentes à experiência profissional, escolaridade e atitude pessoal do contratado. Essas mudanças devem-se a uma ampla gama de fatores.

A menor participação dos jovens na população ocupada deve-se a um amplo leque de fatores, que inclui desde o decréscimo das ocupações que absorvem a população jovem, como a aspectos relativos à introdução de diversas atividades poupadoras de mão-de-obra, além de envolver situações conjunturais relativas ao desempenho da economia em geral. Esse resultado reflete, também, um maior período de permanência da população jovem na escola. De fato, na RMSP tem crescido a escolaridade da população com mais de 10 anos de estudo, tem havido também, redução da analfabetos da população. A melhoria

do nível de instrução deverá redundar numa melhor adequação dos jovens ao mercado de trabalho (SEADE, 1997).

Na RMSP, os empregadores tem demandado crescentemente dos candidatos níveis específicos de escolaridade e, também, experiência anterior de trabalho. Ambas as condições precisam ser preenchidas, o que aumenta a tendência de assalariamento da mão-de-obra com maior idade. As empresas tem sido bastante seletivas em relação à educação do trabalhador. A escolaridade, na ótica da empresa, é tanto condição de melhor desempenho profissional, como, tem sido considerada a base que propicia o desenvolvimento de uma nova mentalidade e, particularmente, de atitudes mais receptivas às mudanças (5).

Solicita-se, também, indivíduos com capacidade de trabalhar em grupo; a demanda desse requisito tem superado a demanda por qualificações mais sofisticadas, tais como, a operação com computadores ou o conhecimento de idioma estrangeiro (SEADE, 1997).

Os trabalhadores consideram que, para o exercício de sua ocupação atual, a forma mais importante de aprendizado e capacitação ainda é a prática de tarefas e não a capacitação formal obtida por meio de cursos e treinamentos.

No setor industrial, a exigência de experiência profissional na seleção de trabalhadores é mais intensa (PAEP, 1996): 70% das empresas exigem experiência anterior para a contratação de trabalhador em funções ligadas à produção e, 67% em funções não ligadas à produção. Nas empresas de grande porte, a demanda de experiência anterior para os trabalhadores não ligados à produção atingiu 95% das empresas. Nessas empresas, a experiência no trabalho sobrepôs-se ao requisito escolaridade, pois o total das que exigem nível de ensino médio ao pessoal não ligado à produção foi de 49%. Verifica-se, também, que, nas áreas de maior inovação e de trabalho mais qualificado, demanda-se, em contrapartida, relativa estabilidade do trabalhador, que tem, em média, seis anos de casa. Grande número de empresas tem promovido treinamentos de conteúdo teórico e prático, para a mão-de-obra operacional qualificada e semi-qualificada, ligada à produção (4).

No plano da atitude pessoal, as empresas tem delineado o trabalhador ideal como aquele responsável, maduro, equilibrado, motivado, ágil de raciocínio, fácil de relacionamento, com iniciativa. Na prática, esse perfil traduz-se pela seleção de pessoal testado e aprovado na própria empresa, conhecido e confiável. Aspecto que pode se manifestar ou ser desenvolvido na empresa, ao lado da competência, flexibilidade operacional, desenvolvimento pessoal cooperativo, iniciativa e mesmo liderança (6).

No âmbito das qualidades pessoais, a seletividade também se sobrepõe a finalidade do aprender a saber-ser, o que significa que o engajamento, a mobilidade passam a ser qualidades determinantes (79). A noção de competência parece predominar sobre a de qualificação, e as capacidades gerais e mal definidas tendem a aumentar sua importância com o crescimento das mudanças e das atribuições de cargos nas empresas. Quanto menos estáveis são os empregos e quanto mais eles são caracterizados por objetivos gerais, mais a qualificação é substituída pelo que se convencionou chamar do saber-ser, num ambiente de trabalho complexo e heterogêneo.

Conforme o exposto, o tripé: experiência profissional, instrução e vivência interativa no mundo do trabalho, constituem imperativos para aqueles que querem obter contratação ou manter-se vinculado ao mundo do trabalho.

Considerando a complexidade das condições que determinam o desemprego juvenil o Governo do Estado de São Paulo, preocupado com a formação integral do jovem para o trabalho e cidadania, propõe a implantação do Programa Primeiro Trabalho como uma alternativa pedagógica de inserção do jovem no mercado de trabalho. O Programa Primeiro Trabalho tem por finalidade oferecer ao jovem de baixa renda a oportunidade de estágio remunerado, de maneira a acrescentar às aptidões do jovem aquelas do saber-ser, que pode ser traduzida como vivência adquirida no mundo do trabalho.

2. A PROPOSTA: O PROGRAMA PRIMEIRO TRABALHO

O público-alvo do Programa Primeiro Trabalho são os jovens de 16 a 21 anos, regularmente matriculados no ensino médio das instituições de ensino público estadual, que estejam à procura de emprego e sejam moradores da Região Metropolitana de São Paulo.

O Programa será desenvolvido com a colaboração da iniciativa pública e privada, através do estabelecimento de parcerias, visando a criação e/ou a ampliação de vagas de estágios para o público-alvo estabelecido.

Será elaborado um plano de acompanhamento das atividades dos estudantes estagiários. O estagiário deverá continuar a ter disponibilidade de tempo para o estudo, de forma a não prejudicar seu desempenho escolar.

O vínculo do estagiário com a escola é pré-requisito do Programa, desde o início do processo de seleção até o final do contrato de estágio. Ou seja, se no

período de estágio o estudante abandonar a sua instituição de ensino, terá seu contrato de estágio automaticamente cancelado.

3. OBJETIVO

O programa Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho visa dar experiência profissional, por meio de estágios remunerados, a jovens estudantes do ensino médio da rede pública estadual, com idades entre 16 e 21 anos.

O programa deve promover:

- Experiência para sua inserção no mercado formal de trabalho
- O saber-ser no ambiente de trabalho
- Motivação para sua permanência na escola
- Elevação dos níveis escolares
- Aumento de sua auto estima
- Redução de seu tempo de exposição a riscos sociais
- Ampliação das políticas públicas de combate à pobreza e exclusão social

4. ESTRATÉGIA

Para aumentar as chances de ingresso dos jovens em estágios remunerados o Governo do Estado promoverá a captação de vagas disponibilizando os meios financeiros necessários para a execução do programa.

As vagas serão captadas:

⇒ Por meio de parcerias com a iniciativa privada

5. ATRIBUIÇÕES DO PROGRAMA

O programa será coordenado pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho em parceria com a Secretaria do Estado da Educação e da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Social.

O programa terá as instituições de ensino público estadual, onde existe curso de ensino médio, e do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza", como ponto de partida e acompanhamento do programa.

5.1. Compete à Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho - SERT

- Coordenar o programa, em conformidade com o decreto federal 87487 de 18/08/82, Lei 6494 de 07/12/97 e a MP 1779-9 de 08/04/99.
- Realizar convênios com a iniciativa privada para a disponibilização de vagas de estágio.
- Administrar o pagamento da bolsa estágio
- Fazer o acompanhamento profissional do estagiário

5.2. Compete à Secretaria Estadual da Educação - SEE

- Coordenar o programa em parceria com a SERT
- Disponibilizar espaços nas escolas públicas para a inscrição dos jovens
- Divulgar o programa nas escolas públicas que oferecem cursos de ensino médio.
- Fazer acompanhamento escolar.
- Indicar o responsável, por escola, para assinar o Termo de Compromisso de Estágio.

5.3. Compete à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Social.

- Disponibilizar espaços nas escolas públicas para a inscrição dos jovens

- Fazer acompanhamento escolar.
- Indicar o responsável, por escola, para Compromisso de Estágio.

6. MÉTODOS OPERACIONAIS

Para facilitar a inscrição e colocação dos jovens, a uma vaga de estágio, as escolas serão o núcleo da operacionalização do programa.

6.1. Inscrição ao programa

As fichas de inscrição serão entregues e recebidas dos interessados nas escolas onde existem cursos de ensino médio.

6.2. Hierarquização

A hierarquização será feita de acordo com os seguintes critérios:

- Nunca ter trabalhado com carteira de trabalho assinada em empresas/sociedades civis;
- Estar em série mais avançada do ensino médio;
- Ter a idade maior;
- Condições familiares mais vulneráveis, a saber:
 - família chefiada pelo próprio candidato ou mulher;
 - menor grau de escolaridade do chefe da família;
 - chefe de família sem trabalho;
 - maior grau de pessoas dependentes na família (definida pela presença de menores de 16 anos ou pessoas de 16 anos ou mais sem trabalho na família).
- Grau de exclusão no mercado de trabalho expresso pela situação do candidato estar atualmente desempregado, ser inativo ou estar ocupado sem carteira de trabalho assinada.

6.3. Classificação

A classificação para as vagas será feita de acordo com o cruzamento dos seguintes dados:

- Posição na hierarquização, segundo item 6.2.
- Preferência na escolha profissional

- Localização da vaga (de preferência na mesma região de sua escola)

6.4. Convocação

A convocação será feita por meio de listas publicadas periodicamente nas escolas. Para cada vaga disponível serão convocados três alunos.

6.5. Entrevistas

Os jovens convocados serão encaminhados às entidades empregadoras, para entrevistas, que farão a escolha segundo critérios próprios.

6.6. Termo de Compromisso

Jovem aprovado na entrevista, assina Termo de Compromisso que é o documento que oficializa o estágio.

Assinam também o Termo de Compromisso, a entidade concedente do estágio e o responsável indicado pela escola.

6.7. Acompanhamento do Estágio

O jovem no curso de seu estágio terá acompanhamento profissional e escolar.

7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

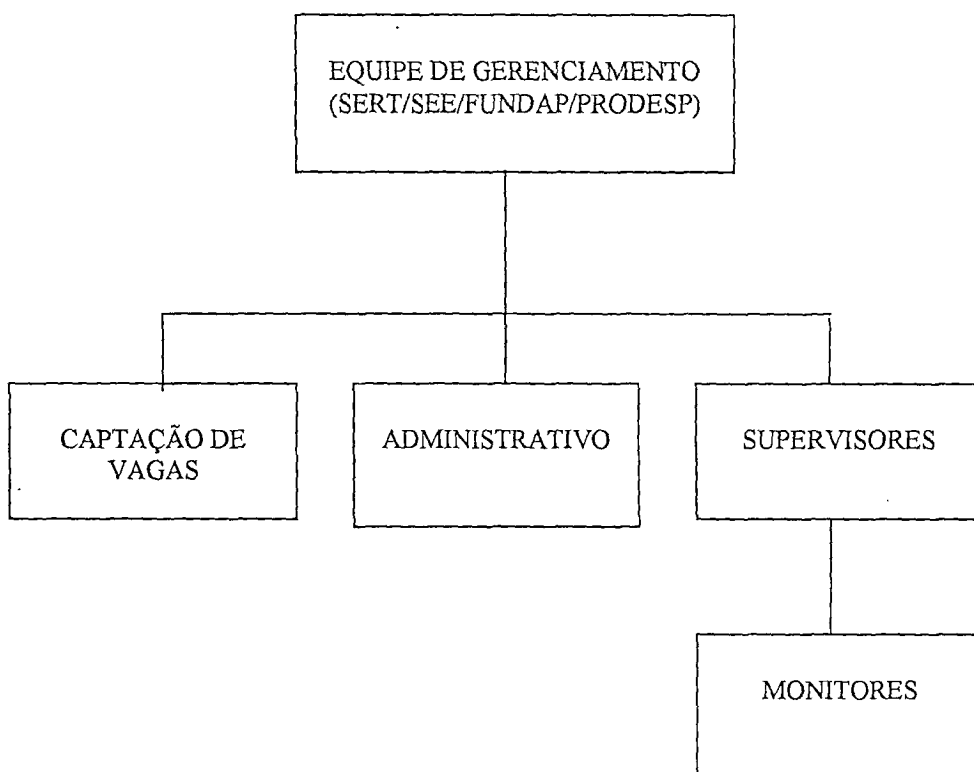
Para fazer o acompanhamento e avaliação do programa será montado uma equipe de técnicos que farão o gerenciamento do programa.

Esta equipe deverá estar instalada na SERT.

Além da equipe de gerenciamento serão necessários estagiários de nível superior que farão o monitoramento do programa nas escolas, sendo o elo entre o estagiário e a supervisão.

Os supervisores serão o elo entre os monitores e a equipe de gerenciamento do programa.

7.1. Organograma De Recursos Humanos



7.2. Atribuições e Perfil dos Recursos Humanos

7.2.1. GERENCIAMENTO

A equipe de gerenciamento deve ter perfil técnico nas diversas áreas do conhecimento, formada por órgãos distintos do governo do estado de São Paulo.

FUNÇÕES

- Planejamento
- Coordenação

- Avaliação
- Análise de Desempenho
- Resolução de problemas

7.2.2. CAPTAÇÃO DE VAGAS

Equipe formada por pessoas de conhecimento em nível médio com treinamento em telemarketing

FUNÇÕES

- Captação de vagas com a iniciativa privada
- Cadastro de vagas no Banco de Dados
- Confirmação de vagas
- Confirmação de entrevistas

7.2.3. ADMINISTRATIVO

Equipe formada por pessoas com conhecimento técnico em secretariado

FUNÇÕES

- Atendimento
- Arquivamento
- Recebimento de documentos
- Agendamento
- Atendimento telefônico
- Digitação

7.2.4. SUPERVISORES

Equipe de pessoas com formação em nível superior, nas diversas áreas do conhecimento, que farão o acompanhamento dos monitores na proporção de um supervisor para cada catorze monitores

FUNÇÕES

- Supervisão dos monitores
- Instrução de tarefas para monitores
- Encaminhamento ou solução de eventuais problemas
- Encaminhamento de documentos quando necessário

7.2.5. MONITORES

Equipe formada por pessoas em nível superior incompleto, nas diversas áreas do conhecimento, contratadas como estagiários, que farão o monitoramento na proporção de um monitor para cada grupo de dez escolas.

FUNÇÕES

- Entregar carta entrevista
- Acompanhamento das condições de trabalho dos estagiários
- Encaminhamento ou solução de problemas
- Orientação aos estagiários

8. METAS

	Total 2.000 a 2.002	2.000 1º semestre	2.000 2º semestre	2.001 1º semestre	2.001 2º semestre	2.002 1º semestre	2.002 2º semestre
Número total de Estágios	270.000	20.000	35.000	50.000	50.000	50.000	65.000

9. BIBLIOGRAFIA

HIRATA, H., "Da Polarização das Qualificações ao Modelo de Competência", in VV.AA., Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar, Vozes, Petrópolis, 1994.

LEITE, E. M., "Renovação Tecnológica e Qualificação do Trabalho: efeitos e expectativas", in, CASTRO, N., (org.), A Máquina e o Equilibrista, Paz e Terra, SP, 1995.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, IBGE, RJ, 1998.

Relatório sobre as Atividades Industriais no Estado de São Paulo
da Atividade Econômica do Estado de São Paulo-PAEP
SEADE, SP, 1999.

The Economist, pg. 90, july 19th, 1997.

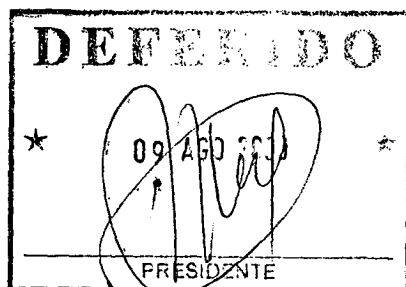
CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	
SRGUE, juntada nesta data	pagos e informados
fôlha n. 116 a 19	10/8/00
rubricado sob	

Solange Raimone dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 116 do processo. 153
 n.º 340 de 19 98
 Assinatura: José Carlos Santos
 Assistentia Técnica de Direção IV
 Registro 10.801

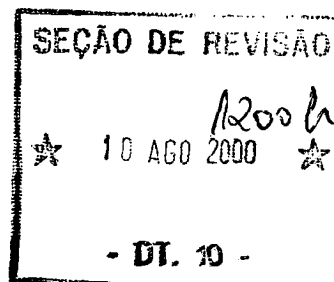


13 - RDS
13-1273/2000

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 340/98**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 2000

CARLOS NEDER
 Vereador - PT



Publicação: Di 10
 Data: 25 / 07 / 00
 Pág.: 14

Folha n.º	117	do proc.
n.º	340	de 1998
Assinatura: <i>J. S. Santana</i>		
Sobrinho: <i>J. S. Santana</i>		
Assistente Técnico de Direção IV		
Registro 10.100		

Programa de estágio recebe inscrição de 3,5 mil jovens

Perto de 3,5 mil jovens aderiram ao programa de estágios Primeiro Trabalho, da Secretaria Estadual de Emprego e Relações do Trabalho, criado há 75 dias. Até ontem, o programa tinha captado 5 mil vagas junto a 850 empresas para onde são encaminhados jovens entre 16 e 21 anos que cursam o terceiro ano colegial. Segundo o gerente do programa Francisco Santana Júnior, a partir de 15 agosto os estudantes do segundo ano colegial também poderão se inscrever.

Santana Júnior lembra que o

desemprego na faixa etária entre 16 e 21 anos é superior a 45%. "Hoje o mercado exige cinco anos de experiência", disse ele. A inscrição no programa é feita por meio do site da secretaria na Internet (www.meuprimeirotrabalho.sp.gov.br) ou nas escolas estaduais da Região Metropolitana.

As oportunidades de estágio são cheçadas uma a uma pela Sert antes de encaminhar em média três candidatos a cada vaga. Pelo programa, o Estado paga bolsa de R\$ 65 ao estudante e a empresa no mínimo mais R\$ 65

e vale-transporte para uma jornada diária de até quatro horas. De quatro a seis horas, a empresa deve pagar R\$ 130 ao estudante, que não pode trabalhar mais que 30 horas semanais. A duração do estágio é de seis meses.

Segundo Santana Júnior, esses estudantes não podem substituir o pessoal já empregado — as empresas só podem reservar até 5% de vagas para os estagiários. Periodicamente, os estudantes devem se apresentar a monitores nas escolas para acompanhamento do programa.

Folha n.º 118 de proc. fls. 155
n.º 340 do 1º 28
Solange ... dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801

Publicação Di Pa
Data 31 / 07 / 00
Folha 15

Programa Jovem Cidadão já deu emprego a 2,7 mil

ANA CRISTINA DA CONCEIÇÃO

Barrados pela idade e a falta de experiência, estudantes de 16 a 21 anos do terceiro ano colegial (ensino médio) descobriram no programa de estágios Jovem Cidadão, uma porta para o mercado de trabalho. Recrutados nas escolas estaduais, eles somam 68 mil inscritos até o momento. Desses, 2,7 mil já estão trabalhando como estagiários e outros 10 mil estão em processo de seleção.

Responsável pelo programa, a Secretaria Estadual de Emprego e Relações do Trabalho (Sert) espera chegar ao fim do ano com pelo menos 40 mil estudantes cumprindo estágio de seis meses

nas empresas cadastradas.

Os números estão sempre mudando. No Carrefour eles chegam a 900. No Pão de Açúcar, estão trabalhando 316 jovens. A partir de amanhã, 40 estudantes iniciam estágio na fábrica da Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo, trabalhando quatro horas por dia nas áreas administrativas. A Mercedes espera dar ao adolescente a vivência da empresa durante seis meses. Os alunos, na condição de estagiários, terão direito a transporte, alimentação no local e assistência médica.

Atualmente, os alunos se inscrevem no programa pelo site da Secretaria (www.meuprimeirotrabalho.sp.gov.br)

ou junto às 1.200 escolas estaduais da região metropolitana, que compreende 39 municípios. A partir de 15 de agosto, o programa será estendido aos estudantes do segundo ano. No ano que vem a secretaria pretende levar o programa a outras cidades de porte médio fora da região metropolitana.

A secretaria encaminha três jovens para cada vaga captada pelo programa. O jovem selecionado nas escolas recebe uma bolsa de R\$ 65 do Estado e tem direito a seguro de vida. A empresa paga no mínimo R\$ 65 e vale-transporte para uma jornada diária de até quatro horas. Entre cin-

co e seis horas de jornada, a empresa paga R\$ 130.

As necessidades sócio-econômicas são o primeiro critério de seleção do programa, segundo a socióloga Maria Helena Berlink Martins, coordenadora do Jovem Cidadão. "Os menos favorecidos são os primeiros da lista", garante ela. A condição sócio-econômica é relatada pelos jovens nos formulários de inscrição. O critério seguinte é a proximidade entre a escola e a vaga. Por último, as exigências da empresa. Segundo a coordenadora, o programa está ajudando inclusive as escolas. "As diretoras sentiram que o programa aumenta a disciplina", disse.

Chance deixa estudante feliz



TÂNIA ficou quase dois anos procurando emprego antes de ser chamada para ser caixa

Há um mês como operadora de caixa no supermercado Barateiro, empresa do grupo Pão de Açúcar, a estudante Tânia Maria da Silva, de 17 anos, está satisfeita com a oportunidade do estágio depois de ficar quase dois anos procurando emprego em lojas de shopping. "O mercado está muito fechado por causa da falta de experiência e da pouca idade. Fui numa empresa em que eles aceitavam menor de idade, mas queriam experiência de seis meses", disse a estudante, que já pagou

cursos particulares de contabilidade, departamento pessoal, secretariado e datilografia.

Tânia cursa o terceiro ano na E.E.P.S.G. Laerte Ramos de Carvalho, em Cidade Dutra, na Zona Sul, e está trabalhando no Barateiro da avenida Nossa Senhora do Sabará, em Campo Grande. Ela decidiu procurar emprego para ajudar a família, que mora no Parque Residencial Jardim Cocaia. O pai é vigia e ganha R\$ 800 por mês.

Se conseguir se efetivar no

Barateiro, ela espera poder concluir os estudos e prestar vestibular para Publicidade ou Turismo. No Barateiro, ela ganha R\$ 195 por mês (R\$ 65 bancados pelo Estado) e os benefícios sem desconto da empresa como assistência médica, vale-refeição e vale-transporte.

Quando se inscreveu no programa, Tânia não tinha muitas esperanças. "Eu já estava tão acostumada a fazer ficha que não esperava nada. Uma semana depois fui chamada", contou.

Toda empresa
 pode participar
 Registro 10-801

Qualquer empresa pode aderir ao programa, inclusive as microempresas. A Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho (Sert) se encarrega de checar as vagas uma a uma. "Os jovens não podem exercer função que ofereça risco moral, atividades insalubres nem trabalhar após as 22 horas", lembra o gerente do programa Francisco Santana Júnior. As empresas com mais de 80 funcionários podem cadastrar até 5% de suas vagas. As empresas de até 40 funcionários podem oferecer duas vagas. De 40 a 80 funcionários, quatro vagas.

"O programa é mais interessante para as microempresas, que não têm estrutura para fazer um processo de captação de recursos humanos e teriam de pagar para realizar esse serviço", disse a coordenadora do programa, Maria Helena Berlinck Martins.

Maioria são supermercados

Os supermercados são os grandes parceiros do programa. O grupo Pão de Açúcar, com 44 mil empregados, ofereceu 813 vagas, das quais 316 foram preenchidas por 42 lojas. Antes do Jovem Cidadão, o grupo contava com um programa próprio de estágios, admitindo e treinando, desde janeiro do ano passado, 1.200 jovens em todo o País, a partir dos 16 anos. Agora, a idéia é usar a pré-seleção do programa para a entrada de novos estagiários. Os estudantes fazem jornada de cinco dias por semana e têm chances de efetivação, dependendo do seu desempenho.

"São pessoas de muita energia, que valorizam a oportunidade, são alegres, entusiasmadas e cooperativas", disse a gerente de planejamento e desenvolvimento de recursos humanos do grupo, Marília Parada.

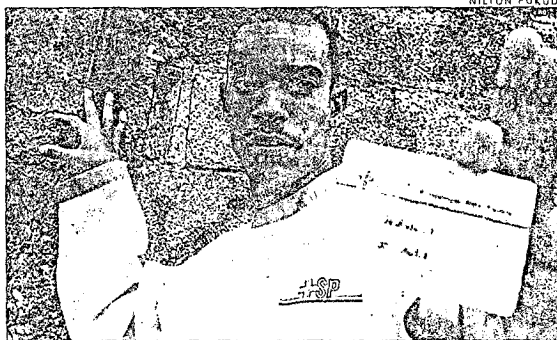
Há oportunidades também nas empresas menores, como o Supermercado Pepe que ofereceu cinco vagas para estagiários pacoteiros na loja de São Miguel Paulista, onde tem 110 funcionários. Segundo o contador e responsável pelos recursos humanos Ricardo Augusto Lopes, a experiência está sendo tão positiva que a empresa também pretende efetivar alguns jovens.

A empresa se surpreendeu com a pré-seleção feita pelo programa. "Todos os meninos que vieram fazer entrevista tinham curso de informática e alguns, curso de inglês. Normalmente, a gente tem aquela imagem que o ensino estadual não dá qualificação", disse.

Rede de drogaria efetiva estagiário

A Drogaria São Paulo, que tem 4.500 funcionários em 150 lojas Estado, entrou no programa oferecendo 20 vagas de estágio, mas por enquanto só conta com seis jovens trabalhando. As demais vagas dependem da seleção da Sert. Um dos estagiários, Aguinaldo Mendes dos Santos, de 18 anos, foi efetivado este mês no emprego. "É um rapaz interessado e organizado, que estava correspondendo à expectativa", explica a gerente de recursos humanos Tereza Cristina Lopes Amorim. Segundo ela, as 20 vagas são uma experiência que poderá ser ampliada.

Aguinaldo foi contratado após um mês de estágio na filial da Penha. Como estagiário, recebia R\$ 65 do Estado e R\$ 65 da empresa mais o vale-transporte para trabalhar quatro horas por dia. Agora efetivado como folguista (ele cobre a folga de operadores de caixa em várias lojas), vai



AGUINALDO acha que não é sempre que se tem oportunidade

receber salário de R\$ 345 mais adicional noturno.

"Não é sempre que se tem essa oportunidade", disse Aguinaldo, estudante da E.E.P.S.G. Dom Paulo Rolim Loureiro, em Guarulhos, onde se inscreveu. "Quando preenchi a ficha, achei que não ia dar certo, mas em menos de um mês me chamaram para entrevista", contou. Antes do estágio, ele trabalhava por comissão na oficina de

marcenaria de um primo.

Aguinaldo mora com a avó, uma irmã e um primo em Guarulhos, seus pais são separados e ele mesmo já é pai de uma menininha de seis meses. Ele acredita que foi efetivado porque mostrou interesse. "A gente não pode pensar só nos seis meses de estágio. Para conseguir alguma coisa, tem de batalhar muito", disse ele, que pretende fazer o quarto ano técnico em arquitetura.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	
SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s)	
sob nº _____	e folha de informação sob nº _____
120 231 01/01/21	(Ad)

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº *HP*

do processo nº *340* de 19 *98* *23.01.01* (n) *120*

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

Ao DT.94 - Sra. Chefe:

Arquivar o presente processo, de acordo com o art. 275 do Regimento Interno (mudança de legislatura).

15/10/2001

Breno Gandelman
BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Legislat. Chefe
ATM

SEGUEm..... juntado...3... nesta data, documento o papel para informação, rubricado

sob folha ...121 e 122.....

Em ...16.02.01...

(a).....

YURI F.M. FALCONI
R.F. 107 - ATM

Folha n.º 121 de proa.
 n.º 340 de 19 98
 VIRECO FALCON



Câmara Municipal de São Paulo

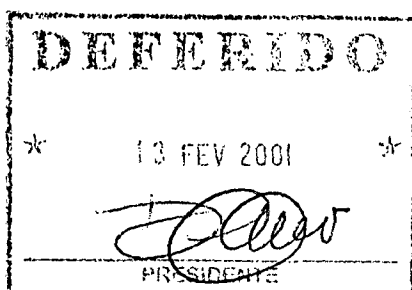
Viaduto Jacaré, 100 - 5º andar - Sala 508 - Bela Vista - CEP 01380-900

Telefones: 3111.2236 - 3115.1651 Fax: 3111.3023

e-mail: neder@ax.apc.org - home page: www.ibase.org.br/~neder

REQUERIMENTO

13 - RDS
13-0084/2001

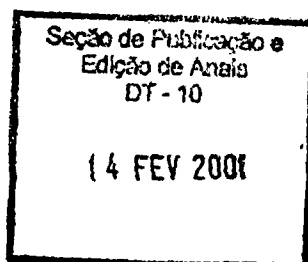


Requer o desarquivamento de
proposituras de autoria do
Vereador Carlos Neder.

Requeiro à Douta Mesa, na forma regimental, com base no disposto no parágrafo 2º do artigo 275 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, o desarquivamento das seguintes proposituras de autoria do Vereador **CARLOS NEDER**:

- PLO 05/00;
- PDL 41/00;
- PL 356/00;
- PL 365/00;
- PL 595/99;
- PL 35/00;
- PL 83/00;
- PL 330/00;
- PL 568/99;
- PL 572/99;
- PL 783/98;
- PL 167/99;
- PL 278/99;

- PL 222/99;
- PL 493/98;
- PR 03/98;
- PL 340/98;
- PL 567/98;
- PL 32/99;
- PL 239/98;
- PR 05/97;
- PL 899/97;
- PL 547/97;
- PL 203/98;
- PL 920/97;
- PL 986/97;



Folha n.º	122	de proc.
n.º	340	de 1998
R. F. 10000		



Câmara Municipal de São Paulo

Viaduto Jacaré, 100 - 5º andar - Sala 508 - Bela Vista - CEP 01380-900

Telefones: 3111.2236 - 3115.1651 Fax: 3111.3023

e-mail: neder@cc.apc.org - home page: www.ibase.org.br/~neder

- PL 779/98; ✓
- PL 608/99; ✓
- PL 525/99; ✓
- PL 526/99; ✓
- PL 609/99; ✓
- PL 389/97; ✓
- PL 353/99; ✓
- PL 134/99; ✓
- PL 736/98; ✓
- PL 536/97; ✓
- PL 252/97; ✓
- PLO 02/97; ✓

- PL 06/98; ✓
- PL 352/97; ✓
- PL 342/97; ✓
- PL 249/97; ✓
- PR 10/98; ✓
- PL 617/97; ✓
- PL 1011/97; ✓
- PL 39/98; ✓
- PL 276/97; ✓
- PL 908/97; ✓
- PLO 05/97; ✓

Sala das Sessões,

Carlos Neder
CARLOS NEDER

Líder da Bancada do PT

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha de
informação rubricados sob
nº 123
Em 05.01.2005
Ass: _____

LUZIA A. VETTE
Supervisora de Apoio ao Plenário
SGP-21



Câmara Municipal de São Paulo

SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO

Papel para informação, rubricado como folha nº 123
do processo n.º 340 de 1998 05/01/2005 (a) Supervisor
Supervisor SGP-21 ao Plenário

À SGP-33 – Sra. Supervisora:

Solicito arquivar o presente processo de acordo com o art. 275 do Regimento Interno (mudança de legislatura).

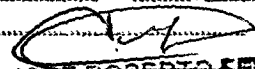
05 / 01 /2005

Ângela Bordin Andreoni
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

SUBSECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL	
Proc. encerrado com	<u>123</u> fls.
Arquivado em	<u>20-01-2005</u>
O Func.º	<u>[Assinatura]</u>

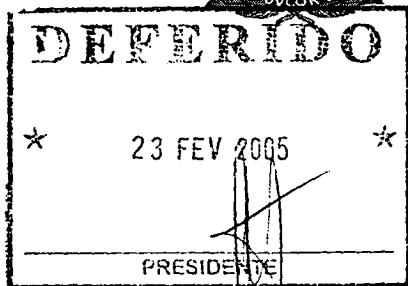
JOSÉ ROBERTO FERREIRA
RF 100.702
SGP-33

Segue(m) Junfado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
n.º 124.126 e folha de informação
sob n.º 127 1810312005


JOSE ROBERTO FERREIRA

RF 100.702

SGP-53



Câmara Municipal de São Paulo

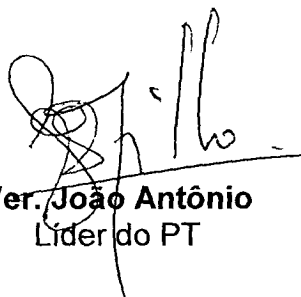
Folha N.º 124 do proc. autuado em 30/09/2011 00:00:00.
N.º 01-340 de 1982 fls. 165
O funcionário JOSE ROBERTO FERREIRA
RF 00.702
SEP 03

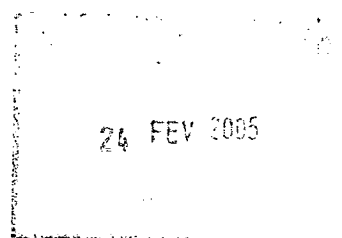
REQUERIMENTO "D" Nº

13 - RDS
13- 0066/2005

REQUEIRO à Douta Mesa, na forma regimental (art. 223, XII combinado com o art. 275, § 2º), sejam desarquivados os projetos elencados no documento anexo, de autoria do Nobre Vereador Carlos Neder.

Sala das Sessões, em


Ver. João Antônio
Líder do PT



fts. 166

Folha N.º <u>125</u> do proc.
N.º <u>01-340</u> de <u>1998</u>
O funcionário

JOSÉ ROBERTO FERREIRA
RF 100.702

RELAÇÃO DE PROJETOS A SEREM DESARQUIVADOS PELA BANCADA
(VER. CARLOS NEDER)

PL 496/04	PR 32/02	PL 39/98
PL 425/04	PL 556/02	PL 276/97
PL 332/04	PL 636/02	PL 536/97
PL 273/04	PL 714/02	PL 908/97
PL 133/04	PL 296/01	PL 252/97
PL 841/03	PL 150/02	PLO 05/97
PL 783/98	PL 94/01	PLO 02/97
PL 692/03	PL 595/99	PL 239/98
PL 629/02	PL 52/02	PL 403/01
PL 363/04	PL 35/00	PL 710/01
PL 365/04	PL 278/99	PL 389/97
PL 728/03	PR 11/01	PL 572/99
PL 748/02	PL 526/99	PL 302/97
PL 748/03	PL 134/99	PL 494/98
PL 119/03	PL 222/99	PL 909/97
PL 06/03	PL 493/98	PL 727/03
PL 128/02	PR 03/98	PL 135/03
PL 52/03	PL 340/98	PL 122/97
PL 40/97	PL 567/98	PL 607/02
PL 959/97	PL 239/98	PL 145/01
PL 576/98	PR 05/97	PL 74/01
PL 06/02	PL 547/97	PL 899/97
PL 675/01	PL 203/98	PL 352/97
PL 273/97	PL 920/97	PL 392/04
PL 330/00	PL 986/97	PL 439/97
PL 663/02	PL 06/98	PL 249/97
PL 576/01	PR 10/98	PR 32/03
PL 02/02	PL 617/97	
PL 316/02	PL 1011/97	



Câmara Municipal de São Paulo

SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO

Papel para informação, rubricado como folha nº 126

do processo n.º 01-340 de 20/1998 18,03,2005 (a) [assinatura]

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

RE 100.702

SGP-33

À SGP-33 - Sra. Supervisora:

Solicito o desarquivamento do processo assinalado no requerimento retro para volta à tramitação.

09/03/05

Ângela Bordin Andreoni
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2



Câmara Municipal de São Paulo

Papel para informação rubricado com folha nº27
do processo nº 01-340 / 1998 18/03/2005 a).....
JOSÉ ROBERTO FERREIRA
RF 100.702
SGP-33

Senhora Subsecretária,

Conforme solicitado pelo RDS Nº 13 – 066 / 2005, segue o presente expediente para a volta a tramitação.

Atenciosamente

SGP.33 em 18 de março de 2005.

Viviane R. Pó
Viviane Ferreira Pó
Supervisora

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha
de informação rubricados sob
nº 28
Em 05 / 07 / 08
Ass: _____

Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

do processo n.º 01-340 de 19 98 05/01/2009 Papel para informação, rubricado como folha nº 128 (a) _____

Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

À SGP-2
Sra. Secretária

Nos termos do art. 275 do Regimento Interno (mudança de legislatura), o presente processo preenche os requisitos para arquivamento.

05/01/2009

Luzia de Almeida Leite
Supervisora de Apoio ao Plenário
SGP - 21

À SGP - 33

Sra. Supervisora,

Encaminho os presentes autos para arquivamento.

05/01/2009

Ângela Bordin Andreoni
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
n.º 129 e folha de informação
sob n.º 109
Lina Angélica M. Gumauskas
Documentalista
RP 100.927



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 129
do processo 01-340 de 1998 16/01/2009

Lina A. M. Gumauskas
RF 100927

SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL

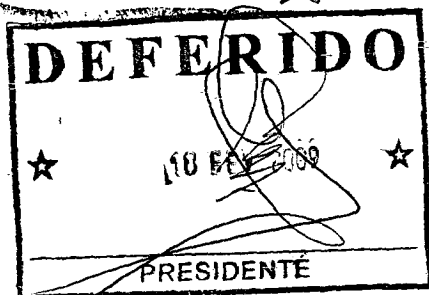
Requisitado em 22/03/2005
Arquivado novamente em 16/01/2009
Com 129 fls.
O Funcionário

Lina A. M. Gumauskas
RF 100927



Câmara Municipal de São Paulo

autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha nº 130 de processo nº 01.340 de 1998.174
Ubirajara
UBIRAJARA
CONSULTOR TÉCNICO - HISTÓRIA
RF. 11.215



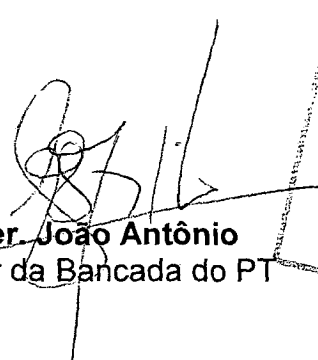
REQUERIMENTO "D" Nº

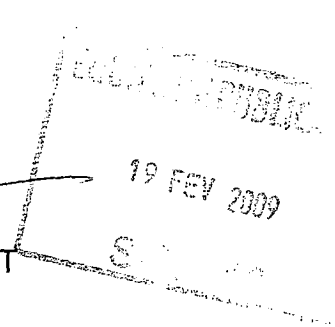
13 - RDS
13- 00137/2009

REQUEIRO à Douta Mesa, na forma regimental (art. 223, XII combinado com o art. 275, § 2º), sejam desarquivados os Projetos de Lei de autoria dos ex-vereadores Beto Custódio, Carlos Neder, Claudete Alves e Paulo Fiorilo

Segue a **lista anexa**.

Sala das Sessões, em


Ver. João Antônio
Líder da Bancada do PT





Bancada de Vereadores

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

nº 01-340 1998 175

USIRAJARA DE F. PRESTES EM HQ

Relação dos Projetos para DesarquivamentoCONSULTOR TÉCNICO - HISTÓRIA

Bancada do PT

RF. 11.215

		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
BETO CUSTÓDIO		178	PLO 12	PR 31	24	559	PR 12	PR 14	115
		229	PR 29	425	103	723	PR 13	126	166
		299	289	461	229	825	PR 15	213	230
		334		511	237		PR 26	248	369
		377		568	261		PDL 64	253	370
				642	282		79	416	410
				883	283		186	511	
					291		297	512	
					368		348	554	
					378		374	673	
					379		375	774	
								775	
								849	
								850	
CARLOS NEDER								851	
								852	
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2007	2008
	PLO 02/97	32/99	35/00	PR 11	02	06	133	PLO 05	PR 01
	PR 05/97	134/99	PDL	74	06	PR 32	273	PR 09	06
	PLO 05/97	167/99	41/00	76	52	PR 44	363	PR 10	PR 07
	36/97	222/99	83/00	94	128	52	392	PR 11	34
	40/97	278/99	108/00	296	150	135	496	PR 14	PDL 66
	49/97	526/99	330/00	675	316	198		PR 18	79
	67/97	572/99	356/00	710	388	433		PR 26	99
	68/97	595/99	410/00		607	434		235	144
	106/97				629	520		236	273
	121/97				636	543		237	297
	122/97				663	601		238	379
	228/97				714	692		280	438
	249/97					698		375	481
	252/97					727		381	606
	273/97					728		452	
	276/97					793		508	
	302/97					841		512	
	303/97					891		533	
	342/97					903		682	
	352/97							767	
	389/97							768	
	439/97							778	
	536/97							800	
	547/97							806	
	604/97							848	
	617/97								
	683/97								
	899/97								
	908/97								
	947/97								
	959/97								
	986/97								
	1011/97								
	1170/97								
	PR 03/98								
	PR 10/98								
	39/98								
	203/98								
	239/98								
	311/98								
	340/98								
	493/98								
	494/98								
	567/98								
	576/98								
	603/98								
	747/98								
	783/98								

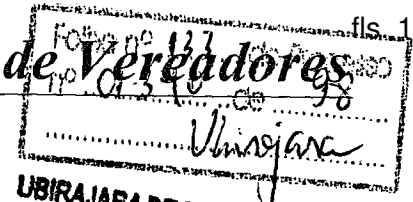


	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
CLAUDETE ALVES	581	09	PR 13	PDL 03	PLO 02	PR 02	PR 02
	591	PR 19	PR 14	PR 04	PR 04	PR 04	PR 04
	618	PR 43	PR 15	PDL 04	PR 05	PR 05	PR 05
	637	249	PR 19	13	PDL 09	PR 11	PR 11
	638	294	PR 21	14	22	PR 27	208
	639	399	71	23	96	49	209
	640	401	79	24	97	64	210
	641	439	110	25	98	65	397
	642	440	147	26	99	66	398
	643	441	167	27	PDL 100	67	399
		442	198	26	101	68	445
		475	199	27	102	69	496
		476	200	28	103	70	601
		561	206	29	104	71	602
		566	281	30	105	72	671
		567	298	31	106	73	682
		608	307	32	107	74	
		609	308	42	108	75	
		763	361	43	109	76	
		764	387	PDL 54	110	77	
		765	394	57	111	78	
		798	395	PDL 82	112	79	
		804	430	95	113	264	
		805	453	165	114	265	
		825	454	307	115	266	
		844	455	321	116	267	
		852	456	334	117	268	
		853	457	338	118	269	
		898	458	373	119	270	
		899	459	451	120	271	
		901	461	585	121	272	
			462	611	122	274	
			463	702	622	275	
			483	739	650	276	
			488	743	651	277	
				744	671	291	
				809	672	292	
				823	673	301	
				824		358	
						399	
						400	
						417	
						418	
						456	
						512	
						562	
						714	
						716	
						717	
						758	
						759	
						760	
						761	



Bancada de Vereadores

fls. 177



						2005	UBIRAJARA DE 2005	DE 2005	RESTO 2008
PAULO FIORILO						PDL 07	01	PR 08	
						PDL 08	PR 18	PR 11	
						PDL 09	PDL 104	PR 14	74
						15	359	PR 21	151
						PDL 24	504	PR 28	195
						PDL 42	636	512	212
						236	699	584	213
						427		677	265
						471		690	277
						491		699	334
						581		708	360
						596		738	404
						598		744	425
						620			458
						695			508
						814			522
						815			559
									595



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 134

do processo nº 01.340 de 2009, 10 / 03 / 09 (a) Unirajara

USIRAJARA DE V. PRESTES FILHO
CONSULTOR TÉCNICO - HISTÓRIA
RF. 11.215

À SGP.33 – Sra. Supervisora:

Solicito o desarquivamento do processo assinalado no requerimento retro para volta à tramitação.

04 / 03 / 2009

Ângela Bordin Andreoni

Secretária de Apoio Legislativo

SGP. 2

À SGP.2 - Senhora Secretária,

Conforme solicitado pelo RDS Nº 13 – 137.../2009, segue o presente expediente, para volta à tramitação.

Atenciosamente

SGP.33 em, 10 de maio de 2009.

Viviane Ferreira Pó
Supervisora Arquivo Geral
SGP.33

Ao Setor de Pesquisa e Assessoria de
Análise Prévia das Proposituras.

25/05/09

ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DE PESQUISA E ACESSORIA DE ANÁLISE PRÉVIA DAS PROPOSITURAS

EM 25/05/09 às 15:15 hs
POR *[Assinatura]*
SAÍDA: AS: h 255:

Sra. *Alessandra*
Efetuar pesquisa.
SP. 25 / 05 / 2009.
[Assinatura]
Marcella Falbo Lacaglia
Procuradora Legislativa Supervisora
Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia
OAB/SP nº 111.393

Pesquisa efetuada
SP 26/05/09
[Assinatura]
Alessandra
Técnico Administrativo
RF 11.138

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Seguem juntados os documento(s) de
fls. 135A-148 S.P. 30/06/09
[Assinatura]
Sonia M. G. Ferreira
Assistente Parlamentar



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

Projeto de Lei nº 0340/98

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo) e no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislacao, a respeito do assunto foram localizados os seguintes dispositivos:

- Projeto de Lei nº 0493/98, que institui o Programa Incubadora de Empresas no Município de São Paulo;
- Projeto de Lei nº 0195/99, que dispõe sobre a implantação do Projeto Educacional Jovem Trabalhador;
- Projeto de Lei nº 0433/07, que institui o Programa Primeiro Emprego na Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo;
- Projeto de Lei nº 0348/09, que dispõe sobre a implantação de Projeto Educacional Jovem Trabalhador;
- Lei nº 13.841, de 7 de junho de 2004, que dispõe sobre normas do Programa Bolsa-trabalho – PBT e revoga a Lei nº 13.163, de 5 de julho de 2001.

À SGP-21, para prosseguimento.

São Paulo, 30 de junho de 2009.


Adela Duarte Alvarez
Procuradora Legislativa
OAB/SP 118.854


Marcella Falbo Giacaglia
Procuradora Supervisora do Setor de Pesq. e Análise Prévia
OAB/SP 111.393



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 136
Emitido em 30/09/2017 00:00:00
Processo nº 340/1981
Sonia Maria S. Ferreira
Reg. 100.986

Projeto de Lei 01 - PL
01-0493/1998

Institui o Programa "*Incubadora de Empresas*", no município de São Paulo e dá outras providências

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:

Art. 1º- Fica instituído o Programa "*Incubadora de Empresas*", no âmbito das Administrações Regionais do Município.

Art. 2º- Os objetivos do Programa são:

- I. apoiar o desenvolvimento de micro e pequenos empreendimentos, em processo de constituição;
- II. incentivar a criação de novos empreendimentos;
- III. propiciar capacitação para a qualificação dos gerentes destes empreendimentos;
- IV. viabilizar a obtenção de recursos financeiros necessários para a implantação e/ou instalação dos empreendimentos;
- V. gerar emprego e renda nos bairros;

Art. 3º- Para implementar o Programa instituído por esta lei, o Poder Executivo constituirá o Colegiado Regional de Desenvolvimento, em cada Administração Regional, com a participação das diversas secretarias afetas ao programa, de representantes da sociedade civil, do empresariado, de micro e pequenos empreendedores, de universidades, de escolas técnicas e de representações locais do SEBRAE-SP, da FIESP/CIESP e da Associação Comercial de São Paulo.

Art. 4º- Fica autorizado o aporte de recursos de Instituições Públicas ou Privadas interessadas em financiar o referido Programa.

Art. 5º- As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 137 do
Protocolo nº 340/1998
Sonia Maria S. Ferreira
Reg. 100.996

Art. 6º- Esta lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 7º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º- Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões em, 04 de agosto de 1998


Carlos Neder
Vereador - PT



Câmara Municipal de São Paulo

atiba n 30/09/2015 00:00:00 do
Processo nº 34 fls. 183
Sonia Maria S. Ferreira
Reg. 100.996

JUSTIFICATIVA

Buscar alternativas para a geração de emprego e renda é uma exigência na atual conjuntura econômica. As pesquisas que medem o desemprego nos centros urbanos, conduzidas pelo IBGE e pela Fundação SEADE/DIEESE, têm registrado o seu aumento na região metropolitana de São Paulo.

Em junho deste ano, o índice de desemprego medido pela Fundação SEADE/DIEESE atingiu 19% da população economicamente ativa, o que corresponde a 1 milhão e 662 mil desempregados. O trabalhador desempregado demora em média 34 semanas para encontrar uma nova ocupação.

A criação de incubadoras de empresas é uma destas alternativas para geração de emprego e renda. Segundo matéria publicada no Jornal Gazeta Mercantil de 15/06/98, por Ulysses Alves de Souza, a primeira incubadora do país foi instalada em São Carlos, há 13 anos, pela Fundação Parque de Alta Tecnologia de São Carlos. Em 1989, havia cinco incubadoras no país; em 1997, já eram 67 e em julho deste ano, chegaram a 83. A Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas-ANPROTEC- calcula que até o final do ano, será atingida a marca de mais de cem incubadoras instaladas.

Segundo Luís Afonso Bermudez, vice-presidente da ANPROTEC, o aumento no número de incubadoras decorreria da expansão dos empreendimentos por conta própria e da preocupação crescente do poder público com o desemprego no país.

A incubadora é instalada em um espaço físico ou galpão, que é dividido em várias salas, onde cada empreendedor tem o seu departamento de produção e uma área em comum para o apoio administrativo (recepção, secretaria, fax, acesso a rede de computadores, segurança, limpeza). As empresas incubadas pagam aluguel de sua área específica e rateiam os custos de manutenção da infra-estrutura.

Elemento fundamental para o sucesso das incubadoras tem sido o apoio gerencial e assessoria tecnológica. Neste sentido, a FIESP-CIESP e o SEBRAE-SP têm apoiado diversas iniciativas. No Estado de São Paulo, os municípios de Araraquara, Barretos, Brotas, Dois Córregos, Lins e Rio Claro já dispõem de legislação municipal, sobre a criação de incubadoras.

O Programa "Incubadora de Empresas" complementa outras iniciativas do nosso mandato como os Programas de "Crédito Popular Solidário, "Bairros que Empregam" e "Meu Primeiro Emprego". Com a aprovação deste projeto de lei, a Câmara Municipal estará contribuindo para transformar São Paulo em uma cidade saudável e solidária.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 01 - PL
01-0195/1999

Dispõe sobre a implantação do Projeto Educacional Jovem Trabalhador e dá outras providências

A Câmara Municipal de São Paulo decreta

Art.1º - Fica instituído o Projeto Educacional Jovem Trabalhador.

Parágrafo único - O Projeto Educacional Jovem Trabalhador tem por objetivos:

- I - Gerar condições de emprego a jovens entre quinze e vinte e um anos;
- II - Desenvolver aptidões e preparar os jovens para assumir postos de trabalhos no município;
- III - Desenvolver a potencialidade dos jovens para o primeiro emprego.

Art.2º - O Projeto Jovem Trabalhador será desenvolvido pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal com a colaboração das entidades e associações educacionais, comunitárias, sindicais, empresariais, filantrópicas, com atuação no âmbito municipal.

Art.3º - Os Poderes Executivo e Legislativo bem com as entidades e associações mencionadas no artigo anterior constituirão Comissão Conjunta para edição do Regulamento do Projeto Jovem Trabalhador.

1º - A Comissão Conjunta designará três Coordenadores entre seus membros.

2º - A Comissão Conjunta e seus organizadores não receberão qualquer espécie de remuneração ou subsídio pelos trabalhos prestados no Programa Jovem Trabalhador.

Art.4º - São atividades do Programa Jovem Trabalhador, sem prejuízo de outras iniciativas aprovadas pela Comissão Conjunta:

I - Capacitar e qualificar jovens trabalhadores através de palestras, seminários, oficinas, debates, entrevistas e testes vocacionais;

II - Estimular o conhecimento sobre os direitos trabalhistas e civis da juventude;

III - Incentivar debates sobre temas da atualidade relacionadas com as modificações socio-econômicas e tecnológicas e suas consequências sociais.

Art.5º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentarias próprias, suplementadas se necessário.

Art.6 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,


ADRIANO DIOGO
Vereador

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade preparar o jovem, na faixa etária de 15 a 21 anos, para o seu primeiro emprego, enfrentando o mercado de trabalho com maior capacitação, a conscientizar os jovens sobre a importância dos estudos, proporcionando melhor preparo para o exercício de uma profissão, principalmente em virtude do desemprego que assola o país decorrente do processo de globalização.

Este Projeto de Lei trará aos jovens noções de direitos trabalhistas e civis relativos ao adolescente, estimulará o raciocínio através de discussão e debates sobre temas atuais, orientará sobre sua colocação no mercado de trabalho e na sociedade valorizando e respeitando a noção de cidadania.

Pelos motivos expostos solicitamos a colaboração desta Edilidade para a aprovação do presente Projeto de Lei, que em muito contribuirá para a formação e qualificação do jovem trabalhador a desenvolver uma profissão no mercado de trabalho.

PROJETO DE LEI 01-0433/2007 do Vereador Chico Macena (PT)

Institui o Programa Primeiro Emprego na Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo e dá outras providências.

Art. 1.º Fica instituído no Município de São Paulo o Programa Primeiro Emprego na Administração Direta e Indireta, com as seguintes finalidades:

I - Permitir que jovens, com nível de formação média, primeiro e segundo graus, que ainda não tenham ocupado vagas no mercado de trabalho formal, tenham oportunidade de estagiarem na Administração direta e em empresas e autarquias da Prefeitura.

II - Permitir que a partir desse primeiro emprego, os jovens qualifiquem-se profissionalmente para o mercado de trabalho.

Art. 2.º Fica condicionada a participação no Programa Primeiro Emprego, ao preenchimento dos seguintes critérios:

I - Estar estudando no 1º ou 2º grau da rede Pública Municipal ou Estadual;

II - Ser indicado por uma entidade sem fins lucrativos que promove assistência a jovens em situação de risco social.

Art. 3.º Fica autorizada a Prefeitura a realizar convênios com Entidades Sociais sem fins lucrativos para as seguintes finalidades:

I - Promover a indicação e seleção dos jovens;

II - Promover o acompanhamento do jovem na família e na comunidade;

III - Promover o acompanhamento do jovem na escola.

Art. 4.º Os cargos de estagiários que não exijam nível superior, disponíveis na administração direta, empresas e autarquias do município, deverão ser preenchidos a partir deste Programa.

Art. 5º A Prefeitura, através de suas Secretarias, deverá realizar programas de apoio a estes jovens.

Art. 6º O período de estágio terá a duração de 2 anos.

Art. 7º O executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta lei, correrá por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2007. Às Comissões competentes.

PROJETO DE LEI 01-0348/2009 da Vereadora Juliana Cardoso (PT)

"Dispõe sobre implantação de Projeto Educacional Jovem Trabalhador e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Projeto Educacional Jovem Trabalhador:

Parágrafo único – O Projeto Educacional Jovem Trabalhador tem por objetivos:

I – Gerar condições de emprego a jovens entre quinze e vinte e um anos;

II – Desenvolver aptidões e preparar os jovens para assumir postos de trabalhos no município;

III – Desenvolver a potencialidade dos jovens para o primeiro emprego.

Art. 2º. O Projeto Educacional Jovem Trabalhador será desenvolvido pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal com a colaboração das entidades e associações educacionais, comunitárias, sindicais empresariais, filantrópicas, com atuação no âmbito municipal.

Art. 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo bem com as entidades e associações mencionadas no artigo anterior constituirão Comissão Conjunta para edição do Regulamento do Projeto Educacional Jovem Trabalhador.

§ 1º - A Comissão Conjunta designará três Coordenadores entre seus membros.

§ 2º - A Comissão Conjunta e seus organizadores não receberão qualquer espécie de remuneração ou subsídio pelos trabalhos prestados no Programa Educacional Jovem Trabalhador.

Art. 4º - São atividades do Programa Jovem Trabalhador, sem prejuízo de outras iniciativas aprovadas pela Comissão Conjunta:

I – Capacitar a qualificar jovens trabalhadores através de palestras, seminários, oficinas, debates, entrevistas e testes vocacionais;

II – Estimular o conhecimento sobre os direitos trabalhistas e civis da juventude;

III – Incentivar debates sobre temas da atualidade relacionados com as modificações sócio-econômicas e tecnológicas e suas conseqüências sociais.

Art. 5º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de Maio de 2009. Às Comissões competentes.

Pesquisa de Legislação Municipal

Nº 13841

Voltar

Imprimir

LEI Nº 13.841, DE 7 DE JUNHO DE 2004

(Projeto de Lei nº 834/03, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo)

Dispõe sobre normas do Programa Bolsa-Trabalho - PBT e revoga a Lei nº 13.163, de 5 de julho de 2001.

MARTA SUPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 18 de maio de 2004, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O Programa Bolsa-Trabalho - PBT, instituído no Município de São Paulo pela Lei nº 13.163, de 5 de julho de 2001, passa a ser regido pelas disposições previstas nesta lei.

Art. 2º O Programa Bolsa-Trabalho - PBT tem por objetivos estimular a inserção socioeconômica, valorizar as vocações ocupacionais, desenvolver a formação, a experimentação e a habilitação profissional no local de trabalho, bem como facilitar a reinserção na vida escolar e a continuidade dos estudos de jovens que atendam às seguintes condições:

I - ter 16 (dezesesseis) a 20 (vinte) anos de idade, pertencer a famílias de baixa renda, estar matriculado em cursos vinculados ao sistema nacional de ensino ou ter concluído o ensino de nível médio, inclusive profissionalizante;

II - ter 16 (dezesesseis) a 29 (vinte e nove) anos de idade, estar freqüentando curso de ensino médio, inclusive profissionalizante, de educação especial ou de nível superior;

III - ter 16 (dezesesseis) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, ter concluído cursos de ensino médio, inclusive profissionalizante, de educação especial ou de nível superior, e não deter experiência laboral em sua área de formação;

IV - ter 16 (dezesesseis) a 29 (vinte e nove) anos de idade, ter concluído curso de ensino médio, inclusive profissionalizante, ou de educação especial.

§ 1º Para efeitos do Programa Bolsa-Trabalho, considera-se como família o núcleo de pessoas formado por, no mínimo, um dos pais ou responsável legal, filhos e/ou dependentes que estejam sob tutela ou guarda, devidamente formalizadas pelo juízo competente, bem como parentes ou outros indivíduos que residam com o grupo sob o mesmo teto e que contribuam economicamente para a sua subsistência.

§ 2º Considera-se família de baixa renda, para os efeitos desta lei, aquela cujos membros tenham rendimento bruto mensal per capita igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional vigente, computando-se a totalidade dos rendimentos brutos dos membros da família, oriundos do trabalho e/ou de outras fontes de qualquer natureza, incluindo-se os benefícios e valores concedidos por órgãos públicos ou entidades particulares, excetuados apenas os benefícios instituídos nos incisos I e II do § 1º do art. 4º desta lei.

§ 3º Também poderá habilitar-se como beneficiário no programa o jovem que atenda às condições previstas no inciso I do "caput" deste artigo, mas que não resida com sua família, desde que comprove não auferir rendimentos brutos mensais que ultrapassem o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional vigente.

Art. 3º As diretrizes do programa de que trata esta lei são:

I - propiciar o resgate da cidadania dos jovens pertencentes a famílias de baixa renda;

II - propiciar aos jovens ações voltadas à capacitação ocupacional e utilidade coletiva, bem como à formação

de empreendimentos populares, em atividades ligadas à agricultura urbana, em autogestão ou em grupos de economia solidária;

III - potencializar a integração e a possibilidade de transformar o beneficiário em protagonista juvenil no seu bairro;

IV - desenvolver atividades de caráter comunitário que melhorem a qualidade de vida e o sentimento de pertencer à sua comunidade e ao local onde reside;

V - gerar renda nos bairros;

VI - propiciar aos jovens a complementação do ensino e da aprendizagem, com programação didático-pedagógica, na linha de formação ocupacional prática ou sob a forma de ação comunitária;

VII - viabilizar aos jovens formação técnico-profissional metódica e compatível com o seu desenvolvimento integral, no local de trabalho;

VIII - favorecer aos jovens o ingresso no ensino superior, facilitando-lhes o acesso aos cursos preparatórios pré-universitários.

Art. 4º O Programa Bolsa-Trabalho consistirá:

I - na prática de atividades comunitárias, de capacitação adicional ocupacional e de utilidade coletiva, e na formação de empreendimentos populares ou grupos de economia solidária, (VETADO), ministradas por órgãos públicos ou por entidades conveniadas ou parceiras, obedecidas as restrições do Ministério do Trabalho e Emprego, para jovens que atendam às condições previstas no inciso I do "caput" do art. 2º desta lei;

II - em propiciar estágios em empresas e organismos governamentais e não-governamentais que aderirem ao programa, aos jovens que atendam às condições previstas no inciso II do "caput" do art. 2º desta lei, sob a forma de treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e relacionamento humano, ou sob a forma de atividade de extensão, mediante a participação em empreendimentos ou projetos de interesse social, que melhorem a qualidade de vida da comunidade e, obrigatoriamente, estejam integrados aos currículos, programas e calendários escolares;

III - em propiciar experimentação técnico-profissional, de forma metódica e compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico dos jovens que atendam às condições previstas no inciso III do "caput" do art. 2º desta lei, que venham a ser contratados, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, por empresas ou entidades que aderirem ao programa;

IV - em facilitar o acesso a cursos preparatórios para ingresso no ensino superior aos jovens que atendam às condições previstas no inciso IV do "caput" do art. 2º desta lei.

§ 1º Ao beneficiário selecionado para a prática das atividades previstas no inciso I do "caput" deste artigo, serão concedidos:

I - auxílio pecuniário, em valor a ser fixado em decreto, correspondente a, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) do salário mínimo nacional vigente;

II - subsídio para atender a despesas de deslocamento para realização das atividades comunitárias e de formação, cujos critérios de concessão serão estipulados em decreto regulamentar;

III - seguro de vida coletivo.

§ 2º Os benefícios e atividades previstos no § 1º deste artigo serão concedidos pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 2 (dois) anos, a critério da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, considerados o interesse público, a permanência das condições que ensejaram a inclusão do beneficiário no programa e a disponibilidade de recursos financeiros que possibilitem a prorrogação do prazo inicial fixado para cada modalidade de atividade.

§ 3º Para o saque dos benefícios pecuniários, os beneficiários receberão cartão magnético emitido pelo agente de crédito.

§ 4º Os beneficiários que, no período de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data do depósito

banquário efetuado pela Prefeitura do Município de São Paulo, não sacarem o respectivo valor, perderão qualquer direito a recebê-lo, à exceção do disposto no § 5º deste artigo, sendo seu montante transferido pelo agente de crédito para a conta corrente do programa, a fim de ser utilizado na concessão de benefícios pecuniários a novos selecionados.

§ 5º Nas hipóteses de óbito do beneficiário, de sua detenção ou reclusão em estabelecimento prisional, ou de sua internação em unidade médica por problemas de saúde, poderão ser pagos os benefícios pecuniários devidos em razão de atividades já desenvolvidas, desde que o próprio beneficiário, seu procurador, herdeiros, cônjuge ou companheiro(a) assim o requeira administrativamente, no prazo de 90 (noventa) dias, contados do término do prazo estabelecido no § 4º deste artigo.

§ 6º Na hipótese de prorrogação das atividades previstas nos incisos I e IV do "caput" deste artigo, observado o prazo máximo de 2 (dois) anos, ao jovem bolsista poderão ser concedidos apenas os benefícios previstos nos incisos II e III do § 1º deste artigo, a critério da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade.

§ 7º Os ônus financeiros relativos às atividades previstas nos incisos II a IV do "caput" deste artigo serão estabelecidos em termos de cooperação ou de parceria, a serem firmados com empresas que aderirem ao programa, com a possibilidade de desembolso, pela Prefeitura do Município de São Paulo, de até 100% (cem por cento) de tais encargos, na proporção da complexidade do treinamento técnico-ocupacional e do desenvolvimento das habilidades profissionais, ajustado entre os participantes.

§ 8º Os jovens bolsistas, em contrapartida ao benefício previsto no inciso IV do "caput" deste artigo, deverão participar de atividades socioeducacionais voltadas à comunidade, programadas pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, durante o curso preparatório para ingresso no ensino superior, conforme regulamentado em decreto.

Art. 5º Para habilitar-se no programa, o beneficiário deverá comprovar que é residente e domiciliado no Município de São Paulo há mais de 2 (dois) anos e que está desempregado ou que não recebe rendimentos brutos mensais que ultrapassem o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional vigente.

§ 1º Para enquadramento na faixa etária, considera-se a idade do beneficiário em número de anos completados até o dia do ano em que ocorrer o seu cadastramento no programa.

§ 2º Os beneficiários selecionados deverão assinar Termo de Compromisso e Responsabilidade, assistidos por seu representante legal, quando menores de 18 (dezoito) anos, declarando ter conhecimento das regras do programa, às quais se sujeitarão, sob pena de sofrer as sanções previstas no "caput" do art. 10 desta lei.

Art. 6º A aferição dos requisitos para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa-Trabalho será realizada quando do cadastramento inicial, da assinatura do Termo de Compromisso e Responsabilidade e em qualquer fase posterior.

Art. 7º Para participar do Programa Bolsa-Trabalho, o beneficiário, além de atender às condições estabelecidas no art. 2º, incisos I a IV do "caput" e § 3º e no art. 5º, ambos desta lei, deverá:

I - estudar em escola vinculada ao sistema nacional de ensino e manter frequência igual ou superior a 85% (oitenta e cinco por cento) das aulas do mês do benefício, nas hipóteses dos incisos I e II do "caput" do art. 4º desta lei;

II - cumprir a carga horária fixada para as atividades;

III - não ultrapassar o limite de faltas estipuladas no Termo de Compromisso e Responsabilidade;

IV - não estar recebendo seguro-desemprego.

Parágrafo único. A participação no programa não gerará quaisquer vínculos empregatícios ou profissionais entre o beneficiário e a Prefeitura do Município de São Paulo.

Art. 8º O programa será implantado gradativamente, de acordo com os meios e recursos disponíveis, priorizando os beneficiários com maior tempo de desemprego, menor renda e que residam próximo ao local das atividades, observando-se, ainda, os seguintes critérios, pela ordem, sem prejuízo do atendimento ao disposto nos arts. 2º, 5º e 7º, todos desta lei:

- I - famílias com filhos e/ou dependentes com idade até 23 (vinte e três) meses, em estado de desnutrição;
- II - famílias com filhos e/ou dependentes portadores de necessidades especiais ou vulnerabilidade de saúde;
- III - famílias monoparentais;
- IV - famílias com maior número de filhos e/ou dependentes menores de 20 (vinte) anos;
- V - famílias com filhos e/ou dependentes sob medidas específicas de proteção ou socioeducativas, previstas, respectivamente, nos arts. 99 a 102 e 112 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
- VI - famílias com dependentes idosos ou portadores de necessidades especiais;
- VII - condições precárias de moradia;
- VIII - mulheres gestantes.

Art. 9º Os benefícios do Programa Bolsa-Trabalho serão interrompidos se:

- I - o beneficiário obtiver ocupação remunerada, nas modalidades previstas nos incisos I e IV do "caput" do art. 4º desta lei;
- II - o beneficiário optar por ocupação remunerada diversa, nas modalidades previstas nos incisos II e III do "caput" do art. 4º desta lei;
- III - a frequência às atividades do programa for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do mês de benefício, sem justificativa acompanhada de documento comprobatório;
- IV - forem descumpridos quaisquer das condições ou requisitos previstos nos arts. 2º, 5º e 7º, todos desta lei, ou desatendidas as cláusulas firmadas no Termo de Compromisso e Responsabilidade;
- V - o beneficiário abandonar as atividades do programa;
- VI - for ultrapassado o limite da renda bruta familiar per capita ou dos rendimentos brutos mensais do beneficiário, estabelecido, respectivamente, nos §§ 2º e 3º do art. 2º e exigidos na hipótese do inciso I do "caput" do art. 4º desta lei.

Parágrafo único. Nos casos de redução da renda bruta familiar per capita para nível inferior ao previsto nos §§ 2º e 3º do art. 2º, ou de restauração das condições previstas nos arts. 2º, 5º e 7º, todos desta lei, a concessão dos benefícios poderá ser restabelecida, mas sem direito a pagamento retroativo.

Art. 10. Será excluído do Programa Bolsa-Trabalho pelo prazo de 5 (cinco) anos, ou definitivamente se reincidente, devendo restituir ao Tesouro Municipal os valores indevidamente recebidos, corrigidos na forma prevista na legislação municipal aplicável, o beneficiário que prestar declaração falsa ou usar de qualquer meio ilícito para a obtenção de vantagens ou recebimento indevido dos benefícios, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis.

Parágrafo único. Ao servidor público ou agente de entidade conveniada ou parceira que concorra para a concessão ilícita do benefício, aplicam-se, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis, multa equivalente ao dobro dos rendimentos ilegalmente pagos, corrigidos na forma prevista na legislação municipal aplicável.

Art. 11. O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com entidades de direito público, bem como estabelecer parcerias com empresas particulares e entidades de direito privado, patronais e sindicais, visando ao desenvolvimento das atividades relativas ao programa de que trata esta lei.

Parágrafo único. Fica autorizado o aporte de recursos de instituições públicas ou privadas interessadas em colaborar no financiamento do programa.

Art. 12. O Programa Bolsa-Trabalho ficará a cargo da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, a quem caberá estabelecer normas e procedimentos para sua implementação, controle, acompanhamento e fiscalização.

Art. 13. O Programa Bolsa-Trabalho contará com uma Comissão de Apoio, presidida pelo Secretário do

Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, constituída por titulares ou representantes de órgãos governamentais e não-governamentais, definida em decreto.

§ 1º A Comissão mencionada no "caput" deste artigo terá por atribuições o contínuo acompanhamento, a avaliação e a formulação de sugestões visando ao aperfeiçoamento do programa.

§ 2º As atividades exercidas pelos membros da Comissão serão consideradas de relevante interesse público, não sendo remuneradas.

§ 3º O Executivo poderá constituir Colegiados Regionais de Desenvolvimento, a critério e mediante iniciativa do Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, com a participação de servidores das Subprefeituras, Secretarias ou outros órgãos do Poder Público, bem como de representantes da sociedade civil, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 14. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 15. Esta lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 13.163, de 5 de julho de 2001.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 7 de junho de 2004, 451º da fundação de São Paulo.

MARTA SUPPLY, PREFEITA

LUIZ TARCÍSIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário dos Negócios Jurídicos

LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

MÁRCIO POCHMANN, Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 7 de junho de 2004.

JILMAR AUGUSTINHO TATTO, Secretário do Governo Municipal

[Voltar](#)

[Imprimir](#)